



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

FRANKLIN HERMINIO BARBOSA

**RECONTANDO TRAÇOS HISTÓRICOS NUMA PERSPECTIVA ACESSÍVEL: O
DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM – DUA CARTOGRAFANDO A
HISTÓRIA DE POCINHOS, PB**

**CAMPINA GRANDE
2025**

FRANKLIN HERMINIO BARBOSA

**RECONTANDO TRAÇOS HISTÓRICOS NUMA PERSPECTIVA ACESSÍVEL: O
DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM - DUA CARTOGRAFANDO A
HISTÓRIA DE POCINHOS, PB**

Texto de dissertação a ser apresentada na sessão de defesa do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva - PROFEI/UEPB, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, do *Campus I* como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Inclusiva. Linha de pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para a Educação Inclusiva

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

CAMPINA GRANDE - PB

2025

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238r Barbosa, Franklin Herminio.
Recontando traços históricos numa perspectiva acessível
[manuscrito]: o Desenho Universal para Aprendizagem –
DUA cartografando a história de Pocinhos, PB / Franklin
Herminio Barbosa. - 2025.
181 f. : il. color.

Digitado.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva
em Rede Nacional - PROFEI) - Universidade Estadual da
Paraíba, Centro de Educação, 2025.
"Orientação: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre,
Departamento de Educação - CEDUC".
1. História local. 2. Metodologia de ensino. 3. Abordagem
educacional inclusiva. 4. Recurso educacional. I. Título
21. ed. CDD 371.9

FRANKLIN HERMINIO BARBOSA

RECONTANDO TRAÇOS HISTÓRICOS NUMA PERSPECTIVA ACESSÍVEL: O
DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM – DUA CARTOGRAFANDO A
HISTÓRIA DE POCINHOS, PB

Dissertação apresentada à Coordenação do
Curso de Mestrado Profissional em Educação
Inclusiva em Rede Nacional – Profei da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Educação Inclusiva em Rede Nacional –
PROFEI.

Linha de Pesquisa: Educação Especial na
Perspectiva da Educação Inclusiva.

Aprovada em: 27/05/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Karen Ribeiro** (***.120.455-**), em **30/06/2025 15:06:33** com chave **f4ec769c55dc11f096392618257239a1**.
- **Eduardo Gomes Onofre** (***.833.914-**), em **27/06/2025 21:26:54** com chave **97c7da6053b611f0a9711a1c3150b54b**.
- **Patricia Cristina de Aragao** (***.233.064-**), em **27/06/2025 21:59:09** com chave **1929e4be53bb11f08afb1a1c3150b54b**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do
QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/
e informe os dados a seguir. **Tipo de Documento:** Folha de Aprovação do Projeto
Final

Data da Emissão: 02/07/2025

Código de Autenticação: 3e5bbd



Dedico este trabalho bem como seus frutos a Deus autor da vida, a meus familiares e amigos, aos colegas de trabalho, a meus professores da educação básica que puderam de alguma forma e com suas orações colaborar para que eu alcançasse êxito neste trabalho.

“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível” (S. Francisco de Assis).

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão, em primeiro lugar, é a Deus, por me presentear com a vida e estar sempre ao meu lado em todos os meus projetos pessoais.

Agradeço aos meus pais, irmãos, irmã, cunhado e cunhadas, à minha esposa e aos meus filhos, que tanto fizeram — e continuam fazendo — para me dar suporte, apoio e orações em busca do meu êxito.

Sou grato também aos irmãos de caminhada, que mesmo não sendo de sangue, Deus colocou em meu caminho de forma tão especial.

Aos professores da educação básica, que sempre me incentivaram e serviram de inspiração ao longo da minha trajetória — muitos deles foram, e ainda são, grandes referências para mim.

Aos irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, da qual sou membro. Esse carisma, que tanto me inspira, reforça em mim a importância do amor e do acolhimento — sentimentos profundamente ligados à inclusão. Agradeço ainda aos amigos e amigas que, de forma direta ou indireta, sempre acreditaram e me apoiaram.

Sou profundamente grato aos meus professores do ensino superior, que contribuíram para minha formação profissional, preparando-me para atuar com ética, sensibilidade humana e com o compromisso de transmitir os conhecimentos adquiridos em sala de aula, visando sempre promover o aprendizado dos educandos e contribuir para uma sociedade mais cidadã e democrática.

Minha homenagem ao meu padrinho, Pe. Denis Cristhian (in memoriam), que, além de sacerdote católico e professor de seminário, foi um grande incentivador para que eu continuasse os estudos. Sempre me lembrava do potencial que eu tinha e me ajudou muito durante o ensino médio, inclusive nas disciplinas em que eu tinha mais dificuldade.

A Lenice (in memoriam), amiga íntima da família e carinhosamente chamada de comadre, agradeço por me acolher tantas vezes em sua casa para que eu pudesse estudar, principalmente no início da minha jornada universitária, quando tudo ainda parecia apenas um sonho distante.

Aos colegas do mestrado, com quem compartilhei tantos momentos ao longo da caminhada. Em cada troca, em cada dúvida esclarecida, em cada informação compartilhada, encontrei incentivo e colaboração para meu aprendizado nesse mestrado tão sonhado.

Minha gratidão se estende aos mestres dessa etapa formativa, a todos que fazem parte da família CMPG e que se dispuseram, de forma voluntária, a participar deste projeto.

Agradeço também às famílias dos alunos e alunas que prontamente aceitaram participar da pesquisa, aos professores e historiadores da cidade, e ao professor Marcos dos Santos Nascimento, que sempre me motivou a buscar o mestrado.

À amiga Wellyda Gonçalves Damasceno, que a vida profissional me permitiu conhecer e que sempre esteve disposta a ajudar.

Ao amigo Marcelo e à sua esposa Michelly; às irmãs Dona Socorro e Luízinha Barbosa, que tantas vezes lançaram palavras de fé e motivação; à professora Mestra Helena de Castro, que esteve ao meu lado durante todo o processo, esclarecendo dúvidas e me incentivando na construção deste trabalho.

Aos colaboradores fundamentais na construção e validação do nosso recurso educacional: a professora Nayara Viturino (audiodescritora), o professor Rodolfo Virginio (braillista) e a professora Liliam Karla (Libras). Muito obrigado!

Aos professores e professoras do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEL, que foram fundamentais nesta etapa da minha formação. Aos colegas cursistas, agradeço pelos saberes partilhados, tanto teóricos quanto práticos. As disciplinas cursadas foram essenciais, especialmente para que eu tivesse acesso e compreensão sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem – DUA.

Ao meu orientador, amigo e professor Dr. Eduardo G. Onofre, agradeço por cada orientação e disponibilidade durante todo o processo de desenvolvimento da pesquisa e da dissertação. Mesmo com tantas atribuições, ele nunca mediu esforços para me auxiliar.

Também registro meu agradecimento à equipe da Randon Audiovisual, representada pelos irmãos Vinicius e Danilo Agripino, e às famílias pocinhenses, que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

Por fim, caro leitor, desejo que, ao se debruçar sobre esta pesquisa, você possa expandir seus horizontes e compreender ainda mais a importância da inclusão da pessoa com deficiência. Que esta leitura contribua para dar visibilidade ao Desenho Universal para a Aprendizagem – DUA, reconhecendo-o como um poderoso mecanismo de promoção do acesso à informação e ao aprendizado de forma equitativa e democrática para todos, respeitando suas singularidades.

GRATIDÃO!

RESUMO

Diante da ausência de recursos didáticos sobre a história da cidade de Pocinhos (PB), e considerando as necessidades dos alunos da Educação Especial e dos demais discentes participantes da pesquisa, pautou-se esta investigação no referencial do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). O objetivo geral foi a elaboração de um material didático acessível, fundamentado na perspectiva do DUA, que apresentasse a história do município de Pocinhos, Paraíba. O lócus da pesquisa foi uma instituição pública de ensino do referido município, identificada por meio do pseudônimo CMPG. Participaram do estudo cinco alunos do público em geral, cinco estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), cinco docentes da disciplina de História e dois historiadores locais. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, do tipo estudo de campo, com revisão bibliográfica. Para a coleta de dados, utilizaram-se entrevista estruturada e questionários com perguntas abertas e de múltipla escolha, além do diário de campo, destinado ao registro das vivências durante as atividades. A análise dos dados foi realizada por meio da abordagem qualitativa interpretativa. A fundamentação teórica baseou-se nos marcos legais nacionais voltados à Educação Especial, em um resgate histórico das políticas públicas destinadas ao PAEE e em reflexões acerca do lugar ocupado pelas pessoas com deficiência e sua escuta ao longo do tempo. Os resultados da pesquisa evidenciaram a relevância do DUA como estratégia para promover o acesso à informação e à aprendizagem com qualidade — características essenciais para uma educação inclusiva. Constatou-se que, ao ser aplicado desde o planejamento até a prática pedagógica em sala de aula, o DUA contempla todos os educandos, com ou sem deficiência.

Palavras-Chave: história local; Desenho Universal de Aprendizagem; inclusão.

ABSTRACT

In light of the lack of didactic resources concerning the history of the city of Pocinhos (PB), and considering students in special education as well as other participants in the study-guided by the principles of Universal Design for Learning (UDL)-this research aims to develop accessible instructional material, from a UDL perspective, that presents the history of the municipality of Pocinhos, in the state of Paraíba, Brazil. The research was conducted in a public educational institution in Pocinhos, here referred to as CMPG. The study involved five students from regular education, five students receiving Specialized Educational Assistance (SEA), five history teachers, and two local historians. The adopted methodology was qualitative in nature, specifically a field study, and included a comprehensive literature review. For data collection, structured interviews and questionnaires-comprising both open-ended and multiple-choice questions-were utilized, in addition to a field diary for documenting experiences during the data gathering process. Data analysis followed an interpretative qualitative approach. The theoretical framework is grounded in national legal guidelines for special education, the historical development of public policies aimed at individuals receiving SEA, and a discussion of the societal positioning and voice of individuals with disabilities over time. The study highlighted the significance of UDL as a pathway to promoting access to information and high-quality learning-both of which are essential features of inclusive education. It also underscored that implementing UDL from the planning phase through to classroom practices can benefit all students, with or without disabilities.

Keywords: local history. Universal Design for Learning. inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------|---|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| APAE | Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CENESP | Centro Nacional de Educação Especial |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa |
| CIPTEA | Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo |
| CNE | Conselho Nacional da Educação |
| CONADE | Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência |
| CORDE | Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência |
| D.A | Deficiência Auditiva |
| DUA | Desenho Universal para Aprendizagem |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| EPD | Estatuto da Pessoa com Deficiência |
| FUNDESB | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação |
| FUNDEB | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBC | Instituto Benjamim Constant |
| INES | Instituto Nacional de Educação de Surdos |
| LBI | Lei Brasileira de Inclusão |
| LDB | Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LIBRAS | Língua Brasileira de Sinais |
| LOMP | Lei Orgânica do Município de Pocinhos |
| MEC | Ministério da Educação |
| NAPNES | Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas |
| ONU | Organização das Nações Unidas para os Direitos das Crianças e Adolescentes |
| PAEE | Público Alvo da Educação Especial |

| | |
|----------------|---|
| PAR | Plano de Ação Articulada |
| PARFOR | Programas Formação de Professores da Educação Básica |
| PCD | Pessoa com Deficiência |
| PCNEE | Permanência e Aprendizado das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais |
| PDDE | Programa Dinheiro Direto na Escola |
| PDDE | Programa Dinheiro Direto na Escola |
| PIBID | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência |
| PMPPTA | Política Pública de Proteção a pessoa com TEA |
| PMPPI | Plano Municipal Pela Primeira Infância |
| PME | Plano Municipal de Educação |
| PNLD | Programa Nacional Livro Didático |
| PNLD | Programa Nacional do Livro Didático |
| PNE | Plano Nacional para Educação |
| PNPI | Plano Nacional pela Primeira Infância |
| PNEEPEI | Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva |
| PNAEEC | Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a crianças de 0 a 3 anos |
| PPP | Plano Político Pedagógico |
| PROFEI | Mestrado Profissional em Educação Inclusiva |
| REA | Recursos Educacionais Abertos |
| SECADI | Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão |
| SMEE | Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação |
| SRM | Sala de Recursos Multifuncional |
| TAs | Tecnologias Assistivas |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| TEA | Transtorno do Espectro do Autismo |
| UEPB | Universidade Estadual da Paraíba |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Mapa 1 - Localização geográfica de Pocinhos (PB)..... | 21 |
| Quadro 1 - Material organizado pelo pesquisador..... | 27 |
| Figura 1 - Fachada do INES em 1959..... | 32 |
| Figura 2 - Instituto Benjamin Constant - IBC..... | 32 |
| Quadro 2 - Trechos da LDB que referente a Educação Inclusiva..... | 37 |
| Quadro 3 - Ações da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência a serem implementadas..... | 40 |
| Quadro 4 - Competências da BNCC convergentes com Educação Especial..... | 47 |
| Quadro 5 - Iniciativas do Plano Viver sem Limites..... | 50 |
| Quadro 6 - Artigos, incisos e ações do PNAEEC..... | 52 |
| Quadro 7 - Marcos legais da Inclusão da Pessoa com deficiência em Pocinhos-PB..... | 61 |
| Quadro 8 - Estratégias para Educação Especial no PME..... | 65 |
| Quadro 9 - Regimento Interno das escolas de Pocinhos - PB do ano de 2023..... | 69 |
| Quadro 10 - Dimensões, objetivos, metas, ações e estratégias do PPP..... | 74 |
| Quadro 11 - Equipe de Profissionais que atuam nas SRM de Pocinhos, PB..... | 80 |
| Fotografia 1 - 1ª Sala de Recursos Multifuncionais – SRM de Pocinhos..... | 83 |
| Fotografia 2 - 2ª Sala de Recursos Multifuncionais – SRM de Pocinhos, PB..... | 83 |
| Fotografia 3 - Materiais disponíveis na 2ª sala de recursos..... | 84 |
| Fotografia 4 - 3ª Sala de Recursos Multifuncionais – SRM de Pocinhos, PB..... | 85 |
| Quadro 12 - Matrículas nas SRM em Pocinhos, PB..... | 88 |
| Figura 3 - O cérebro e aprendizagem..... | 92 |
| Figura 4 - Tradução e sentido atribuído para a compreensão da abordagem..... | 94 |
| Figura 5 - Princípios e diretrizes do DUA..... | 98 |
| Quadro 13 - Perguntas e respostas dos alunos participantes da pesquisa..... | 104 |
| Fotografia 5 - Alunos no encontro de apresentação do Projeto..... | 107 |
| Fotografia 6 - Alunos no encontro de apresentação do Projeto, recolhimento de assinaturas e aplicação do questionário..... | 108 |
| Fotografia 7 - Aluna PAEE no primeiro encontro da pesquisa..... | 108 |
| Quadro 14 - Questionário com professores de história..... | 110 |
| Fotografia 8 - Segundo encontro com professores de história..... | 117 |

| | |
|---|-----|
| Fotografia 9 - Vista a secretaria escolar do CMPG | 118 |
| Fotografia 10 - Vista a sala de coordenação pedagógica | 119 |
| Figura 6 - Matrículas da escola regular e da Sala de Recurso Multifuncional..... | 121 |
| Quadro 15 - Perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa..... | 122 |
| Quadro 16 - Perguntas e respostas dos historiadores da cidade | 124 |
| Fotografia 11 - Entrevista com o historiador 1..... | 133 |
| Fotografia 12 - Entrevista com o historiador 2..... | 134 |
| Fotografia 13 - Historiador 2..... | 134 |
| Fotografia 14 - Quebra-cabeça da bandeira do município | 137 |
| Fotografia 15 - Mala de antecipação..... | 137 |
| Fotografia 16 - Apresentação do recurso audiovisual..... | 139 |
| Fotografia 17 - Atividade lúdica com jogos educativos online história de Pocinhos..... | 139 |
| Quadro 17 - Validação do recurso educacional elaborado organizado pelo responsável do projeto | 141 |
| Fotografia 18 -Registros dos momentos de gravação | 145 |
| Quadro 18 - Processo de desenvolvimento do Produto educacional..... | 149 |
| Fotografia 19 - Alunos assistindo um vídeo pela televisão..... | 151 |
| Figura 8 - Jogos voltados para a história de Pocinhos/PB | 152 |
| Figura 9 - Jogo 1: Atividade de associação entre descrição da personalidade e sua fotografia | 152 |
| Figura 10 - Jogo 2: Abra as caixas..... | 153 |
| Figura 11 - Jogo 3: Roleta aleatória da história de Pocinhos | 153 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 | METODOLOGIA | 21 |
| 2.1 | O <i>locus</i> da pesquisa | 21 |
| 2.2 | Os participantes | 22 |
| 2.3 | Características gerais da pesquisa..... | 23 |
| 3 | PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL | 30 |
| 3.1 | Primórdios da educação inclusiva brasileira | 30 |
| 3.2 | Novos tempos e ventos começam a se desenhar no campo inclusão da escolar..... | 33 |
| 4 | POCINHOS: CONHECENDO O CHÃO DA PESQUISA | 54 |
| 4.1 | A escolarização em Pocinhos (PB) dos primórdios aos dias atuais | 54 |
| 4.2 | Políticas públicas para inclusão das pessoas com deficiência em Pocinhos - PB | 59 |
| 4.3 | Plano municipal de educação de Pocinhos - PB | 64 |
| 4.4 | Lei orgânica municipal | 67 |
| 4.5 | Regimento interno comum das escolas e creches do sistema municipal de ensino de Pocinhos – PB | 68 |
| 4.6 | Plano municipal para primeira infância | 71 |
| 4.7 | Projeto político pedagógico (PPP) do CMPG..... | 73 |
| 4.8 | Marcos legais que convergem com educação especial na perspectiva da inclusão | 77 |
| 4.9 | As salas de recursos multifuncionais em Pocinhos..... | 78 |
| 4.10 | Sala de recurso multifuncional: o serviço que ela presta enquanto ação prática da inclusão no espaço escolar..... | 82 |
| 5 | A IMPORTÂNCIA DO DUA COMO RECURSO PARA PROMOÇÃO DA EQUIDADE E INCLUSÃO ESCOLA | 90 |
| 5.1 | Desenho universal para aprendizagem - DUA: origem e concepções..... | 91 |
| 5.2 | Objetivos e aplicabilidade do DUA..... | 95 |
| 5.3 | Diretrizes e princípios para o DUA | 96 |
| 5.4 | Relação DUA e tecnologia | 98 |
| 5.5 | TA - Origem e concepções..... | 100 |
| 6 | TECENDO APRENDIZADOS SOBRE A PESQUISA | 103 |
| 6.1 | O questionário | 103 |
| 6.1.1 | O questionário com os professores..... | 109 |

| | |
|--|------------|
| 6.2 O perfil sociodemográfico dos estudantes da sala de recursos multifuncional | 117 |
| 6.3 A entrevista estruturada | 123 |
| 6.4 Sequência didática..... | 135 |
| 6.5 Um audiovisual acessível e pautado nos princípios do DUA | 140 |
| 7 CONSTRUINDO REFLEXÕES FINAIS | 155 |
| REFERÊNCIAS | 158 |
| APÊNDICES | 167 |
| ANEXOS..... | 174 |

1 INTRODUÇÃO

Peço licença para me expressar na primeira pessoa do singular, pois desejo compartilhar, de forma sucinta, meu percurso acadêmico até a aprovação no mestrado, bem como o desenvolvimento deste trabalho. Estudei na rede pública da cidade de Salgado de São Félix (PB), onde cursei minha primeira licenciatura, ingressando no ensino superior. Graduei-me em Pedagogia pela Faculdade Evangélica Cristo Rei (FECR), instituição pela qual também realizei minha primeira especialização, em Psicopedagogia.

Anos depois, já próximo da conclusão da graduação, participei do processo seletivo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e conquistei uma vaga para o curso de licenciatura em Letras/Libras. Posteriormente, retornei ao ambiente acadêmico, ingressando na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) para cursar Geografia. Por meio da Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI) e da instituição privada Futura, concluí especializações nas áreas de Educação Especial com perspectiva inclusiva, Libras, Ensino Religioso e Supervisão Escolar.

Entre os anos de 2009 e 2015, tive minhas primeiras experiências com a inclusão escolar, atuando na Sala de Recursos Multifuncionais. Foi a partir dessa vivência que amadureceu em mim o desejo de ingressar no mestrado, o que se concretizou apenas na segunda tentativa. Esta etapa formativa esteve diretamente relacionada às minhas experiências, passadas e presentes, com a inclusão escolar.

A escolha pela Linha 1 de pesquisa, intitulada “Práticas e Processos Formativos de Educadores para a Educação Inclusiva”, deu-se por compreender que essa vertente dialogava diretamente com minha trajetória profissional. Entendi que, por meio dela, seria possível desenvolver uma pesquisa que contribuísse tanto para o espaço escolar onde atuo, quanto para a comunidade acadêmica — especialmente para futuros mestrandos e pesquisadores interessados em abordar o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e sua contribuição na construção de recursos didáticos que promovam equidade ao tratar da história local.

O trabalho com a história local é de grande importância nas salas de aula, sendo contemplado pela própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no componente curricular de História. Essa temática é essencial para a construção da identidade dos(as) alunos(as) e de sua comunidade. Assim, ao elaborar um recurso didático acessível sobre a história de Pocinhos (PB), vislumbrei contemplar tanto os(as) estudantes das turmas regulares quanto os(as) educandos(as) com deficiência.

A proposta é oferecer um material com linguagem simples, acessível, lúdica, enriquecido com imagens e elementos que garantam a acessibilidade. É importante destacar que, embora o audiovisual não resolva todos os desafios relacionados ao ensino da história local, ele representa uma possibilidade concreta de mediação — pensada, construída, aplicada e compartilhada com uma instituição que, até então, não dispunha de materiais acessíveis neste sentido.

O DUA foi a abordagem que norteou a elaboração do recurso educacional, desde seu planejamento até a sua finalização. O presente trabalho fomenta uma reflexão sobre a necessidade de adequação das práticas pedagógicas à perspectiva da inclusão. Dessa forma, entendo que é fundamental desenvolver, em sala de aula, experiências mais significativas e equitativas. Nesse contexto, propus a utilização do DUA como estratégia para apoiar os(as) professores(as) na organização de atividades lúdicas e atrativas, que valorizem os diferentes estilos de aprendizagem. Compreendo que, ao aplicar os princípios do DUA, respeita-se a diversidade e as necessidades específicas de cada educando, contribuindo para uma sala de aula mais democrática, inclusiva e promotora de aprendizagem.

Fui impulsionado pelo desejo de colaborar com o processo de inclusão escolar de estudantes com deficiência, bem como pela necessidade de garantir a esse público o acesso, em condições de equidade, ao conhecimento sobre a história de seu município. Compreender sua origem, a partir de seu território, é essencial para a construção da identidade e o exercício da cidadania.

Durante o estudo, identifiquei a ausência de recursos didáticos sobre a história de Pocinhos (PB), constatada por meio dos questionários aplicados aos professores de História da instituição pesquisada. Assim, decidi, com base no DUA, elaborar um recurso audiovisual com legendas, janela de Libras e audiodescrição, abordando aspectos históricos do município. Tanto o recurso quanto sua sequência didática foram estruturados conforme os princípios do DUA, reforçando que essa abordagem não se limita às pessoas com deficiência, mas visa a todos, promovendo equidade, acesso à informação, engajamento e aprendizado.

A partir dessas inquietações, definimos como problema de pesquisa: Quais materiais didáticos, na perspectiva do DUA, podem contribuir para o ensino da história de Pocinhos (PB)? Para respondê-lo, estabelecemos o seguinte objetivo geral: elaborar um material didático acessível, na perspectiva do DUA, que apresente a história do município de Pocinhos, Paraíba. Como objetivos específicos, propusemos: (I) Realizar um levantamento bibliográfico sobre a história de Pocinhos (PB); (II) Descrever a política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva adotada pelo município; (III) Traçar o perfil

sociodemográfico e econômico dos(as) estudantes atendidos(as) pela Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) do CMPG; (IV) Desenvolver uma sequência didática em sala de aula comum, a partir de um material acessível que enfoque traços históricos da cidade, conforme os pressupostos do DUA.

A metodologia adotada segue a abordagem qualitativa (Silveira; Córdova, 2009), com estudo de campo e revisão bibliográfica (Gil, 2008). A pesquisa foi realizada em uma instituição pública de ensino, onde o recurso educacional foi aplicado. Os instrumentos de coleta de dados incluíram entrevista semiestruturada, questionário com perguntas abertas e fechadas e observação participante. As interações com os estudantes ocorreram presencialmente, enquanto os professores participaram de forma remota. Com os historiadores, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Utilizei também o diário de campo (Magalhães Júnior; Batista, 2023), essencial para descrever e refletir sobre cada etapa da pesquisa.

A análise dos dados seguiu a abordagem qualitativa interpretativa, conforme Silveira e Córdova (2009), considerando as informações obtidas por meio dos questionários, entrevistas e observações.

O trabalho fundamenta-se nos marcos legais nacionais e locais sobre Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, como a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Brasil, 2015), a Lei Orgânica Municipal (Brasil, 2009), entre outros documentos legais, bem como nos estudos de Mantoan (2011), Carvalho (2010), Rodrigues, Capellini e Santos (2014), Sebastián, Moreira e Moreira (2022), entre outros.

Ressalto que o público-alvo da pesquisa abrange estudantes com deficiência, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com Altas Habilidades/Superdotação, conforme o art. 4º, incisos I, II e III da Resolução nº 04/2009 (Brasil, 2009).

Participaram da pesquisa: cinco estudantes do público da Educação Especial, regularmente matriculados no Ensino Fundamental II na SRM da escola pesquisada; cinco estudantes do ensino regular; cinco professores da disciplina de História; e dois historiadores da cidade de Pocinhos (PB).

Com este recurso educacional, busco contribuir para o fortalecimento de práticas inclusivas e para os estudos desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI). Defendo que o DUA é um caminho promissor para a construção de uma escola democrática e acessível, e espero que este material inspire outras pesquisas futuras.

A estrutura da dissertação contempla sete capítulos, considerações finais, referências, apêndices e anexos.

Capítulo 1: Apresenta a introdução, justificativa, importância do tema, objetivos (geral e específicos), a questão norteadora e demais elementos introdutórios.

Capítulo 2: Detalha os caminhos metodológicos, o *locus* da pesquisa, os participantes, os instrumentos de coleta de dados e a metodologia de análise.

Capítulo 3: Aborda a inclusão escolar no Brasil, contextualizando desde os primórdios até os dias atuais, discutindo o lugar da pessoa com deficiência na sociedade e nas políticas públicas.

Capítulo 4: Apresenta o processo de escolarização em Pocinhos (PB) e a trajetória da inclusão nesse município.

Capítulo 5: Reflete sobre a história da pessoa com deficiência, os modelos de deficiência e sua transição da invisibilidade ao protagonismo social.

Capítulo 6: Trata do DUA e das Tecnologias Assistivas (TAs).

Capítulo 7: Analisa os dados coletados, descreve o processo de construção do recurso educacional e sua aplicação, avaliando sua consonância com os princípios do DUA.

Por fim, apresento as considerações finais, seguidas pelas referências, apêndices e anexos.

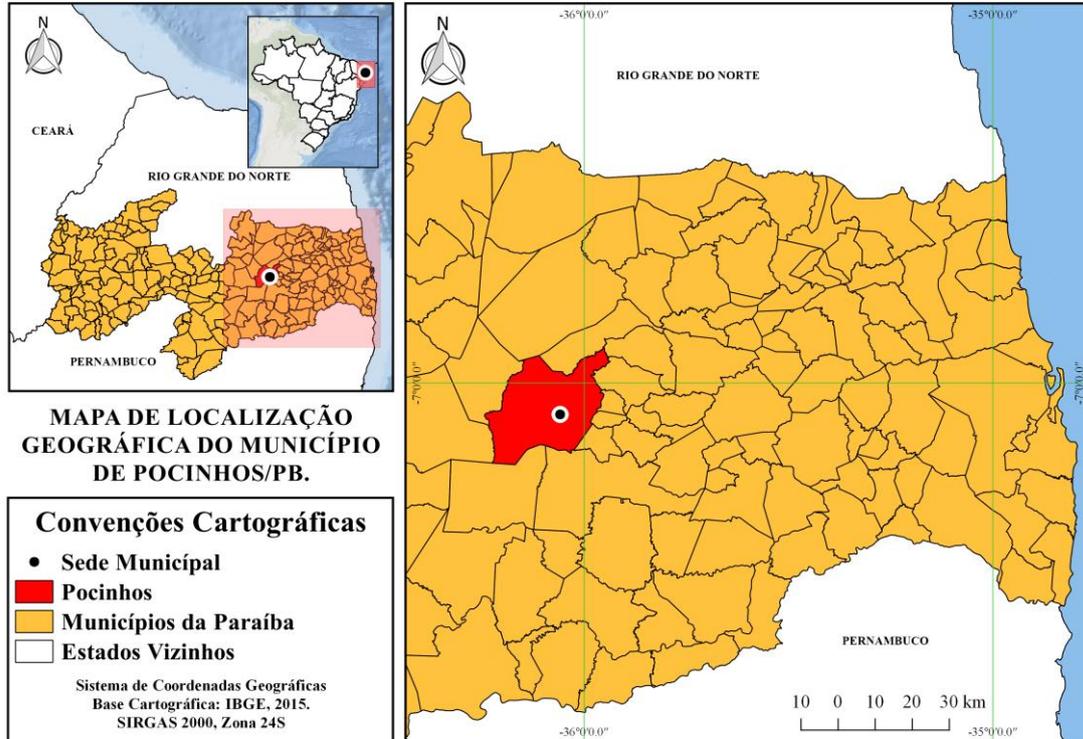
2 METODOLOGIA

Nesta seção, discutimos a metodologia da pesquisa e os procedimentos de que nos apropriamos ao longo do estudo, apresentando o lócus da investigação, os participantes, as características gerais do trabalho e a forma como se deu a análise dos dados coletados.

2.1 O lócus da pesquisa

Nossa pesquisa foi realizada em uma instituição pública de ensino localizada no município de Pocinhos, estado da Paraíba. Essa cidade está situada na região do Cariri, pertencente à mesorregião do Curimataú Ocidental, integrando a região metropolitana de Esperança. O município foi emancipado politicamente em 10 de dezembro de 1953 e, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023), possui atualmente 17.469 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2022. Na Figura 1, apresentamos a localização geográfica do município de Pocinhos (PB).

Mapa 1 - Localização geográfica de Pocinhos (PB)



Fonte: Elaborado por Barbosa e Leite (2024).

Descrição da imagem 1: Mapa de localização geográfica do município de Pocinhos, na Paraíba (PB). O mapa principal mostra a divisão dos municípios, com Pocinhos destacado

em vermelho e os municípios vizinhos em amarelo. Há uma legenda indicando as convenções cartográficas: sede municipal em vermelho, municípios da Paraíba em amarelo e estados vizinhos em azul. No canto superior direito, há um mapa menor mostrando a localização de Pocinhos dentro do estado da Paraíba. A escala do mapa está em quilômetros, variando de 0 a 30 km.

A origem do município mencionado remonta ao século XIX, quando o senhor José Aires edificou sua fazenda na localidade. Posteriormente, foi construída uma capela dedicada à Virgem da Conceição. O nome “Pocinhos” tem origem nos diversos poços existentes no local (Araújo, 2020).

A escolha da escola como *locus* para o desenvolvimento do estudo deu-se, primeiramente, pelo fato de estar situada na zona urbana do município de Pocinhos e integrar a rede municipal de ensino, da qual fazemos parte como docentes efetivos. Tal condição facilitou a realização da pesquisa, uma vez que não seria possível o afastamento de nossas atribuições laborais durante o período de execução deste trabalho. Em segundo lugar, a instituição apresenta um número significativo de estudantes do público-alvo da Educação Especial, contando, inclusive, com uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Consideramos, ainda, que a problemática investigada está relacionada à ausência de recursos didáticos acessíveis que abordem a história da cidade de Pocinhos (PB).

Para preservar a identidade da instituição e de seus participantes, optamos por utilizar o pseudônimo “Escola Municipal de Pocinhos (PB)” sempre que necessário referirmo-nos ao *locus* da pesquisa.

Ressaltamos que este estudo foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), conforme Parecer Consubstanciado nº 6.961.715, disponível no Anexo 1.

2.2 Os participantes

A pesquisa envolveu dez estudantes, dos quais três eram mulheres e sete, homens, todos regularmente matriculados na instituição pública de ensino que constituiu o *locus* da pesquisa, localizada na cidade de Pocinhos (PB). Esses estudantes pertencem ao Ensino Fundamental II, sendo cinco do público-alvo da Educação Especial, devidamente matriculados na Sala de Recursos Multifuncionais para recebimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e cinco alunos do ensino regular, que não fazem parte

desse público. Participaram também cinco professores da disciplina de História que atuam na referida instituição, sendo dois homens e três mulheres, além de dois historiadores da cidade.

Quanto aos critérios de inclusão aplicados aos estudantes, estabelecemos: Manifestar o desejo de participar da pesquisa; apresentar autorização formal do responsável para participação; ser estudante da escola *lócus* da pesquisa.

Para os estudantes do público-alvo da Educação Especial, adicionamos os seguintes critérios: Possuir laudo que comprove a deficiência. Adotamos esse critério porque, em casos específicos, é necessária a comprovação documental da condição do participante, sendo o laudo o documento oficial que, geralmente emitido por órgão público, contém a Classificação Internacional de Doenças (CID) e resulta da avaliação realizada por equipe técnica especializada; estar matriculado na Sala de Recursos Multifuncionais.

Os critérios de exclusão foram: Ter autorização do responsável, mas não manifestar desejo em participar da pesquisa; não possuir autorização do responsável; não estar matriculado no Ensino Fundamental II.

No caso dos estudantes do público-alvo da Educação Especial, foram acrescentados ainda: Não possuir o laudo que comprove a deficiência; não estar matriculado na Sala de Recursos Multifuncionais.

Para os professores, os critérios de inclusão foram: Ser professor de História, contratado ou do quadro efetivo, na instituição que foi o cenário da pesquisa; manifestar interesse em participar e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); ministrar aulas nas turmas do Ensino Fundamental II.

Os critérios de exclusão para os professores foram: Não ser professor de História, embora pertença ao quadro da instituição; demonstrar interesse, mas não dispor de tempo para participar da pesquisa; não assinar o TCLE.

Para garantir o anonimato dos participantes, adotamos pseudônimos: estudantes foram identificados como A1, A2 e assim sucessivamente; professores, como P1, P2, etc.; e os historiadores, como H1 e H2. Dessa forma, preservamos as informações e respeitamos o sigilo dos dados coletados.

2.3 Características gerais da pesquisa

Em relação à metodologia do estudo, adotamos a abordagem qualitativa. Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 33), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com aprofundamento da compreensão de grupo social,

de uma organização, etc.” Os resultados obtidos confirmaram a importância de um recurso educacional que respeita os pressupostos do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e promove a compreensão dos principais aspectos históricos da cidade de Pocinhos, Paraíba.

Quanto à natureza, classificamos a pesquisa como básica, pois desenvolvemos discussões acerca do processo de inclusão da pessoa com deficiência na escola regular, bem como sobre o DUA e sua aplicabilidade nas práticas educativas em sala de aula, visando proporcionar acesso ao conhecimento com equidade e favorecer um aprendizado significativo para todos. Silveira e Córdova (2009, p. 36) afirmam que a pesquisa básica tem como objetivo “[...] gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.” Em relação aos nossos objetivos, enquadrámos o estudo como pesquisa descritiva, que, segundo Gil (2008, p. 28), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis.”

Quanto aos procedimentos, adotamos a pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Gil (2008, p. 50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Realizamos levantamento de estudos sobre Educação Inclusiva, DUA e Tecnologias Assistivas, disponíveis em plataformas online, utilizando descritores como palavras-chave. Ressaltamos que alguns textos utilizados em nossa fundamentação também integraram o material didático disponibilizado durante o curso de mestrado profissional em Educação Especial e a formação sobre produção de recursos didáticos pautados no DUA, realizada pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), por meio do curso Tertúlias, no qual aprofundamos conhecimentos sobre o DUA e suas aplicações para construir recursos educacionais alinhados aos seus princípios e diretrizes.

Os marcos legais foram fundamentais para embasar nossas ideias e práticas relacionadas à educação inclusiva, à história da pessoa com deficiência e ao DUA. O levantamento de material para fundamentação ocorreu de forma presencial, com a busca por legislações municipais na Câmara Municipal de Vereadores do município, além da consulta a arquivos online no site oficial da prefeitura, onde encontramos leis, decretos e documentos pertinentes à inclusão escolar.

Utilizamos ainda a pesquisa de campo, realizando visitas à instituição de ensino selecionada para aplicar os instrumentos de coleta de dados aos participantes. Silveira e Córdova (2009, p. 39) apud Fonseca (2002) definem que “a pesquisa de campo se caracteriza pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto às pessoas, com recursos diferentes e tipos de pesquisa.” Os instrumentos

utilizados foram o questionário (Apêndice I), aplicado a dez estudantes e cinco professores, e a entrevista semiestruturada (Apêndice II), realizada com dois historiadores da cidade de Pocinhos.

Destacamos que, durante toda a coleta de dados, utilizamos o diário de campo, que, conforme Magalhães Júnior e Batista (2023, p. 207), é um instrumento simples, inspirado nos trabalhos dos primeiros antropólogos, que ao estudarem sociedades distantes utilizavam um caderno para registrar as práticas cotidianas. Nosso diário incluiu registros fotográficos, fichas, termos assinados, cópias de marcos legais, questionários respondidos e relatos textuais dos momentos vivenciados, contextualizando o que ocorreu, onde, com quais objetivos e envolvidos. Durante as atividades, realizamos registros fotográficos e gravações em vídeo.

Para análise dos dados, adotamos a análise qualitativa, que, segundo Silveira e Córdova (2009), considera as especificidades dos resultados, avaliando aspectos positivos, negativos, dificuldades e conquistas.

O produto desenvolvido foi um recurso didático audiovisual acessível, com audiodescrição, janela de Libras e legenda. Conforme Pinheiro e Aires (2023), o produto educacional é a materialização da pesquisa, que devolvemos ao lócus do estudo, sendo resultado de múltiplos fatores relacionados ao ambiente educacional.

Para a elaboração do material, contamos com a colaboração voluntária de profissionais da área de mídia, uma instrutora de Libras e uma audiodescritora. O recurso didático acessível será disponibilizado na escola onde a pesquisa foi realizada, nas redes sociais da instituição e nas Secretarias Municipais de Educação, visando ampliar seu alcance, divulgar a Sala de Recursos Multifuncionais e fortalecer a cultura da inclusão na perspectiva da educação especial inclusiva.

Quanto ao desenho da pesquisa, vivenciamos quinze momentos, detalhados abaixo:

1. Apresentamos o projeto à gestão, coordenação pedagógica e equipe da Sala de Recursos Multifuncionais da escola, esclarecendo dúvidas e informando sobre benefícios e riscos, com autorização da Secretaria Municipal de Educação e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).
2. Realizamos busca de informações na secretaria escolar, Sala de Recursos Multifuncionais e coordenação pedagógica para identificar os estudantes possíveis participantes, confirmando a matrícula do público-alvo da Educação Especial no Ensino Fundamental II.
3. Selecionamos cinco alunos do público-alvo da Educação Especial, com diferentes deficiências, e cinco alunos do ensino regular, visando compor um grupo heterogêneo.

4. Convidamos os professores de História da escola para participarem da pesquisa; todos aceitaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
5. Visitamos as salas de aula para conversar com os alunos convidados, explicando o projeto e oficializando o convite na coordenação escolar, respeitando a vontade de participação.
6. Realizamos encontro com pais e responsáveis para apresentar o projeto, seus benefícios e riscos, solicitando assinatura do TCLE para autorizar a participação dos filhos. Criamos grupo de comunicação via WhatsApp para troca de informações e esclarecimento de dúvidas.
7. Definimos cronograma de encontros com professores (remotos via Google Meet) e alunos (presenciais na escola, em contraturno), estipulando duração entre trinta minutos e uma hora.
8. Apresentamos a pesquisa aos professores, enviamos projeto e termos por e-mail, esclarecemos dúvidas e encaminhamos questionário.
9. Contatamos os dois historiadores por redes sociais e telefone, apresentamos projeto e agendamos entrevista.
10. Realizamos a entrevista semiestruturada com os historiadores e solicitamos autorização para uso de seus materiais históricos.
11. Apresentamos presencialmente aos historiadores o recurso educacional elaborado a partir de suas contribuições.
12. Promovemos encontro remoto com professores, apresentando o DUA e sua importância para a educação inclusiva, discutindo equidade e engajamento.
13. Realizamos encontro para apresentação do produto educacional aos professores e compartilhamento de impressões.
14. Realizamos o primeiro encontro presencial com os estudantes, realizando acolhida, explicando objetivos, orientando sobre o questionário (disponível em formatos escritos, áudio ou audiovisual) e coletando suas respostas.

Com base nas informações coletadas, iniciamos os registros fotográficos e em vídeo para o audiovisual, e organizamos a sequência didática com jogos e atividades elaboradas pelo pesquisador (quadro 1).

Quadro 1 - Material organizado pelo pesquisador

| | |
|--|---|
| Sequência didática | Sistematização dos encontros programados para desenvolver o objeto de conhecimento da história da cidade de Pocinhos, pautados no DUA, recurso este que foi utilizado para nortear os encontros e subsidiou os professores de história do CMPG. |
| Jogos lúdicos e recursos visuais | Quebra-cabeça organizado através do site https://im-a-puzzle.com/share/037e7d55d9da4d7 Placas com fotos e imagens, texto, janela de libras e braille; Artesanato com elementos relacionados a cidade; Jogos elaborados a partir do wordwall. |
| Atividade impressa | Atividades relacionadas ao conteúdo, utilizando critérios do DUA para que fosse possível a participação de todos. |
| Áudio visual acessível (Recurso Educacional) | Vídeo sobre a história da Pocinhos com recursos de acessibilidade (legenda, janela de libras e audiodescrição). |

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Descrição do quadro: Composto por duas colunas e quatro linhas, estando a primeira coluna destacada em azul, claro e apresentando o material que foi organizado pelo responsável para nortear os encontros programados para desenvolvimento dos dois encontros.

15. Desenvolvimento da sequência didática, que, por sua vez, foi organizada e realizada em duas vivências, ocorridas em dias diferentes no espaço físico da própria escola onde o projeto foi desenvolvido.

Na primeira vivência, iniciamos acolhendo os educandos; em seguida, realizamos um quebra-cabeça coletivo. Dando continuidade, tivemos um momento com a "mala da antecipação" (uma caixa de madeira), na qual foram disponibilizados alguns objetos, elementos ou símbolos que remetiam à história de Pocinhos. O objetivo era que os/as estudantes, ao retirarem os materiais, tentassem identificá-los.

Nesse momento, identificamos os conhecimentos prévios que eles possuíam sobre a temática. Exploramos os elementos visuais e concretos, como fotografias, objetos e a bandeira da cidade. Realizamos uma conversa sobre o tema e finalizamos apresentando um trecho do hino do município.

Na segunda vivência, apresentamos o vídeo sobre a história da cidade de Pocinhos-PB, um recurso audiovisual acessível, pautado na perspectiva do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Ao final do encontro, solicitamos que os/as estudantes compartilhassem suas impressões sobre o material, bem como sobre o que os conteúdos apresentados retratavam.

Concluimos esse momento com o desenvolvimento de uma atividade lúdica, na qual utilizamos jogos educativos elaborados por meio da plataforma *Wordwall*, que nos

possibilitou criar atividades interativas — como jogos e questionários — com base no audiovisual apresentado. Isso nos permitiu observar se o nosso recurso, de fato, havia colaborado para que todos pudessem aprender mais sobre sua cidade de forma equitativa e inclusiva.

As informações obtidas na entrevista com os historiadores locais colaboraram para a elaboração do roteiro e para a construção do recurso educacional audiovisual, possibilitando que o material contemplasse as informações mais relevantes e básicas sobre a história local. Por sua vez, as respostas obtidas junto aos educandos nos possibilitaram elaborar a sequência didática de forma a atender às necessidades desses(as) alunos(as).

Ressaltamos que sentimos o desejo de alcançar mais pessoas por meio desta pesquisa, em especial as pessoas idosas da cidade, com o intuito de realizar uma escuta sobre a história local a partir de sua ótica, trazendo à tona fatos não contados. No entanto, diante da limitação de tempo, isso não foi possível. Consideramos, contudo, que um dos historiadores participantes do estudo, já em sua sexta década de vida, compartilhou diversos conhecimentos sobre o município, tendo vivenciado e convivido com outros personagens importantes da cidade. Acreditamos que, em um futuro doutorado, possamos abordar tais perspectivas com mais profundidade.

16. Dedicamo-nos à análise dos resultados obtidos ao longo do estudo, momento em que o pesquisador compartilhou com os professores os dados alcançados, em um último encontro remoto, realizado via Google Meet.

É a partir desse percurso metodológico que buscamos levantar e descrever a política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva adotada pelo município de Pocinhos-PB, visando compreender os avanços apresentados nesse aspecto e como estes favorecem a inclusão escolar da pessoa com deficiência, assegurando seu acesso, permanência e progresso.

Nesse intento, realizamos um levantamento bibliográfico sobre a história da cidade. De posse desse material, e pautados no DUA, organizamos um recurso didático acessível sobre a história do município, juntamente com outros materiais necessários. Esses recursos foram apresentados aos professores participantes da pesquisa e, posteriormente, utilizados nas vivências com os(as) alunos(as), aplicados dentro de uma sequência didática estruturada a partir do produto educacional. Ao final do desenvolvimento do estudo e após a defesa da dissertação, esse produto estará disponível para uso dos educadores da escola.

No capítulo seguinte, dialogaremos sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência em nosso país, perpassando os primeiros movimentos relacionados ao tema, o

avanço na concepção de deficiência e como essa mudança influenciou nas políticas públicas voltadas a esse público.

Será possível perceber que os movimentos iniciados fora do país também influenciaram nossa realidade. Veremos como tais influências se materializaram por meio da criação de instituições especializadas, como o Instituto Nacional de Educação de Surdos, que remonta ao período imperial, entre outros.

Dando continuidade, observaremos que os marcos legais começam a refletir essa nova concepção de pessoa com deficiência, sendo que inúmeras legislações passaram a vigorar no Brasil. No entanto, é na década de 1990 que notamos grandes e significativas transformações nessas normas, possibilitando maior democratização da escolarização para pessoas com deficiência. Todos esses documentos serão apresentados de maneira resumida, a fim de possibilitar ao leitor o conhecimento da legislação pertinente ao tema.

3 PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Nesta seção, abordamos de modo breve o processo de inclusão das pessoas com deficiência no Brasil, a partir da legislação relacionada à temática. Apresentamos os principais marcos legais voltados à inclusão, os quais atualmente se referem ao público-alvo da Educação Especial (PAEE). Dessa forma, foi possível compreender que, historicamente, as pessoas com deficiência nem sempre tiveram acesso à educação como deveriam, uma vez que esse direito foi sendo moldado de acordo com os espaços que essas pessoas passaram a ocupar na sociedade mundial — e, conseqüentemente, no Brasil. Durante muitos anos, esse grupo esteve negligenciado: inexistiam políticas públicas voltadas às suas necessidades ou, quando existiam, eram insuficientes e não contemplavam a diversidade presente nesse público. Assim, identificamos as primeiras iniciativas de ensino em território brasileiro voltadas às pessoas com deficiência, ainda durante o Segundo Império, bem como o processo de amadurecimento das leis, que passaram por ajustes e aprimoramentos com o intuito de contemplar a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Essa abordagem não se limita apenas à garantia do acesso, mas evidencia a necessidade de assegurar a permanência e as condições adequadas para o desenvolvimento pleno desses sujeitos.

3.1 Primórdios da educação inclusiva brasileira

Assim como ocorria em outros países do mundo, as pessoas com deficiência permaneceram, por muitos anos, excluídas da vida pública e à margem da sociedade. Isso se deve ao fato de que eram compreendidas a partir da concepção predominante na época, pautada no modelo médico, que as percebia exclusivamente sob a ótica da saúde. Nesse modelo, essas pessoas eram vistas como incapazes de realizar atividades básicas que qualquer cidadão, considerado “normal”, poderia desempenhar.

Direitos básicos eram sistematicamente negligenciados, sendo as pessoas com deficiência rotuladas como inválidas, incapazes e limitadas. Durante muito tempo, no Brasil, as iniciativas voltadas ao atendimento desse público assumiram um caráter assistencialista ou focado unicamente na reabilitação do indivíduo.

Ao longo das décadas, contudo, observamos mudanças significativas na forma como a sociedade compreende e se relaciona com a pessoa com deficiência. Tais transformações se

materializam por meio de inúmeros marcos legais, voltados a garantir os direitos e atender às necessidades específicas dessa comunidade.

O Brasil, assim como outras nações, passou a acompanhar as tendências e os movimentos internacionais que reivindicavam e assumiam o compromisso com a promoção da inclusão, o que se expressa em diversas políticas públicas. Muitas dessas ações resultam de acordos e debates internacionais dos quais o país é signatário, e que, ao serem incorporados à legislação nacional, passaram a ter força de lei em nosso território. Outras normas foram instituídas com o objetivo de ampliar o acesso aos direitos e promover maior equidade para as pessoas com deficiência.

Destacamos que algumas leis e marcos foram pensados e elaborados considerando as especificidades de determinados grupos, como é o caso da comunidade surda e das pessoas com transtorno do espectro autista.

A seguir, apresentamos, de forma breve, uma retrospectiva da linha cronológica dos marcos legais brasileiros voltados à inclusão da pessoa com deficiência, com foco no acesso, permanência e desenvolvimento no contexto educacional.

A Carta de Lei Imperial (Brasil, 1824, n.p.), promulgada em 25 de março de 1824 por sua majestade Dom Pedro I, em seu Título II, artigo 8º, afirma que “perdem seus direitos aqueles que, entre outras situações, apresentarem incapacidade física”.

Com isso, podemos perceber que esse documento expressava, de forma explícita, a exclusão das pessoas com deficiência, ao lhes negar direitos básicos — como o direito à educação —, que teoricamente deveriam ser garantidos a todos(as).

Foi apenas no Segundo Reinado, sob o governo de Dom Pedro II, que se inaugurou a primeira escola da América Latina destinada ao atendimento de pessoas com deficiência. Essa instituição foi pioneira no Brasil no atendimento a pessoas surdas e cegas, recebendo estudantes de diversas regiões do país. Essa escola, localizada no estado do Rio de Janeiro, permanece em funcionamento até os dias atuais e é conhecida como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Na ocasião, foi convidado um professor francês, com experiência no processo de alfabetização de surdos na França, para lecionar aos estudantes surdos brasileiros. Nesse mesmo período, também foram iniciadas as atividades do Instituto Benjamin Constant, escola voltada ao atendimento de pessoas com cegueira. (Vejam as Figuras 1 e 2.)

Figura 1 - Fachada do INES em 1959



Fonte: Gov.br (2024).

Descrição: Fotografia em preto e branco de um prédio grande com estilo renascentista francês, que é a fachada do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em 1959. O texto ao lado da imagem descreve a fotografia e menciona a fonte como Gov.br 2024.

Figura 2 - Instituto Benjamin Constant - IBC



Fonte: Facebook do IBC (2024). Disponível em: <https://museuvirtual.pocinhos.net/galeria-de-imagens-padre-galvao/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Descrição da fotografia: Imagem da aérea da sede do Instituto Benjamin Constant, prédio grande no estilo neoclássico, pintado nas cores rosa e branco, com uma faixa principal apresentando duas enormes colunas que permitem acesso ao interior do prédio, e uma grande escada na entrada principal, assim como, está cercado por grades de proteção; o

conjunto arquitetônico está cercado de prédios e árvores, destacando algumas palmeiras em seus jardins. As duas instituições de ensino criadas no Brasil pro D. Pedro II representaram avanços bastante significativos para o acesso da pessoa com deficiência a escolarização.

3.2 Novos tempos e ventos começam a se desenhar no campo da inclusão escolar

Segundo Rodrigues, Capellini e Santos (2014), até meados do século XIX, as práticas estabelecidas no Brasil em relação à forma como a sociedade lidava com a pessoa com deficiência refletiam os padrões europeus. Conforme as autoras, a educação brasileira esteve fortemente influenciada pela medicina até meados da década de 1930.

Nas décadas de 1930 e 1940, observamos outra importante iniciativa no campo da educação da pessoa com deficiência: a fundação da Sociedade Pestalozzi, voltada ao atendimento de pessoas com deficiência intelectual e deficiências múltiplas, todas com idade superior a 21 anos (EBC, 2015). Inspirados pelas ideias da educadora russa Helena Antipoff, pais e amigos de pessoas com deficiência — até então denominadas "excepcionais" — organizaram-se enquanto sociedade civil e fundaram a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que, rapidamente, se multiplicou por todo o território nacional.

Nos anos de 1960 e 1970, o Brasil instituiu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), por meio da Lei nº 4.024/1961. Em seu artigo 88, estabelece que a educação das pessoas com deficiência deve integrar o sistema de ensino, com o objetivo de promover sua integração à comunidade. O artigo 89, por sua vez, determina que iniciativas privadas bem-sucedidas no ensino de pessoas com deficiência receberão incentivos governamentais, como bolsas e empréstimos.

Observamos, nesse período, a capacidade da sociedade civil em se articular por meio de instituições filantrópicas, com o intuito de oferecer apoio às pessoas com deficiência, seus familiares e demais envolvidos, diante da omissão do Estado em prover assistência adequada. É somente nas décadas seguintes que percebemos o Estado brasileiro voltar seu olhar a esses cidadãos, a partir da criação da LDBEN/1961, a qual, em dois de seus artigos, demonstra preocupação com o acesso à escolarização desse público, incorporando-o ao sistema educacional e prevendo investimentos para viabilizar sua efetiva inclusão.

Segundo Mantoan (2011), existem duas formas pelas quais o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ocorre. A primeira se dá em salas separadas, chamadas especializadas, destinadas exclusivamente a estudantes com deficiência. Nesses espaços, cursam, por vezes, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, substituindo, em alguns

casos, o ensino regular. Esse modelo restringe o acesso ao ambiente plural e coletivo da escola comum, limitando o desenvolvimento integral e a formação cidadã. Observamos, assim, a exclusão do direito ao ensino fundamental obrigatório e à convivência escolar com colegas sem deficiência, o que configura uma forma de discriminação.

Ainda hoje, há quem defenda esse modelo segregado, desconsiderando os princípios constitucionais e os tratados internacionais que garantem o direito à educação com equidade.

No segundo modelo, conforme a autora, percebemos o fortalecimento da educação inclusiva, que defende a presença de estudantes com deficiência nas mesmas salas e escolas que os demais alunos. Nessa realidade, o AEE ocorre de forma complementar e suplementar ao ensino regular, sem impedir a frequência à escola comum, assegurando, assim, o direito à educação em igualdade de condições.

Com a Lei nº 5.692/1971, que instituiu diretrizes para o ensino de segundo grau (atualmente Ensino Médio), foi incluído no Capítulo I, artigo 9º, que se deve assegurar tratamento diferenciado às pessoas com deficiência que apresentarem defasagem entre idade e ano escolar frequentado.

Ainda na década de 1970, o Decreto nº 72.425/1973, em seu artigo 1º, determinou a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de promover, nacionalmente, a expansão e a melhoria dos atendimentos educacionais às pessoas com deficiência. O CENESP propôs estratégias e orientações para a educação inclusiva, abrangendo desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, buscando garantir a participação efetiva dessas pessoas no sistema de ensino. A esse órgão foram incorporados o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e o Instituto Benjamin Constant (IBC).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, reafirma o direito de todos os brasileiros à dignidade e à igualdade. Em seu artigo 1º, inciso III, estabelece como fundamento da República a dignidade da pessoa humana; o artigo 5º garante igualdade de direitos a todos; o artigo 205 assegura a educação como direito universal; o artigo 206, inciso I, assegura igualdade de condições para acesso e permanência na escola; e o artigo 208 determina o direito da pessoa com deficiência ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A publicação da Lei nº 7.853/1989 reforçou esses direitos, garantindo, em seu artigo 2º, que as pessoas com deficiência têm direito à saúde, educação, moradia e outros aspectos fundamentais da cidadania. Em seu inciso I, assegura: a inclusão da pessoa com deficiência no sistema educacional; a gratuidade da educação especial na rede pública; a oferta de

programas de educação especial desde a pré-escola; o atendimento em unidades hospitalares, quando necessário; a equiparação de benefícios entre estudantes com e sem deficiência; e a matrícula compulsória nos cursos regulares para aqueles que apresentarem condições de frequentá-los.

Percebemos, portanto, que a década de 1980 foi marcada por dois importantes marcos: a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegura, em três de seus artigos, os direitos das pessoas com deficiência; e a consolidação da Educação Especial como uma modalidade de ensino que permeia todas as etapas da educação básica, garantindo-lhes o acesso ao Atendimento Educacional Especializado.

A partir desse ponto, adentramos a década de 1990, período marcado por transformações significativas no debate sobre os direitos das pessoas com deficiência e nas políticas de inclusão. O Brasil passou a participar ativamente de fóruns internacionais que discutiam a qualidade da educação e os direitos de seus cidadãos, incluindo, de forma mais enfática, as demandas da população com deficiência.

Nesse contexto, foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei nº 8.069/1990. O artigo 53 afirma que toda criança e adolescente tem direito à educação, sendo garantido o acesso e a permanência nos espaços escolares. O artigo 54, inciso III, assegura que a pessoa com deficiência deve ter acesso ao AEE, preferencialmente na rede pública de ensino (Brasil, 1990).

O ECA representa uma resposta brasileira a compromissos assumidos internacionalmente, especialmente à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o artigo 77 da Constituição Federal de 1988, que determina os direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

Ainda nessa década, destacamos a assinatura do Tratado de Salamanca, em 1994. Trata-se de uma declaração internacional que estabelece princípios, políticas e práticas voltadas à educação de pessoas com necessidades educacionais especiais. O documento propõe, como princípio, que a escola inclusiva é aquela onde todos aprendem juntos, sem segregação.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 1), os países signatários assumem o compromisso de desenvolver uma "Educação para Todos", que "[...] reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossar a Estrutura de Ação em Educação Especial”.

Esse documento foi, de forma especial, um dos mais importantes impulsionadores das transformações nas políticas de inclusão da pessoa com deficiência em nosso país. Elaborado por delegados de diversas nações durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Declaração de Salamanca foi aprovada e assinada pelo Brasil, sendo nosso país um de seus signatários.

Coube, portanto, ao Estado brasileiro, por meio de seus governantes, absorver e incorporar os princípios do documento às legislações nacionais, possibilitando a implementação prática de suas diretrizes por meio de políticas públicas de inclusão.

Ainda no ano de 1994, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 1.793, documento que, diante da necessidade de complementar a formação de docentes e demais profissionais que atuam com pessoas com deficiência, recomendou a criação da disciplina Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa com Deficiência, a ser implementada nos cursos de ensino superior.

A portaria também orientou a inclusão de conteúdo dessa área nos cursos da saúde e em outras áreas do conhecimento, conforme suas especificidades. Ademais, recomendou a manutenção e ampliação de estudos, bem como a oferta de cursos de graduação e pós-graduação já existentes na área da educação inclusiva.

Percebemos, assim, que o MEC, na década de 1990, demonstrou preocupação em proporcionar formação e qualificação adequadas aos profissionais da educação que atuam com o público da Educação Especial, em consonância com as orientações da Declaração de Salamanca.

Outro documento legal de suma importância para a consolidação da educação inclusiva no Brasil foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, considerada um marco fundamental para a educação brasileira. Essa lei passou a vigorar por meio da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A seguir, apresentamos, no Quadro 2, alguns dos principais dispositivos legais da LDB/96 relacionados à Educação Especial:

Quadro 2 - Trechos da LDB que referente a Educação Inclusiva

| Artigos | Consequências ao efetivá-los |
|-------------------------------------|--|
| Art. 3º Inciso I | Garante igualdade de acesso e permanência do educando na escola regular; |
| Inciso XIV | Assegura que deve ser respeitado à diversidade humana, linguística, cultura e identidade das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. |
| Art. 4º Inciso III | Garante o AEE de forma gratuita aos educandos público alvo da educação especial, mas mais distintas etapas e modalidades de ensino. |
| Art. 58 | Afirma que a Educação especial é uma modalidade de ensino, a ser disponibilizada preferencialmente na rede pública de ensino, desde a educação infantil, podendo ser disponibilizado ao educando público alvo desta modalidade apoio especializado. |
| Art. 59 | Garante que as instituições de ensino possam os processos de ensino-aprendizagem que visem atender as necessidades educacionais específicas deste público; assegura também o direito a matrícula a escola, assim como profissionais qualificados para atuarem no AEE. |
| Art. 60 A | Possibilita a educação bilíngue, a ser ofertada desde a primeira infância e tem como objetivo proporcionar o ensino a pessoas surdas, surdocegas, deficientes auditivos o processo de ensino-aprendizagem, onde eles terão acesso aos conteúdos através de Libras e português escrito. |
| Art. 60 B | Assegura as pessoas surdas, D.A e surdos com altas habilidades e superdotação, bem como com deficiências associadas recursos didáticos adequados, professores bilíngues e com formação adequada. |

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2024) com base na Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996, p. 8-9/42-45).

Descrição: Trechos da LDB referente à Educação Inclusiva" e está dividida em duas colunas principais: "artigos" e "consequências ao efetivá-los". Na coluna "consequências ao efetivá-los", há descrições relacionadas a cada artigo mencionado. Por exemplo, o Art. 3º Inciso I garante a igualdade de acesso e permanência na escola. Neste mesmo artigo, no Inciso III assegura que deve ser respeitada a diversidade humana, linguística, cultural e identidade e diferença auditiva. A tabela parece ser parte de um estudo ou análise sobre a legislação educacional inclusiva no Brasil, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). No rodapé da tabela, há uma nota de fonte que menciona "Fonte: Desenvolvido pelo autor (2024) com base na Lei de Diretrizes e Bases LDB (1996, p. 8.943-45)".

Diante do exposto no quadro acima pudemos perceber que no artigo terceiro da LDB, existe uma convergência quando fala que a Constituição federal de 1988, ao assegurar igualdade de acesso, bem como permanência dos alunos(as) na escola brasileira e consequentemente seu desenvolvimento e aprendizado. Outro ponto de convergência é quando aborda a questão do AEE, serviço oferecido através das salas de recursos multifuncional e importante expressão da educação especial nas escolas regulares do país. No artigo quarto percebemos a garantia do AEE presente em todas as etapas e modalidade de ensino. É importante ressaltarmos que para a educação básica o governo brasileiro instituiu o Programa Salas de Recursos Multifuncional, espaço este onde se desenvolve este

atendimento, e quando para o ensino superior criou os núcleos de acessibilidade, presente nestas instituições de ensino.

O artigo cinquenta e nove trata da garantia de acesso ao processo de escolarização e conseqüentemente de aprendizado, mas este sendo realizado por profissionais qualificados. Temos o art.60-A que foi acrescido recentemente a LDB, visando atender a demanda específica da comunidade surda, que neste caso vem a o acesso ao ensino bilíngue, ou seja, onde o aluno surdo, terá informação transmitida na língua de sinais de nosso país e por fim o sessenta B que assegura materiais didáticos e profissionais qualificados para público surdo, com Deficiência Auditiva – DA e dentro deste público os que tem superdotação, altas habilidades e deficiência associada.

Este marco legal LDB/96 representou e representa marco primordial para o aperfeiçoamento e o processo de acesso, permanência e desenvolvimento da PAEE em nosso país.

O decreto de nº 3.298, possibilitou a regulamentação da lei de nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 e está por sua vez trata da sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência. Em seu art. 2º ela assegura os direitos básicos da pessoa com deficiência; art. 3º e 4º apresentam-nos conceitos relacionados ao público das pessoas com deficiência, bem como categorização destas deficiências; o art. 7º apresentam os objetivos do plano de integração das Pessoas com Deficiência, mas é o capítulo VII, seção II e 24º a 29º que a educação e especificamente do acesso a este direito básico a Pessoa com Deficiência, a ser garantido.

O decreto mencionado assegura para estes cidadãos o acesso a escolarização, através da matrícula gratuita, a inclusão da educação especial enquanto modalidade no sistema de ensino, inserção desta modalidade tanto na rede pública quanto privada, oferta da educação especial nos sistemas de saúde a alunos que estejam internados por período de um ano e acesso a todos os benefícios que forem disponibilizados ao demais educandos pela rede de ensino; a oferta da modalidade deve ser assegurada a partir dos 0 anos de idade; que com reformas e construções de estabelecimentos se considere as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR 90/50 de 2015 relacionadas a acessibilidade, equipe da educação especial será constituída por equipe multiprofissional especializada a realizar procedimentos pedagógicos.

Podemos perceber sobre a educação especial a conceituação desta enquanto modalidade, a ser disponibilizada preferencialmente na rede regular e pública de ensino, devendo se configurar como um processo flexível, dinâmico e individualizado, ao abordar

garantir adaptações e apoios necessários de acordo com as características da pessoa com deficiência.

Tivemos outros documentos internacionais dos quais o Brasil participou e que também influenciaram fortemente as novas políticas públicas de inclusão brasileira.

No início do século XXI o Brasil promulgou a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência através do decreto de nº 3.956 de 08 de outubro 2001, que promulgou a convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência que passou vigorar em nosso país em 14 de setembro do mesmo ano. Ela garante que as PCDs têm iguais direitos humanos e liberdade fundamental que os demais seres humanos e que estes direitos não devem ser submetidos a discriminação em função de sua deficiência, também eles devem ter garantidos sua dignidade e igualdade. O art. 3º desta convenção de Guatemala diz que “os estados devem desenvolver práticas de cunho legislativo, social, educacional, trabalhista e de qualquer outra natureza que vise eliminar a discriminação existente contra as pessoas com deficiências e proporcionar a plena integração social dos mesmos” (Brasil, Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência 2001, n.p).

A Resolução CNE/CEB nº 02 de 11 de setembro de 2001, faz vigorar as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica este documento assegura em seus 22 artigos a aplicabilidade da inclusão no sistema de ensino brasileiro. Esta resolução estabelece que as Diretrizes Nacionais para educação de alunos com necessidades educacionais especiais, irão reger os processos educacionais de alunos com estas necessidades em todas as modalidades e etapas de ensino; estas diretrizes norteiam sobre a garantia de matrícula dos alunos público da educação especial em todas as etapas e modalidades de ensino, assegurando atendimento as necessidades específicas destes alunos e promovendo equidade e qualidade na educação; apresenta a educação especial como um modalidade que levará em consideração as singularidades de cada aluno(a) pautando sempre dos princípios éticos, políticos e estéticos; considerar durante todo processo educacional alunos(as) com necessidades educacionais especiais; identificação das demandas que este público apresenta, bem como pensar e realizar ações para estes, acompanhando e avaliando todo processo que este aluno estiver e para isto deve contar com assessoria técnica; atendimento aos que apresentam necessidades educacionais especiais prioritariamente nas classes regulares entre outras (Brasil, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, 2001).

A Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência - Protocolo Facultativo á convecção os Direitos das pessoas com Deficiência, documento este do qual nosso país participou desta sua elaboração inicial em 2002, através da presença de importantes órgãos representativos das pessoas com deficiência do país, dentre os quais: Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência - CONADE e a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência - CORDE, marco este que foi incorporado as nossas leis e que possibilita. Este documento “garante o monitoramento e cumprimento das obrigações assinadas pelo estado, ou seja, Brasil, que se compromete assim como as demais nações signatárias a promover inclusão a todos, bem como viabilizar o acesso de todas as oportunidades existentes para toda população” (Brasil, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007, p. 6-7/28). Este marco de inclusão é organizado em cinquenta artigos que abordam direitos civis, políticos, econômicos sociais e culturais das pessoas com deficiência.

A partir das informações extraídas do documento organizamos em forma de quadro visando deixar mais claro este documento e de forma especial o artigo sobre educação que traz em seu corpo uma significativa preocupação sobre a questão de assegurar a condição de Permanência e Aprendizado das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - PCNEE, vejamos o Quadro 3.

Quadro 3 - Ações da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência a serem implementadas

| Artigo | Compromisso do país | Objetivos com este artigo a serem efetivados |
|--------|--|--|
| Art.24 | Cabe aos países signatários reconhecer os direitos da PCD e efetivar sem discriminação o mesmo, baseado na igualdade de oportunidade, através da implantação de sistema de ensino inclusivo em todos níveis, bem como assegurar aprendizado destes indivíduos de maneira continua. | <p>Garantir que estados assegurem ao acesso à educação das pessoas com deficiência sem que elas sejam excluídas do sistema geral de ensino;</p> <p>Acesso ao ensino primário gratuito e de qualidade e ao secundário em condições de igualdade com demais alunos(as);</p> <p>Realização de adaptações segundo as necessidades individuais destes alunos(as) e outras providencias, apoio necessário aos estes alunos com deficiências viabilizando efetivação de sua educação;</p> <p>Assegurar medidas individualizadas visando garantir desenvolvimento social e acadêmico de acordo com meta da inclusão geral;</p> |
| | | Assegurar que as pessoas com deficiências consigam adquirir competências práticas e sociais necessárias de possibilite-os sua plena participação em condição de igualdade no sistema de ensino e na vida; |
| | | Possibilitar emprego de professores |

| | | |
|--|--|--|
| | | inclusive com deficiências, que sejam habilitados para o ensino de Língua de sinais, braile, bem como e proporcionar capacitação para profissionais que atuam em todos os níveis de ensino e pro fim assegurar acesso ao ensino superior, formação profissional, educação de jovens e adultos e formação continuada em condições de igualdade e sem discriminação. |
|--|--|--|

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2024) de acordo com a Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2007).

Descrição do quadro: Quadro organizado por três colunas e quatro linhas, a primeira linha destacada azul claro consta na coluna a palavra “artigo”, na segunda o compromisso do país e na terceira objetivos a serem efetivados; as palavras destacadas estão em caixa alta, letra de forma e negrito. Por sua vez nas linhas abaixo destacadas em azul claro, temos na coluna primeira o artigo 24 da convenção sobre os direitos da Pessoa com deficiência, na segunda coluna o compromisso do país e na última temos o que é assegurado através do artigo acima referido.

Ao realizarmos acima a leitura das informações pudemos compreender a importância deste documento, que assim como Salamanca foi incorporado a legislação brasileira, ou seja, passou também a ter status de lei, uma vez que nossa nação foi signatária. Que este marco está fortemente influenciado pela nova percepção de pessoa com deficiência, no qual eles também são sujeitos sociais e que na realidade somos nós que muitas vezes pela falta de conhecimento, investimento e atitudes diárias possibilitamos que a condição física destes indivíduos se transforme em impedimento e limitação. Assim sendo este marco vem propor iniciativas capazes de fortalecer as ações voltadas para inclusão escolar das PCNEE, através fortalecimento de políticas de ampliação de acesso a escolarização, conseqüentemente ações que garantam permaneciam e desenvolvimento destes indivíduos de maneira plena.

O Plano Nacional para Educação – PNE estabelecido através da lei de número 10. 172 de janeiro de 2001, afirma que:

A educação especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. [...] A modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante (Brasil, 2001, n. p).

A Resolução CNE/CP 1º de 2002, foi um documento responsável pela instituição das diretrizes Curriculares nacionais para formação de professores de educação básica, nível

superior, art. 6º sobre a construção do projeto pedagógico dos cursos de formação destes, quando em seu inciso 3º, II que aborda sobre os debates que deverão ser proporcionadas para melhor constituição de competências, contemple também sobre público que apresenta necessidades educacionais especiais, justamente alunos(as) que fazem parte do público alvo da educação especial (Brasil, 2002).

Em relação ao PNE/2001 traz fala sobre a quem destina a educação especial, configurando-se um modalidade a ser disponibilizada em todas as etapas e a ser garantido a PAEE, que por sua vez no tocante a resolução estabelece organização a nível nacional e de forma sistematizada o processo educacional no ensino superior, contemplando em sua grade curricular questões que permeiem a inclusão e desta maneira possibilita disponibilidade ao final dos cursos um maior número de professores(as) qualificados para atuação junto ao PAEE.

A portaria do MEC de nº 2.678 de 24 de setembro de 2002, estabelece a política de normas e diretrizes para uso, produção e difusão do braile em todas as modalidades de aplicação, compreendendo especificamente a língua portuguesa. O art.1º aprovou a grafia de braile para língua portuguesa, bem como seu uso em todo país (Brasil, Ministério da Educação, 2002). Mas, só entrou em vigor no ano de 2003.

Ainda durante o ano de 2002, o Brasil lançou a resposta as lutas da comunidade surda, quando reconhece a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS através de lei de número 10.436 de 24 de abril deste ano e três anos após o Decreto de 5.626 de 22 de dezembro de 2005 regulamentou a lei da Libras. Enquanto a lei de 2002 atribuiu a Libras o status de língua e a reconheceu como forma de interação, forma pela qual as pessoas surdas brasileiras se expressam e manifestam sua identidade, o decreto por sua vez além de ratificar a lei 10.436/02, aborda a disseminação e acesso dos surdos a Libras bem como o português como segunda língua e na modalidade escrita aos surdos, a presença dela como componente curricular de forma gradual nos cursos de licenciaturas, formação dos profissionais que atuam com Libras, a garantia de acesso à educação as pessoas surdas e com D.A, bem como outros direitos.

Nos dois parágrafos anteriores nos deparamos com dois importantes marcos para dois grupos específicos que compõem o PAEE, primeiro as pessoas cegas quando se viabiliza a disseminação do sistema braile e a segundo a comunidade surda e com D.A, ao oficializar a Língua Brasileira de Sinais, que vem a ser ratificado pelo decreto de 2005 mencionado acima. Estes documentos permitiram a disseminação da LIBRAS, valorização da cultura e identidade

surda, assim como, valorizou e reconheceu os profissionais que atuam junto aos surdos com esta língua, e entre outras ações que conseqüentemente vieram após estas leis.

No ano de 2007 o governo lançou também o plano de Metas e compromissos todos pela educação e que foi instituído através do decreto de nº 6.094 de 24 de abril do ano em curso, onde governo federal junto as outras instâncias e junto à comunidade escolar comprometem-se em assegurar e promover qualidade da educação, no art. 2º - IX diz que o sistema de ensino e suas diretrizes, assumem dentre outras “garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas” (Brasil, Plano de Metas de Compromisso Todos pela Educação, 2007, n.p).

Em 2008, tivemos o registro da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI, elaborado em grupo e garantido através da portaria ministerial de nº 555 de 05 de julho de 2007, com prorrogação até outubro do mesmo ano, através da portaria nº 948/2007. Esta política é resultado e reflexo das lutas e avanços em relação a inclusão das Pessoas com necessidades educacionais especiais - PCNEE, e que visam equidade no processo educacional e de qualidade. O documento tem sua composição marcos e normativas da educação inclusiva, uma diagnose sobre a realidade brasileira sobre a presença da PCNEE nas salas regulares e escolas inclusivas no período de 1998 a 2006, com dados estatísticos dos matriculados em escolas públicas, privadas, escolas inclusivas e regulares e pra modalidade e etapas, e constata-se crescimento deste público nestes contextos.

O PNEEPEI tem como objetivo “assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais” (Brasil, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2007, p. 8).

Documento este que podemos considerar marco divisor de águas, pois possibilitou uma compreensão mais profunda da educação especial, compreendo como aquele é processual e que até então era denominada desta maneira considerando apenas seu status de modalidade de educação, a política nacional de educação inclusiva faz a nossa compreensão de educação especial ser ressignificada, quando passa compreender que a dificuldades que a pessoa com deficiência tem para se manter no processo de educação tem mais relação com as práticas atitudinais, ou seja, a forma como são percebidos pelos outros, onde se observar apenas a deficiência que apresenta e desconsidera-se suas potencialidades, assim podemos dizer que se e educação especial é modalidade, a perspectiva dela ser inclusiva relacionar com

processo, o que desejamos proporcionar para que a PCDs alcance, garantindo a ela condições de acesso, permanência e desenvolvimento e sempre possibilitando espaço de escuta para que os mesmos também colaborem com processo, tornando-se assim atores de seu processo educacional e não mais espectadores ou coadjuvantes, esta seria a melhor analogia para compreendermos a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como seus benefícios para toda sociedade.

Os marcos seguintes são bastante relevantes pois eles tratam de uma importante manifestação da educação especial na perspectiva da inclusão que são as Salas de Recursos Multifuncionais, estabelecidas pelo governo federal.

Temos as Diretrizes Operacionais para o AEE na educação básica, modalidade educação especial (Brasil, 2009, p. 1-3), foram instituídas através a Resolução de nº 04 de 02 de outubro de 2009, este orienta sobre a questão do atendimento especializado e o Decreto de 7.611 de 17 de novembro de 2011 (Brasil, 2011, n.p), dispõem sobre a educação especial e o AEE, trata das atribuições dos governos em relação a este serviço, garantia de ensino incluso sem discriminação, dos investimentos para viabilizar ampliação deste serviço, aporte técnico e do caráter suplementar do AEE, disponibilização de serviços específicos que venham suprir as necessidades educacionais específicas do público.

Durante o ano de 2012 foi sancionada a Lei do autista de nº 12.764 aos 12 dias do mês de dezembro do ano referido aqui, esta lei instituiu a proteção dos direitos da pessoa com o Transtorno do Espectro Autista - TEA, que em seu art.1º e 2º estabelece diretrizes para esta política nacional, bem como apresenta conceito de pessoa com TEA, no art. 3º aborda os direitos a serem garantidos a este público específico, dentre os quais o acesso à educação como previsto pelo inciso V neste artigo, no art. 3º A viabilização da criação de um documento para pessoa autista em todo território nacional, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo - CIPTEA (Brasil, 2012). Esta lei também é conhecida nacionalmente como Lei Berenice Piana, mãe de pessoa com TEA e militante da causa.

Tivemos no ano de 2014 aprovação da lei de 13.005 que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE, que em seu art. 2º , inciso II apresenta como uma das diretrizes do PNE, a universalização da educação, no art. 8º , inciso III garante que estados e municípios em seus planos locais estejam em convergência com nacional, de forma que se garanta o atendimento das necessidades específicas na educação especial, viabilizando assim um sistema inclusivo de ensino em todos os níveis, etapas e modalidades (Brasil, 2014). Este documento é

composto contempla como podemos perceber a educação especial e conseqüentemente os educandos que ela tem como público.

No PNE/2014 a educação especial é abraçada especificamente na meta 4 que como objetivo universalizar para o PAEE entre aqueles que estão entre faixa de idade de 04 a 17 anos, e o acesso ao AEE se de presencialmente na rede pública de ensino e outras que estejam conveniadas junto ao MEC. Pensando naqueles leitores e leitoras que desejam fazer leitura destas metas com mais detalhes organizamos uma quadro com base neste documento e na meta específica aqui abordada e está por sua vez estará disponibilizada em anexos.

Mesmo sabendo que todos os marcos legais tiveram sua importância e representaram passos nos passos relevantes para o progresso no processo de inclusão da pessoa com deficiência em ambiente escolar e visando assegurar seu acesso á escolarização com equidade, qualidade, bem como oportunizando-os em pé igualdade a escolarização. Mas este próximo marco tem papel fundamental no Brasil para fortalecer as leis que já existiam e afirmando-os e possibilitando melhoramentos, estamos nos referindo ao Estatuto da Pessoa com Deficiência - EPD, ou simplesmente a Lei Brasileira de Inclusão - LBI, que foi garantida através da Lei de nº 13.146 de 06 e julho de 2015. Este marco tem como objetivo assegurar a promoção em pé de igualdade, bem como do exercício de cidadania e inclusão social e liberdades fundamentais a todo a pessoa com deficiência, como podemos confirmar em seu art.1º. Ela não é uma lei que trata especificamente da inclusão da PCNEE na escola, mas contempla todos áreas: saúde, trabalho, educação, assistência social entre outros tantos direitos fundamentais a todo pessoa, aborda ainda questões que permeiam a acessibilidade, barreiras, DUA - Desenho Universal para Aprendizagem entre outros, adequação físicas e estruturais e atitudinais para garantir acesso e permanencia da PCNEE em todos os locais, bem como de comunicação, aborda ainda questões como não discriminação.

Mas no capítulo quinto, que compreende aos artigos 27º até 30º que abordam a questão da educação enquanto um direito fundamental a ser garantido a toda pessoa com deficiência. Esta lei foi influenciada pela convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, documento internacional do qual o nosso país é signatário (Brasil, 2015).

A LBI “assegura um sistema educacional inclusivo de forma contínua, que garanta o aprendizado e desenvolvimento da pessoa com deficiência , enfatizando suas potencialidades, considerando interesses, gostos e necessidades de aprendizado”, podemos observar ainda que estes artigos da referida lei, “responsabilizam o poder público o papel da promoção, criação, desenvolvimento, acompanhamento, implementação, incentivo e avaliação os processos que

envolvem as práticas relacionadas a educação inclusiva em nosso país.” Dentre as muitas demandas que este documento aborda, este

Garante um sistema inclusivo em todos níveis , etapas e modalidades continuamente, institucionalização do AEE no Projeto Político Pedagógico - PPP, educação bilíngue para surdos(as), ofertas de recursos linguísticos como Libras, braile, recursos de assistivos, acessibilidade, formação continuada para profissionais, acessibilidades para todos que estão na processo educacional, profissionais e estudantes, disponibilização de intérpretes e tradutores de libras, oferta de profissional de apoio para pessoa com deficiência estes são apenas alguns dos muitos direitos que foram assegurados através desta lei (Brasil, 2015, n.p).

Diante da grandeza do que representa a LBI, podemos dizer que seu texto corrobora para que governos sincronizem suas políticas públicas com a mesma, de maneira que se assegure de forma concreta o direito antes de qualquer coisa de ser gente, ter dignidade, poder expressar-se, e fazer-se ouvir, ter acesso à informação, escolarizar-se com equidade, tendo respeitado a diversidade e as necessidades educacionais específicas, de maneira que além de estar, possam aprender e assim exercitem o direito de cidadania.

O Conselho Nacional de educação institui através da Resolução CNE/CP 2 de 22 de dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Este marco enquanto documento unifica o currículo nacional, ou ao menos padroniza, porém não trouxe nada de muito claro no corpo do texto sobre a educação inclusiva, mas ainda sim em seu art. 4º afirma que ela é resposta a LDB/96 e ao PNE, aplicáveis na educação básica, fundamentadas nas competências gerais, expressões dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e devem serem desenvolvidas pelos estudantes através da:

Valorização e utilização dos conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

Utilização de diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;

Exercício da empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, de forma harmônica, e a cooperação, fazendo-se respeitar, bem como promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;

E por fim através da prática pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com

base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (Brasil, Resolução CNE/CP 02 de 22/12, 2017).

É importante também esclarecer que a BNCC é um marco legal que norteia as práticas do sistema de ensino do país, a fim de orientar na revisão e elaboração de seus currículos, possibilitando ao governos referenciar para a concepção, construção, implementação, avaliação bem como revisão dos currículos, das propostas pedagógicas das instituições de ensino, o intuito principal deste documento findar fragmentação até então existe entre currículo em nosso país, mas vale salientar que ainda sim ele flexibilizar para parte diversificada, que possibilita ser considerado as especificidades de um determinado local. No capítulo III da resolução CNE/CP nº 2 assim afirma o art. 9º que,

As instituições ou redes de ensino devem intensificar o processo de inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, garantindo condições de acesso e de permanência com aprendizagem, buscando prover atendimento com qualidade (Brasil, Resolução CNE/CP Nº02 de 22 de dezembro, 2017, p. 7).

A BNCC (Brasil, 2017) nos apresenta dentro do quadro 4 de competências gerais, alguns que convergem com a educação especial, ou melhor com público alvo da mesma:

Quadro 4 - Competências da BNCC convergentes com Educação Especial

| |
|--|
| 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; |
| 2. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo; |
| 3. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza; |
| 4. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. |

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2024) com base na Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 04-05).

Descrição do quadro: Quadro sobre competências da BNCC, organizado através de quatro linhas, na cor branca, cada uma consta uma competência que está relacionada á educação especial.

Diante das quatro competências dispostas no quadro acima, podemos afirmar que ambas possibilitam aos profissionais da educação bem como das instituições de ensino desenvolver práticas que se enquadram na perspectiva inclusiva.

A primeira competência proposta, oportuniza em sala de aula considerar a diversidade da sociedade e usando estes saberes para relacionar com os temas a serem abordados e desta maneira tornando estes momentos mais significativos e que proporcionam engajamento.

Na segunda competência podemos perceber a ênfase sobre a necessidade de apresentarmos os saberes utilizando vários recursos e estratégias de comunicação, artes matemáticas e entre outras, desta maneira possibilita-se que todos tem acesso ao conhecimento cada um a forma que lhe soa mais confortável e consequentemente estimulando e possibilidade que todos expressem cada um da maneira que lhe é possível.

Na competência três e quatro podemos compreender através do desenvolvimento das mesmas práticas sociais que evidenciam a valorização do outros em sua diversidade, necessidades, saberes e possibilidades e não menos importante aborda a questão práticas de coletividade nas quais estarão permeadas por outras atitudes eu favorecem o processo de cidadania.

No ano de 2019 através do decreto de nº 9.465, capítulo II, art. 2º Inciso II que trata dos órgãos específicos-E, governo brasileiro decidiu criar a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - SMEE, antiga Secretaria de Educação Continuada - SECADI, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Brasil, 2019, n.p.).

Segundo o Ministério da Educação - MEC (Brasil, Ministério da Educação, 2024, n.p)

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI em articulação com os sistemas de ensino implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. E tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Estes parágrafos nos permitem perceber que a criação da SECADI a partir do decreto referido acima, que o Brasil a partir de seu ministério da educação passa ter em sua composição um importante braço institucional para realizar a promoção, disseminação e ampliação do processo de inclusão escolar numa perspectiva inclusiva e que contempla a diversidade presente em nossas salas. Esta secretaria desenvolve dentre suas ações formações continuadas e cursos que contemplam temáticas relacionadas a inclusão e diversidade.

A comunidade surda foi contemplada através da Lei de nº 14.191 de 03 de agosto de 2021, marcou que significou relevante progresso para os surdos brasileiros, o texto que dispõe sobre a questão da educação bilíngue de surdos enquanto modalidade, que alterou a LDB afirmando no art. 60 que:

A que em ela é modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizastes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos, modalidade esta que acontecerá de forma contínua. E quando necessário garantirá -se tanto o AEE, como serviços de apoio especializado, faz saber também que a garantia desta modalidade como dos serviços associados ao mesmo, não prejudicam em nada a matrícula na sala regular (Brasil, Educação bilíngue de surdos, 2021, n.p).

No ano de 2023 foi instituído através do decreto federal de nº 11.793, art. 1º no novo plano viver sem limites, que representa um aprimoramento do primeiro que foi lançado no ano de 2011. Seu objetivo é proporcionar a integração, articulação de ações, políticas e programas visando assegurar os direitos da pessoa com deficiência. Dentre suas diretrizes destacamos algumas que são propostas no art. 2º, que seguem abaixo:

§ I - o enfrentamento do capacitismo, do preconceito e da violência contra pessoas com deficiência;

§ II - o reconhecimento da participação e do protagonismo das pessoas com deficiência;

§VIII - o respeito pela diferença e pela plena inclusão das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana no País; X - a promoção da igualdade equitativa de oportunidades e de adaptações razoáveis para as pessoas com deficiência.

No art. 3º que aborda aponta para a estruturação de plano alguns eixos necessários, dentre os quais:

§ II - acessibilidade e tecnologia assistiva;

§ IV - promoção do direito à educação, à assistência social, à saúde e aos demais direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Brasil, 2023, n. p).

O novo viver sem limites nos permite perceber esta nova versão e representa para nós que o nosso país tem aprendido a avaliar suas políticas públicas sobre inclusão e acessibilidade. Sabemos que é urgente a necessidade de combater o capacitismo da sociedade, que gera exclusão, e possibilita abertura de espaço para escuta das pessoas com deficiência que geralmente sempre foram representadas por outros que não eles mesmos, e vemos a preocupação em relação a necessidade de nutrirmos em nossa sociedade a cultura do respeito pela diversidade e pelo divergente. Este documento ainda se atenta para questão da acessibilidade associada ao uso das Tecnologia Assistiva - TAs como instrumentos de

promoção de inclusão e por fim, aborda a questão da equidade em relação aos direitos essenciais a todo o indivíduo tenha ele ou não alguma deficiência.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (Brasil, 2024) este novo plano foi organizado, pensado desde o mês de maio do ano de 2023, envolvendo vários ministérios do governo e produzindo como resultado disto 110 ações que visam combater o capacitismo, preconceito e violência contra a pessoa com deficiência no Brasil, bem como deseja através destas ações garantir igualdade, equidade de oportunidade e adaptações razoáveis para este público, economia de inclusão e de direito ao desenvolvimento, de forma que seja possível construirmos uma sociedade mais justa, solidaria e liberta.

Sobre Novo Viver sem Limites (Brasil, 2023) temos algumas iniciativas que são bastante relevantes para o processo de inclusão PCD. Vejamos abaixo no quadro, através de quatro eixos de ação, aqui sendo dispostas apenas as que tem como órgão responsável o MEC. Para organizarmos o quadro abaixo selecionamos nos quatro eixos apenas as iniciativas que tinham relação com a inclusão escolar das PCNEE, como vocês poderão consultar abaixo no Quadro 5.

Quadro 5 - Iniciativas do Plano Viver sem Limites

| Eixos | Descrição | Iniciativas | Responsáveis |
|---|---|--|---------------------|
| Gestão e Participação Social | Aprimorar a gestão pública para garantir plena participação e exercício da cidadania das pessoas com deficiência. | Lançamento de 6 editais de fomento à pesquisa para pesquisadores com deficiência; Criação de 27 observatórios de monitoramento para fiscalizar a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (parceria com Universidades Federais). | MEC |
| Enfrentamento ao Capacitismo e a violência | Enfrentar a violência contra pessoas com deficiência e o capacitismo. | Formação de 8.250 professores de salas comuns na "Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva"; Capacitação de 100% dos profissionais dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNES, no âmbito da Rede dos Institutos Federais. | MEC |
| Acessibilidade e Tecnologia Assistiva | Promover a Acessibilidade Universal e o acesso a Tecnologias Assistivas | Atendimento de 38 mil escolas com salas de recursos multifuncionais adquiridas com recursos do Programa Dinheiro Direito na Escola – PDDE; 1.500 ônibus de transporte escolar acessíveis; Fornecimento de dispositivos e equipamentos de tecnologia assistiva para o atendimento de 95 mil crianças com deficiência; 72 mil exemplares em Braille para o atendimento de 12 mil alunos cegos ou com deficiência visual no âmbito do Programa Nacional Livro Didático – PNLD; Retomada da Rede Incluir para ações de acessibilidade nas Universidades Federais; Livros digitais para 20 mil alunos cegos ou | MEC |

| | | | |
|---|---|---|-----|
| | | com deficiência visual no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. | |
| Promoção do Direito à Educação, à Assistência Social, à Saúde, e aos demais Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais | Fomentar o acesso das pessoas com deficiência a direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais e outros. | Educação Bilíngue Investimentos com pessoal e ações no Instituto Nacional de Surdos – INES; Ampliação de 700 vagas no âmbito do PARFOR na rede de mestrado profissional em Educação Inclusiva (PROFEI/PROEB) para todos os estados e o DF; Capacitação para residentes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica (PARFOR); Formação de 3.500 profissionais na educação bilíngue (Língua Brasileira de Sinais) de surdos até 2024; 80 vídeos com produção de material bilíngue; Suporte financeiro adicional a escolas para atendimento a estudantes com deficiência no Programa Dinheiro Direto na Escola Básico – PDDE; Contratação de profissionais de apoio a estudantes com deficiência na Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica; Financiamento de 60 Projetos de Extensão com Equoterapia na Rede Federal; Promoção de 80 cursos de produção de materiais acessíveis no âmbito da Plataforma Aprenda Mais; 10% de provimento das vagas para pessoas com deficiência no Concurso Nacional da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). | MEC |

Fonte: Brasil, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2024).

Descrição do quadro: O quadro traz iniciativas do plano viver sem limites, o mesmo está composto por quatro colunas e cinco linhas, destacada na cor azul claro. Na primeira linha temos destacada em negrito as palavras: eixo, descrição, iniciativa e responsáveis, estando uma em cada coluna nas primeiras linhas. Nas Linhas e colunas seguintes temos detalhadas cada um destes tópicos.

Percebemos que o projeto Viver sem Limites contempla em seus eixos a perspectiva inclusiva, e aqui dispusemos apenas das iniciativas, bem como os órgãos responsáveis pela ação, e pudemos constatar que elas contemplam a questão da educação, ou melhor as questões educacionais, formativas, estruturais, de financiamentos, ampliação de serviços já existentes, disponibilização de suporte e recursos didáticos pensados a favorecer o processo de inclusão escolar da pessoa que apresenta alguma deficiência.

Tivemos recentemente o sancionamento por parte da Presidência da República a lei de nº 14.880 na sua integralidade, marco legal este que possibilita a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 anos - PNAEEC,

[...] garantindo assim o acesso precoce deste público ao AEE, e ainda determina prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças da educação infantil apoiadas pela educação especial e a crianças da educação infantil com sinais de alerta para o desenvolvimento (Brasil, 2024, n. p).

Dessa forma podemos constatar no Quadro 6 artigos, incisos e ações do PNAEEC:

Quadro 6 - Artigos, incisos e ações do PNAEEC

| ARTI GOS | INCI SOS | AÇÕES |
|-------------|-------------|---|
| Art. 3º | §2º | Assegura o AEE, através da atenção precoce a bebês e crianças de 0 a 3 anos, que tenham nascido em condição de risco, como os prematuros, os acometidos por asfixia perinatal ou os que apresentem problemas neurológicos, malformações congênitas, síndromes genéticas, entre outros e complementando. |
| art.16 | § 2º | Garante os serviços de atenção precoce atinentes à faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos, expressão do atendimento educacional especializado em uma perspectiva inclusiva, serão realizados em espaços físicos adequados ou adaptados às necessidades da criança, que contarão com infraestrutura e recursos pedagógicos e de acessibilidade apropriados ao trabalho a ser desenvolvido, bem como com profissionais qualificados; |
| | § 3º | Afirma que os serviços de atenção precoce e sua operacionalização deverão ter como eixos a perspectiva inclusiva e o processo de aprendizagem global das crianças e deverão fixar objetivos pedagógicos, enfatizar a construção do conhecimento e desenvolver trabalhos coletivos direcionados à aquisição de competências humanas e sociais. |
| art.4º | X | Assegura a promoção do desenvolvimento das potencialidades das crianças de 0 a 3 anos que apresente alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e dos bebês que nasceram em condição de risco, no que se refere aos aspectos físico, cognitivo, psicoafetivo, social e cultural, de forma a priorizar o processo de interação e comunicação mediante atividades significativas e lúdicas; |
| | XI | Garante o conjunto de serviços, apoios e recursos necessários para atender às necessidades das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e às necessidades de suas famílias, com vistas à promoção do desenvolvimento infantil pleno e inclusivo, em colaboração Inter federativa. |

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2024), com informações na íntegra do texto original, PNAEEC (2024).

Descrição do quadro: O Quadro na cor branca é composto por três colunas e quatro linhas, nas primeiras linhas, coluna um temos artigos, na segunda incisos e na última ações. Nas linhas e colunas abaixo os artigos, incisos e ações que são garantidas através dos mesmos.

Diante do conjunto de documentos existentes no Brasil, que visaram ou visam contemplar a inclusão da pessoa com deficiência, bem como garantir não apenas o seu acesso, mas também a sua permanência na escola e, conseqüentemente, seu desenvolvimento, podemos perceber que têm ocorrido incessantes esforços por parte do governo para acelerar

esse processo de inclusão com qualidade. Reconhecemos que ainda há um longo caminho a ser trilhado para que alcancemos o ideal almejado, porém, é relevante destacar que não estamos em atraso em relação à realidade de outras nações na promoção da inclusão, mas sim em processo de construção.

Podemos realizar aqui uma analogia bastante nordestina, comparando esse processo ao trabalho de um artesão que confecciona uma colcha ou uma toalha de mesa de fuxico — feita com pedaços de tecidos reaproveitados, com cores e texturas distintas — os quais são adicionados um a um, formando, ao final, um material bonito, colorido e vibrante. Da mesma maneira, é a inclusão: assim como a colcha requer muitos pedacinhos de tecido, as leis, decretos, resoluções e outros documentos vão se complementando e se encaixando, até formar um conjunto normativo robusto que assegura a implantação, o financiamento, a fiscalização, a avaliação e a adequação do processo, sempre com vistas ao seu aprimoramento. Isso não significa, contudo, que esse processo esteja concluído; ainda há possibilidades de ampliação e aperfeiçoamento.

Dando continuidade, compartilhamos um pouco sobre a realidade na qual desenvolvemos este estudo, voltado para o processo de escolarização na cidade de Pocinhos-PB, desde os seus primórdios até os dias atuais. Abordamos as políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência nesse município, que, na medida do possível, são apresentadas a seguir, com o objetivo de situar o leitor quanto à realidade da educação inclusiva local, seus avanços e desafios.

4 POCINHOS: CONHECENDO O CHÃO DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos o processo de escolarização da cidade de Pocinhos – PB, desde o período imperial, realizando um percurso histórico que evidencia como a educação contribuiu para o progresso local, sendo um importante instrumento de transformação social e de promoção da inclusão. Além disso, destacamos os marcos legais voltados à inclusão da pessoa com necessidade educacional especial, situando o leitor quanto à relevância dessas normativas no contexto educacional do município.

4.1 A escolarização em pocinhos (PB) dos primórdios aos dias atuais

Compreendemos que delinear o percurso histórico do objeto de nossa pesquisa contribui significativamente para a compreensão dos desafios e conquistas enfrentados ao longo do tempo. A história revela caminhos tortuosos, descortina obstáculos e conquistas, além de apontar possíveis soluções. Ao nos propormos a realizar esse percurso histórico, possibilitamos uma reflexão crítica sobre a cidade de Pocinhos – PB, bem como sobre a forma como a pessoa com deficiência tem se tornado, na atualidade, tema de debate e construção de políticas públicas que viabilizam sua inclusão plena por meio do acesso à escolarização.

A instituição escolar está presente em Pocinhos desde o período imperial, representando, já naquela época, um indicativo de progresso para a comunidade local. Segundo Araújo (2020, apud Ribeiro, 2003, p. 43), “no século XVIII, Luiz Alves de Carvalho, líder local, propôs que ocorresse a criação de uma escola, denominada no período cadeira de primeiras letras”.

Outro marco significativo para a educação e o desenvolvimento do povo pocinhense foi a passagem do Padre Ibiapina pelo povoado, que resultou na criação da Casa de Caridade por volta de 1866. Esta foi uma das muitas obras do conhecido Apóstolo do Nordeste, cujo objetivo era amparar crianças abandonadas e pessoas em situação de vulnerabilidade. Nessa instituição, além do acolhimento, eram oferecidas, por meio de doações arrecadadas por Padre Ibiapina e seus colaboradores, atividades manuais e domésticas, bem como a oportunidade de acesso à educação, onde as crianças aprendiam a ler e escrever (Araújo, 2020, apud Ribeiro, 2013).

A Casa de Caridade, fundada por Padre Ibiapina, funcionava como um orfanato e pode ser considerada a primeira instituição em território pocinhense a promover o acesso à escolarização. Durante muitos anos, foi a única instituição existente com essa finalidade. Sua

atuação prática no acolhimento e na garantia da permanência dos indivíduos nela abrigados pode ser reconhecida como uma das primeiras formas de assistencialismo efetivo na região, obtendo reconhecimento por sua relevância social (Araújo, 2020, apud Ribeiro, 2013).

Segundo Araújo (2020, apud Ribeiro, 2013, p. 61–62)

A Casa de Caridade foi considerada, em 1873, como a maior instituição de ensino existente no interior do estado da Paraíba, ele era um prédio que apresentava piso irregular no seu interior e celas no estimo monástico, não havia pintura, tinha muitos batentes e atendia 55 alunas.

Atualmente, o espaço físico da antiga Casa de Caridade localiza-se em uma área urbana, situada em um sítio, e é composto por um grande casarão, que possui ao centro uma pequena capela com acesso ao interior da edificação. Ao seu redor, encontram-se diversas árvores, algumas delas frutíferas. Em sua frente, há um grande açude e, nas proximidades, um poço de grandes dimensões, atualmente desativado. Apesar das várias modificações realizadas ao longo dos anos em sua estrutura, o imóvel permanece bem conservado. O espaço é de propriedade da paróquia local, estando, no momento, cedido à administração da prefeitura municipal.

Vejamos na Figura 3.

Figura 3 - Prédio da Casa da Caridade



Fonte: Museu Virtual de Pocinhos (Araújo, 2024).

Descrição da imagem: A fotografia mostra um edifício de estilo colonial, com uma fachada em tons claros e uma janela em formato de arco no centro. O texto ao lado da imagem

diz: "Figura 3. Prédio da Casa da Caridade" e Fonte: Museu Virtual de Pocinhos (Araújo, 2024).

Conforme mencionamos anteriormente, a antiga Casa de Caridade, criada por Padre Ibiapina, oferecia diversas atividades aos órfãos ali acolhidos, entre elas, a educação. Essa iniciativa partiu do próprio Apóstolo do Nordeste, como ficou conhecido o sacerdote cearense natural de Sobral.

A primeira escola pública oficialmente instituída no território de Pocinhos foi o antigo Grupo Escolar Afonso Campos, integrante da rede estadual de ensino, conforme afirma Araújo (2020, p. 89).

Figura 4 - Prédio escolar Afonso Campos



Fonte: Museu Virtual de Pocinhos - PB (Araújo, 2024).

Descrição da fotografia: Imagem em preto e branco, o prédio tem conjunto de três grandes e compridas janelas em suas laterais e frente ao centro uma grande porta de acesso ao interior, na parte externa um pequeno degrau de acesso a porta, apresenta muros em suas laterais, seu telhado em formato retangular, destaca-se por apresentar quedas de águas, na parte inferior da frente do prédio apresenta uma barra escura pintada em todo prédio.

Na década de 1940, o povo pocinhenses, quando o território ainda pertencia ao município de Campina Grande, ganhou mais uma instituição de ensino que era mantida pela igreja católica local e funcionava na Antiga Caridade que já não funcionava mais, o prédio foi adequado e passou a oferecer a população o ensino médio (Araújo, 2020). Segundo Araújo (2020), o Instituto Nossa Senhora da Conceição, que ofertava escolarização, era mantido pela paróquia e funcionava no prédio da Antiga Caridade, o que hoje denominamos Ensino Médio.

Na década de 1960, foi inaugurado o Ginásio Municipal Padre Galvão, que mais tarde passou a denominar-se Colégio Padre Galvão (Figura 5). Essa instituição foi idealizada pelo próprio padre (Figura 6), que, além de líder religioso, exercia, à época, o cargo de prefeito municipal. Ele é considerado pela comunidade local um grande visionário, pois suas iniciativas possibilitaram a expansão urbana da cidade, que até então era concentrada nas proximidades da Igreja Matriz.

Figura 5 - Colégio Pe. Galvão



Fonte: Autoria própria (2024).

Descrição: Fotografia do Colégio Municipal Padre Galvão. A fachada do prédio é moderna, com o nome da instituição escrito em letras grandes na parede. Há uma área externa com calçadas, vasos de plantas coloridos e algumas árvores. O documento também contém texto descritivo ao lado da imagem, mencionando a fachada e o ambiente ao redor. Degraus na frente e rampa lateral que permitem acesso para o interior da instituição, portas de vidro transparentes que dá visão do interior, parede externas revestidas por cerâmicas brancas na parte superior da parede consta o nome da instituição nas cores verde escuro, parede do lado composta de baixo acima por cobogós também na cor verde.

Figura 6 - Pe. Galvão



Fonte: Museu Virtual de Pocinhos – PB (Araújo, 2024).

Descrição da fotografia: Imagem em preto e branco de perfil lateral, como fundo uma parede neutra. A foto tem Pe. Galvão, que é um homem pardo, calvo, tem pequenos olhos, nariz afilado, queixo proporcional ao rosto, orelhas acentuadas, rosto comprido, veste batina preta com destaque na parte da gola branca.

Atualmente, a cidade de Pocinhos – PB conta com uma rede de instituições de ensino tanto pública quanto privada e que consegue garantir um grande número de pessoas em idade escolar a terem acesso a escolarização, assim como o mais próximo possível de suas residências, pois o município apresenta instituições de ensino distribuídas em áreas estratégicas, de maneira que acabam por se tornarem polo, viabilizando encurtamento das distâncias de ida de suas casas a escolas.

Vale salientar que ainda está ocorrendo a construção de novas escolas para viabilizar o processo de redistribuição e organização desta dinâmica, considerando que a cidade já iniciou em várias destas instituições em funcionamento o ensino integral.

Até o ano de 2024 a cidade dispunha de duas escolas particulares, ambas situadas na área urbana, porém atualmente apenas uma. Em relação a rede estadual, dispomos de uma escola de ensino médio integral na urbana e no que tange a rede municipal haviam quinze escolas municipais distribuídas, tanto na zona rural quanto urbana, e acordo com informações levantadas na secretaria de educação do município.

As escolas municipais atendem ao público da educação especial, sendo que o serviço do Atendimento Educacional Especializado – AEE, se desenvolve por meio das Salas de Recursos Multifuncional. As que estão em funcionamento todas se localizam na zona urbana,

o que algumas vezes dificulta o acesso, mas que para amenizar esta questão são disponibilizados transportes. No ano de 2024 o município foi contemplado com mais quatro salas que por sua vez estarão sediadas na zona rural, e ainda estão em processo de organização e implantação, onde estas novas possibilitarão descentralização destes atendimentos, que até o momento estão ocorrendo apenas no centro, possibilitando que muitos alunos(as) recebam este atendimento mais próximo possível de suas realidades.

4.2 Políticas públicas para inclusão das pessoas com deficiência em pocinhos - PB

Visando apresentar uma síntese sobre as políticas públicas voltadas à inclusão da pessoa com deficiência — em especial aquelas direcionadas à inserção desse público no ambiente educacional — realizamos, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, um levantamento dos principais marcos legais pertinentes ao tema. Constatamos, por meio da análise de documentos disponíveis tanto no site institucional da prefeitura quanto na Câmara Municipal de Vereadores, que foi a partir do ano 2000 que o município passou a apresentar iniciativas mais significativas, oriundas dos poderes legislativo e executivo. Tais marcos legais contribuíram para assegurar melhorias na qualidade de vida da população local.

Embora os documentos identificados incluam diferentes tipos de normativas — como projetos de lei (que não possuem o mesmo valor jurídico de uma lei aprovada), leis, resoluções, indicações, requerimentos, entre outros —, ao longo desta dissertação buscamos apresentá-los e analisá-los de forma sucinta, a fim de proporcionar ao leitor uma compreensão mais ampla sobre os avanços no campo da inclusão no município.

Importa esclarecer que nem todos os documentos localizados tratam diretamente da inclusão escolar. No entanto, é possível afirmar que muitas dessas iniciativas foram fundamentais para fortalecer a comunidade local de familiares de pessoas com deficiência, promovendo maior visibilidade à sua luta e colaborando para que o processo de inclusão não se restringisse apenas ao plano das intenções.

Com base na análise do contexto local, identificamos avanços concretos, tais como: ampliação e garantia de profissionais de apoio para estudantes com deficiência; aumento do número de estudantes atendidos nas salas de recursos multifuncionais; expansão da equipe atuante nessas salas; garantia de transporte escolar para os dias de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com busca e retorno dos educandos; atendimentos com psicopedagogos; oferta de reforço escolar em casos específicos; implantação do Centro de Apoio à Pessoa com Deficiência, com foco especial em pessoas com Transtorno do Espectro

Autista; formação continuada sobre inclusão para os profissionais da educação; adaptações em prédios escolares visando à acessibilidade física, entre outras ações relevantes.

Antes de compartilharmos alguns marcos legais do município de Pocinhos-PB, vamos explicar brevemente que cada um deles segundo o nosso trabalho, requerimentos, indicações, projetos e projetos de leis, regimento escolar e outros documentos orientadores que norteiam as questões envolvendo a inclusão da pessoa com deficiência em Pocinhos.

Os requerimentos podem ser compreendidos como documento que tem como objetivo apresentar uma demanda de uma pessoa ou grupo, no caso aqui são demandas da comunidade que são apresentadas formalmente através de representantes do poder legislativo local e que uma vez aprovados em sessão é encaminhado ao poder executivo para que seja atendido. Os requerimentos aqui postos visam colaborar para melhorar as condições das pessoas com deficiência, TEA e Altas Habilidades na cidade de Pocinhos, o que aponta para preocupação destes poderes em tentar dar melhores condições as pessoas com deficiência. Por sua vez a indicação é a forma que o poder legislativo dispõe de sugerir ao executivo algo para serem desenvolvidas na cidade.

É importante destacar que projeto de lei são propostas que devem ser apresentadas na câmara de vereadores e quando esta é aprovada transforma-se em lei assim que sancionada pelo poder executivo. A câmara municipal da cidade de Promissão – SP (Brasil, 2025, n.p) apresenta um conceito que explica bem o que é projeto de Lei, onde afirma que está “uma proposta que surge a partir de uma ideia, resolução de algum problema, sugestão de melhorias, que pode se transformar em lei caso seja aprovada no Poder Legislativo”. E a câmara de vereadores da cidade de Cajamar - SP (Brasil, 2025, n.p) aponta o conceito como:

A regra jurídica, escrita ou não; aqui ela abrange os costumes e todas as normas formalmente produzidas pelo Estado, representadas, por exemplo, pela Constituição federal, medida provisória, decreto, lei ordinária, lei complementar, etc. E processo de formulação, passa por várias etapas, estabelecidas na Constituição. Neste processo temos a iniciativa da lei, discussão, votação, aprovação, sanção, promulgação, publicação e vigência da lei.

É de suma importância compreendermos que um Projeto de Lei é um documento normativo que garante algo a comunidade. Referindo-se à Lei, podemos dizer que são regras, ou normas que foram estabelecidas pelos poderes, e das quais todos devem cumpri-las, e que quando não as fazem estão sujeitos a penalidades.

Logo abaixo no Quadro 7 podemos nos familiarizarmos com os principais marcos legais da cidade de Pocinhos, marcos estes que estão relacionados a questão da inclusão da

peessoa com deficiência e de maneira especial da inclusão escolar. Estes documentos foram coletados quando tivemos a devida autorização para iniciarmos o desenvolvimento do estudo, que culminou com este material no ano de 2023 e parte de 2024, realizando assim visitas a secretaria de educação, prefeitura e câmara municipal, mas grande parte destes momentos levantamos junto aos *sites* institucionais da prefeitura municipal e câmara de vereadores da cidade.

Quadro 7 - Marcos legais da Inclusão da Pessoa com deficiência em Pocinhos-PB

| Marco Legal | Providencia/Determina | Inciativa | Ano | Situação |
|--------------------------------|--|-------------------|------------|--------------------------|
| Lei de N° 939/ 2007 | Flexibiliza na carga horária para funcionários responsáveis por pessoas com deficiência. | Poder executivo | 2007 | Em vigência |
| Projeto de Lei de N° 1368/2017 | Assegura a adaptação de banheiros públicos, tornando-os acessíveis para pessoas com deficiência. | Poder executivo | 2017 | Virou lei nº N° 018/2017 |
| Lei de N° 1318/2015 | Adequa a legislação municipal das políticas públicas de atendimento a criança e adolescente. | Poder executivo | 2015 | Em vigência |
| Lei de N° 1417/2019 | Institui a PMPPTEA - A política pública de proteção a pessoa com TEA. | Poder executivo | 2019 | Em vigência |
| Lei de N° 1420/2019 | Obriga instituições bancárias localizadas na cidade a realizar visitas a pessoas idosas e pessoas com deficiência para prova de vida. | Poder executivo | 2019 | Em vigência |
| Lei de N° 1488/2021 | Garante acessibilidade para pessoa surda ou com deficiência auditiva que estiver concorrendo a cargo em concurso público no município. | Poder executivo | 2021 | Em vigência |
| Lei de N° 1501/ 2021 | Assegura prioridade nos atendimentos a pessoa com TEA em órgãos públicos e privado, além de instituir no município a carteirinha do autista na cidade para os que já apresentam laudos. | Poder executivo | 2021 | Em vigência |
| Requerimento de N° 163/2013 | Solicita a gestão da cidade providencie calçadas e rampas no distrito de Nazaré, visando garantir o trânsito das pessoas com deficiência especialmente nas unidades básicas de saúde. | Poder legislativo | 2013 | |
| Requerimento de N° 003/2021 | Solicita a prefeitura articulação com a secretaria de esportes de campina grande para que possibilite acesso de educandos com deficiência para o centro de referência paralímpico da Liberdade, visando assim que estes educandos desenvolvam atividades no local. | Poder legislativo | 2021 | |
| Requerimento de N° 052/2022 | Solicita a possibilidade de criação de auxílio financeiro para famílias de autistas. | Poder legislativo | 2022 | |
| Lei de N° 1611/2022 | Assegura ao cuidador do autista atendimento prioritário em todos os estabelecimentos. | Poder executivo | 2022 | |
| Indicação de N° 003/2022 | Isenta as PCD de taxa de inscrição em concursos realizados em Pocinho. | Poder Legislativo | 2022 | |
| Requerimento | Solicita a disponibilização de aulas de | Poder | 2023 | |

| | | | | |
|---|---|--|------|-------------|
| de Nº 022/2023 | natação gratuitas para crianças com TEA. | legislativo | | |
| Lei de Nº1622/2023 | Assegura aos alunos com síndrome de Down preferência de assentos na primeira fileira em sala de aula, de forma que se possibilite o acesso claro, comunicação facilitada com professor e colegas. | Poder executivo | 2023 | Em vigência |
| Lei de Nº 1625/2023 | Dispõem a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal da pessoa com deficiência. | Poder executivo | 2023 | Em vigência |
| Lei nº1319/2015 | Plano Municipal de Educação – PME viabiliza melhoramento da educação local. | Sec. De Educação | 2015 | Em vigência |
| Lei nº 1066/2009 | Institui a Lei Orgânica do Município de Pocinhos - LMO. | Poderes legislativo e executivo | 2009 | Em vigência |
| Regimento Interno comum das escolas e creches do sistema de ensino do Município de Pocinhos-PB. | Normativas e diretrizes a serem seguidas pela rede municipal de ensino da cidade. | Sec. De educação / conselho municipal de educação | 2023 | Em vigência |
| da Lei de Nº1640/2023 | PMPPI - Plano Municipal Pela Primeira Infância. | Sec. De educação e poderes legislativo e executivo | 2023 | Em vigência |

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2024) com base no *website* da Prefeitura Municipal de Pocinhos – PB (2023).

Descrição do quadro: O quadro dos marcos legais sobre inclusão da cidade de Pocinhos-PB, está organizado em cinco colunas e vinte linhas. Na coluna um apresentam-se os marcos legais, na segunda coluna a que se referem ou garantem, na terceira temos os responsáveis, na quarta apresenta-se o ano e na última coluna temos a situação das mesmas.

Todos os documentos identificados e apresentados no quadro acima são importantes, primeiro por se constituírem como iniciativas que visam dar respostas por parte governo local as demandas da Pessoa com deficiência, bem como de seus familiares e amigos, visando garantir-lhes direitos que teoricamente já deveriam estar sendo assegurados; em segundo lugar estes marcos representam o avanço gradual da cidade no que tange sua preocupação em assistir com mais equidade a seus cidadãos que apresentam algum tipo de deficiência. É possível perceber estas leis materializadas: escolas com rampas, banheiros adequados, salas de recursos multifuncional, profissionais especializados, profissionais de apoio para PAEE, formação sobre educação inclusiva, mas que ainda tem longo caminho a percorrer assim como acontece com outros lugares de nosso país.

Podemos constatar diante da nossa apreciação destes marcos legais para inclusão da pessoa com deficiência, que nem todos foram elaborados ou pensados exclusivamente para

questão da educação especial numa perspectiva inclusiva e a questão do acesso do PAEE na cidade de Pocinhos-PB, mas contemplam outros pontos importantes como acessibilidade nas estruturas físicas, atendimentos prioritários, esportes e entre outros.

Os marcos legais aqui dispostos visam colaborar para melhorar as condições das pessoas com deficiência, TEA e Altas Habilidades na cidade de Pocinhos, o que aponta para a preocupação destes poderes em tentar dar melhores condições as pessoas com deficiência. Algumas das leis posta são conquistas de grupos específicos e que fazem parte também PAEE.

Muitos destes requerimentos, ou seja, solicitações do poder legislativo ao executivo tiveram seus pedidos atendidos, ou seja, mais conquistas da pessoa que apresenta alguma deficiência na cidade. Assim como ocorre nos requerimentos também podemos perceber que as leis municipais que contempla a inclusão da pessoa com deficiência buscam alcançar a perspectiva inclusiva.

As políticas Públicas municipais mencionadas mostram o espaço que a pessoa com deficiência e seu processo de inclusão escolar tem ocupado nas discussões e como estes debates tem se transformado em documentos que viabilizem implementação de ações concretas para assegurar equidade ao PAEE em todo território municipal. Outra importante questão a ser levantada em nossa reflexão é que estes documentos convergem com os já existentes a nível nacional que por sua vez busca convergir com marcos legais internacionais dos quais nossa nação é signatária. Segundo Carvalho (2010), as políticas sociais a exemplo das sobre educação, precisam ser compreendidas como políticas públicas e não de governo, necessitam apresentar ações e objetivos específicos.

A pessoa com deficiência na cidade de Pocinhos tem aos poucos ocupado espaços importantes de discussão e isto tem resultados em leis como as utilizadas neste trabalho, mas também em outras importantes ações implementadas no município a exemplo do Centro de Apoio ao Autista, ampliação do número de salas de recursos multifuncional que encontra-se em processo de implementação, escolas que serão contempladas em localidades estratégicas para que se possa ter alcance de mais alunos e alunas para receber o AEE. Mas, diante de tudo isto, percebemos que ainda se faz necessário assegurar a participação de pessoas com deficiência nestas discussões acerca delas mesmas, garantir que o indivíduo tenha espaço de fala, pois muitas vezes somos nós amigos e familiares que estamos nestes espaços não oportunizado o protagonismo desta comunidade.

Todos estes documentos são tentativa do povo Pocinhenses de se adequarem ao contexto da inclusão e ratificação dos direitos já garantidos pela constituição, direitos que

teoricamente já deveriam está sendo disponibilizados a todos de forma especial as pessoas com deficiência, mas neste sentido Carvalho (2010) afirma que documentos como estes que estamos vendo aqui por si não se encerram e mesmo sendo consideradas primordiais para fazer acontecer, ainda são suficientes. E por fim autora diz que a organização das decisões políticas em forma de texto a exemplo de um plano municipal de educação, como é o caso que veremos a seguir, podem configura-se como conclusão do conjunto de procedimentos que se pautam na políticas a sua referência básica.

Assim mediante o abordado, percebemos que muitas das ações práticas realizadas na cidade em questão devem-se inicialmente a estes marcos locais, que possibilitaram caminhos que culminam a cada dia em ações práticas e buscam assegurar mais acesso a pessoa com deficiência ao direito a escola.

4.3 Plano municipal de educação de pocinhos - PB

No tópico anterior nos deleitamos sobre os marcos legais municipais de suma importância para inclusão da pessoa com deficiência, mas além daqueles pudemos identificar iniciativas realizadas pela secretaria Municipal de educação através do Conselho municipal de educação dentre os quais localizamos PME, PMPI e o Regimento Interno Comum para Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino, sendo que o PME e o PMPI ganhando força de lei, ou seja, após serem elaborados, apreciados, foram aprovados e transformaram-se em lei devidamente sancionados pelo poder executivo local.

O Plano Municipal de Educação – PME da cidade de Pocinhos é o documento que viabiliza melhoramento da educação local, sua duração se dar por período de 10 anos, composto por 12 artigos, sua vigência iniciou partir do dia 15 de julho de 2015 e vai até 2025. Este documento é para a educação importante, pois apresenta incorporado em seu texto uma meta exclusiva para educação especial, a meta 4, que é possível localizar nas demais metas, estratégias que contemplam esta modalidade de ensino, bem como seu público alvo. Para alcançar concretizar estas metas e estratégias enquanto vigorar o PME por período de 10 anos, propõe estratégias.

Carvalho (2010) assegura que nossos espaços não serão inclusivos apenas por possibilitarem a presença dos sujeitos enquanto alunos(as) e menos ainda se a nossa intencionalidade educativa estiver centralizada no rendimento, conteúdo escolar ou atividades que não levam em conta a individualidade dos mesmo por assumirmos abordagem homogeneizadora.

A meta 4 do PME para educação especial contempla da universalização do acesso à educação básica, ou seja, desde educação infantil até o ensino médio, assim como contempla ainda o Atendimento Educacional Especializado - AEE, visando desta maneira garantir um sistema de ensino inclusivo e para alcançar esta meta pensar algumas estratégias.

Porém mesmo este marco disponibilizando parte exclusiva para educação especial, identificamos nas demais metas, bem como em suas estratégias sem nenhuma exceção a presença de pontos que convergem com perspectiva da inclusão escolar e conseqüentemente do PAEE na cidade de Pocinhos.

Abaixo no Quadro 8, disponibilizamos a meta específica que trata da educação especial no Plano Municipal de Educação, mas em Anexo 2 estará disponibilizado as outras metas deste plano e que possibilitaram aos leitores deste estudo perceber que também nas outras metas a educação especial e conseqüentemente o PAEE foi contemplado.

Quadro 8 - Estratégias para Educação Especial no PME

| | |
|---------------------|--|
| Estratégia 1 | Informar no Censo Escolar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDESB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar; |
| Estratégia 2 | Promover, no prazo de vigência deste PME, a ampliação do atendimento escolar á demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispões a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases educação nacional; |
| Estratégia 3 | Ampliar ao longo deste PME, as salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas da zona urbana e do campo; |
| Estratégia 4 | Ampliar progressivamente o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncional, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou privados, nas formas forma complementar e suplementar, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos família e o aluno; |
| Estratégia 5 | Implantar ao longo deste PME equipe multidisciplinar de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas da saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com os alunos(as) com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, articular e providenciar a oferta de um espaço para acomodar a equipe multiprofissional; |
| Estratégia 6 | Executar programas, em regime de colaboração com a União, que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos(as) com altas habilidades ou superdotação; |
| Estratégia 7 | Ampliar progressivamente a oferta de educação bilíngue, em língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua portuguesa como segunda língua, aos alunos(as) surdos(as) e com deficiência auditiva de 0 á 17 anos, na Sala de Recursos Multifuncional e nas escolas regulares em que estes |

| | |
|----------------------|---|
| | alunos(as) estejam inseridos, bem como a adoção do sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cegos; |
| Estratégia 8 | Garantir a oferta de educação inclusiva, veada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado; |
| Estratégia 9 | Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso a escola e ao AEE, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos(as) com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) dos programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o acesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, a adolescência e a juventude; |
| Estratégia 10 | Ampliar progressivamente, a utilização de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas á promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, nas salas de AEE; |
| Estratégia 11 | Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, como fim de desenvolver modelos de atendimento voltados a continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação com idade superior á faixa etária de escolarização obrigatória; |
| Estratégia 12 | Ampliar progressivamente, a equipe de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio escolar, ou auxiliares, tradutores(as), interpretes e instrutores de Libras, guias-interpretres para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos(as), professores bilingues e transcritores de braille e áudio descritores. |

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2024) com base no Plano Municipal de Educação - PME de Pocinhos – PB (2015).

Descrição do quadro: Quadro de estratégias do plano municipal de Educação de Pocinhos na cor branca, composto por duas colunas e doze linhas, na primeira coluna em cada linha apresenta-se uma estratégia e na segunda coluna para cada linha traz o detalhamento destas estratégias.

Ao analisarmos as estratégias dispostas no quadro anteriormente apresentado, percebemos que o município de Pocinhos — em especial sua Secretaria de Educação — tem demonstrado interesse efetivo pela educação inclusiva, o que se materializa por meio de documentos normativos e regulamentares, conforme discutido anteriormente.

A Meta 4 do Plano Municipal de Educação (PME), por meio de suas doze estratégias, permite-nos compreender que tais diretrizes foram elaboradas com o objetivo não apenas de fortalecer as práticas já existentes de promoção da equidade, acessibilidade e, conseqüentemente, da inclusão do público-alvo da educação especial (PAEE), mas também de ampliar os serviços ofertados por meio da educação especial. Isso inclui a ampliação de vagas nos serviços especializados, como as salas de recursos multifuncionais; a qualificação dos

profissionais que atuam na educação especial; a ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede municipal; a disponibilização de recursos didáticos adequados, inclusive tecnologias assistivas e bilíngues — tudo isso com vistas à promoção da equidade e do aprendizado de forma democrática e inclusiva.

Destacamos ainda a preocupação em desenvolver parcerias intersetoriais, visando ao fortalecimento da rede de apoio a esse público, bem como à ampliação do número de profissionais especialistas na área da inclusão.

Concluimos que o Plano Municipal de Educação de Pocinhos elaborou a Meta 4 e suas estratégias com um olhar direcionado à educação especial, o que converge com o que afirma Carvalho (2010, p. 37), ao dizer que,

A formulação de políticas públicas que se inspiram no modelo social, vai estabelecer a busca por equidade e se traduz em práticas como remoção de barreiras, podendo estas ser arquitetônicas, de comunicação, atitudinais ou de negação das pessoas em situação de deficiência.

O Plano municipal está em seu último ano de vigência, aproximando-se do momento de reformulação, nada mais importante do que os envolvidos no processo de reelaboração, analisarem se as metas, bem como suas estratégias foram alcançadas e que novas estratégias serão necessárias para garantir a materialização da educação especial numa perspectiva inclusiva.

4.4 Lei orgânica municipal

Dentre os marcos legais municipais que conseguimos identificar, destacamos a Lei Orgânica do Município de Pocinhos – LOMP, que de acordo com a Câmara de vereadores de Planura- MG (Brasil, 2025, n/p, grifo do autor)

Lei Orgânica é uma lei genérica, de caráter constitucional, elaborada no âmbito do município e consoante as determinações e limites impostos pelas constituições federal e do respectivo estado, aprovada em dois turnos pela Câmara Municipal de Planura, e pela maioria de dois terços de seus membros.

Neste caso a mesma está organizada em sete capítulos que contemplas várias questões relacionadas aos direitos constitucionais a serem garantidos a todo cidadão, na cidade de Pocinhos-PB, e que foi através da Lei de Nº 1066/2009 que ela passou a existir.

Assim como a constituição tem em seu texto incorporado a questão da inclusão e da pessoa com deficiência, a LOMP no Cap. III, seção I, art.167 afirma que a educação é um

direito de todos e que seja com princípios democráticos de Liberdade, expressão, solidariedade, igualdade e respeito aos direitos humanos e já no art. 168 trata de assegurar o acesso ensino público gratuito, laico, com igualdade, acessível e sem discriminação; continuando temos o cap. VII, art. 194 que afirma caber ao município proporcionar assistência especial também a pessoa com deficiência e para fins se firme inclusive convênios com entidades assistenciais; no art. 195 diz que cabe ao município proporcionar a PCD direitos básicos dentre os quais a educação, como podemos identificar ao ler o inciso I e no inciso III fala da garantia de integração da PCD através de condições de vida apropriada e participação nos programas culturais, educacionais, esportivos e lazer (Pocinhos, 2009).

Ao realizarmos a interpretação do quadro acima, conseguimos perceber que na lei maior do município, também existe um olhar que contempla as pessoas com necessidades específicas, pois identificamos assegurado nelas direitos como educação, o ensino sem discriminação, acessibilidade, o apoio a este público por parte do município, inclusive para viabilizar isto o mesmo tem buscado realizar parcerias, viabilização de condições para que estas pessoas possam participar de maneira plena da vida social através das suas mais variadas manifestações.

4.5 Regimento interno comum das escolas e creches do sistema municipal de ensino de pocinhos – PB

A secretaria municipal da cidade através do conselho municipal de educação, elaboraram e realizaram a disponibilização para toda rede de ensino o regimento interno comum das escolas e creches do sistema de ensino, sendo ele um documento, que apresenta um conjunto de normas que regulamentam o funcionamento das escolas seja na parte interna e externa, organiza as normas estabelecidas pelas escolas.

O regimento é um documento que tem como objetivo determinar as regras da instituição, normas para todas as áreas de funcionamento das escolas: profissionais, do currículo, avaliação, participação da familiares de alunos no que tange a direito e deveres deles e seus filhos, entre outros aspectos, ele possibilita ter parâmetro de referência para as instituições municipais de ensino, possibilitando assim que todas as instituições escolares tomem suas decisões e realizaram suas ações pautados pelo regimento, coisa que não havia anteriormente, ou seja, casa escola atuavam sem ter um documento geral que respaldassem suas ações, unificando assim as práticas dentro do município. É significativa importância esclarecer que este documento não anula o Projeto Político Pedagógico - PPP das escolas da

cidade sendo segundo documento específico construído por instituição e que que considera suas particularidades ao contrário, o regimento para escolas e creches da cidade colabora inclusive para o processo de atualização dos mesmos para que estes tenham um documento que referencie também para o melhoramento dos mesmos.

O Regimento Interno das escolas e creches de Pocinhos - PB traz pontos relevantes e que contribuem para processo de inclusão escolar e permanência da PAEE nas escolas, e no que tange direitos, como podemos ver baixo no quadro organizado pelo autor a partir dos trechos extraídos do próprio documento aqui referido.

Quadro 9 - Regimento Interno das escolas de Pocinhos - PB do ano de 2023

| | |
|-----------------------|---|
| Capítulo II, seção I | <p>Art. 30 direitos dos alunos(as)</p> <p>§ I garante acesso a escola pública gratuita e próxima da residência;</p> <p>§ XIII garante respeito as limitações dos alunos, considerando e valorizando suas individualidades;</p> <p>§ IV garante respeito aos alunos com igualdade de tratamento;</p> <p>§ XI garante o direito de acesso à educação inclusiva segundo a necessidades do educando (Pocinhos, 2023, p. 35-36).</p> |
| Capítulo II, seção IV | <p>Art. 36 sobre direito do aluno de participar do conselho de classe.</p> <p>§ IV, afirma em seu parágrafo único, que em caso de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação aprovação se dará de forma específica quando estes não conseguirem atingir o nível exigido para a conclusão da respectiva série do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo escolar para os superdotados, mediante relatório elaborado pelo profissional responsável pela educação especial da escola (Pocinhos, 2023, p. 44).</p> |
| Capítulo III | <p>Art. 75. A política de Educação Especial, hoje, na perspectiva da Educação Inclusiva, prevê a implementação de diretrizes e ações que reorganizam os serviços de Atendimento Educacional Especializado – AEE, oferecidos aos alunos com deficiência, visando a complementação e suplementação de sua formação;</p> <p>§1º O atendimento especializado de que trata o caput deste artigo, deverá ser realizado em Salas de Recursos Multifuncionais em turno oposto ao frequentado nas turmas regulares, por professores qualificados no AEE, de conformidade com os recursos materiais e não materiais disponíveis;</p> <p>§2º A escola deverá garantir a participação do professor nos planejamentos das atividades das salas multifuncionais e pedagógico para contemplar as necessidades específicas do AEE (Pocinhos, 2023, p. 58-59).</p> |
| | <p>Art. 76. Para que o aluno seja assistido pelo atendimento especializado deverá comprovar sua limitação, seja visual, auditiva, física, intelectual e por hiperatividade, por meio de avaliação clínica e psicológica, devidamente comprovada em laudo médico (Pocinhos, 2023, p. 58-59).</p> |
| | <p>Art. 77. A avaliação do rendimento escolar dos alunos com deficiência, deverá ser processual e qualitativa, considerando os diferentes níveis de desenvolvimento mental, limite, ritmo e tempo de aprendizagem;</p> <p>§1º A avaliação tratada no caput deste artigo deverá assegurar a progressão do aluno de um ciclo para outro;</p> <p>§2º Em não havendo o desenvolvimento das competências exigidas pelo ciclo cursado, a escola, deverá expedir um certificado de terminalidade especial, possibilitando ao aluno sua inserção no</p> |

| | |
|-----------------------|---|
| | mercado de trabalho; §3º O certificado de que trata o parágrafo anterior deverá ser assinado pela equipe multiprofissional (Pocinhos,2023, p. 58-59). |
| | Art. 78, o aluno com deficiência será garantido a prioridade das vagas oferecidas pela escola mais próxima de sua residência (Pocinhos, 2023, p. 58-59). |
| Capítulo IV, seção IV | Art. 87 O projeto político-pedagógico da escola e seu regimento escolar devem estar amparados na legislação vigente, devendo assim contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento; parágrafo único. Afirma que os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços (Pocinhos,2023, p .62). |
| Capítulo VI | Art. 107 Sobre transferência de alunos § 2º que assegurado no ato da transferência alunos com deficiência para outras escolas seja encaminhado além da documentação tradicional, também encaminhe-se a documentação dos serviços de apoio da educação especial (psicológico, sala de AEE ou outros), ou seja, acrescentar as cópias do relatório da avaliação pedagógica no contexto escolar (emitido pelo professor) e cópia do último relatório do profissional de Psicologia, e/ou de psicologia juntamente com o da sala de AEE ou órgão responsável (Regimento Interno das Escolas e Creches de Pocinhos, 2023, p. 68). |

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2024) como base no Regimento Interno das escolas e creches de Pocinhos – PB (2023).

Descrição do quadro: O quadro sobre regimentos internos das escolas municipais de Pocinhos, tem a cor azul claro e ele é formado por duas colunas e oito linhas, nas primeiras colunas temos os capítulos e sessões, por sua vez na segunda coluna temos os artigos e incisos.

Este documento norteador para as instituições de ensino da cidade de Pocinhos busca suprir as demandas da educação especial, bem como seu público alvo, assim vemos que em todo seu corpo contempla-os e fixa suas orientações questões primordiais para assegurar desde o acesso da escolarização até os processos necessários as suas necessidades educacionais específicas.

O regimento alerta as instituições de ensino a estarem atentas em relação para que não negligenciem o direito de acesso a escolarização por parte do PAEE uma vez que seja procurada por seus responsáveis. Observamos claramente que este acesso a escola deve ser gratuito, preferencialmente próximo de suas residências, o que tange ao processo de ensino-aprendizagem assegurando que se desenvolva com equidade, considerando suas individualidades, ou seja, necessidades educacionais específicas e potencialidades, no que tange ao processo de avaliação pra possibilitar a provação e conclusão de curso, estes público

terá garantido que este processo atenda às suas peculiaridades, e como principal tendo como instrumento norteador para este processo o relatório a ser elaborado pelo profissional da educação especial, neste ponto específico encontramos um equívoco no documento, pois na realidade este processo deve envolver sim todos os profissionais que atuam com o aluno(a), familiares e no quando o aluno ou aluno tiver condições de falar poro sim também deve ser escutado neste processo os relatórios se complementam, o dala sala de recursos multifuncional e do professor da sala regular.

Carvalho (2010) a proposta inclusiva está relacionada escola de qualidade e para todos, onde ninguém seja segregado, excluído, expulso por serem considerados problemas. Não se pode compreender inclusão em uma instituição onde alunos(as) não consigam ser integrados e de fato estarem aprendendo.

Desta forma podemos afirmar norteados pela fala desta autora acima que alunos e alunas com deficiência antes de tudo, são tão alunos quanto os demais colegas e que não devem ser vistos apenas pela deficiência que apresentam, o que para muitos profissionais é barreira, quando na realidade o problema não esta na presença destes alunos na sala regular, mas na visão ultrapassada de deficiência associada a incapacidade, na rejeição por parte de alguns profissionais em mudar suas estratégias, didáticas, recursos e avaliação durante as aulas.

Sobre a avaliação o regimento orienta que se desenvolva de forma continua considerando avanços e dificuldades, habilidades e potencialidades do PAEE, respeitando o tempo e estilo de aprendizado de cada um deles. Não menos importante, traz a questão da implementação da política de Educação Especial, hoje, na perspectiva da Educação Inclusiva e neste sentido, assegura o AEE, realizado nas salas de recursos multifuncional, no contra turno, tendo como mediadores deste serviço, professores especializados e o uso de recursos didáticos específicos para tal.

Sobre o currículo, documento elaborado pela secretaria de educação, alerta para que os PPPs estejam convergentes com a legislação e que estes contemplem a educação especial e consequentemente seu público alvo, de maneira que isto resulte na qualidade do serviço oferecido aos alunos PAEE e o uso da acessibilidade, visando garantir acesso, permanência e desenvolvimento deles.

4.6 Plano municipal para primeira infância

O Plano Municipal para a primeira Infância – PMPPI é um importante marco legal voltado para a educação e que contempla a educação especial, o público alvo desta modalidade, que se deu no processo de construção, sendo bastante democrático, pois além de envolver várias secretarias, poder executivo e legislativo e o judiciário da cidade, teve a presença de outros atores da comunidade escolar interessada e entidades não governamentais como igrejas e outros, bem como o conselho tutelar. Podemos afirmar, com base na participação do autor desta dissertação, enquanto funcionário do município e integrante da equipe de inclusão no processo de elaboração do mesmo. Este Plano em vigor desde 2023 ano de sua aprovação e com validade até 2033. O PMPI foi aprovado e formalizado através da Lei de Nº 1640 de 15 de agosto de 2023, quando passou a vigorar.

O PMPPI (Pocinhos, 2023, p. 8-9)

Configura-se como expressão do compromisso do município de Pocinhos com suas crianças, considerando-se que é interesse do poder público municipal a definição de ações que assegurem direitos essenciais ao desenvolvimento pleno das crianças nesse momento inicial de suas vidas.

Nesta perspectiva, o Plano Nacional pela Primeira Infância - PNPI, criado em 2010, compreende esse período, que envolve desde a gestação até os primeiros 6 anos de vida, como um período muito importante para o desenvolvimento do indivíduo, quando as experiências são relevantes e determinantes para toda a vida. Sobre seu objetivo é estabelecer relações intersetoriais específicas e garantir direitos fundamentais às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. O município de Pocinhos busca através do PMPI, traçar metas e estratégias, que se transformem em ações e garantam a promoção de uma infância plena, promissora e saudável para todas as crianças do município.

Em seu corpo apresenta em seu eixo 3 um conjunto de metas, estratégias e ações para a educação infantil, e apresenta uma meta que contempla as necessidades específicas do público alvo da educação especial na educação infantil, sendo a quarta meta a que de maneira especial volta-se para o PAEE na educação infantil da rede.

A meta 4 têm como foco garantir que as crianças do PAEE em idade escolar e simultaneamente são público da educação infantil tenham acesso irrestrito a matrícula, acesso e permanência a esta etapa da educação básica. A meta em questão está organizada em cinco objetivos e em inúmeras ações visando cumprir esta meta até 2026.

O 1º objetivo fala da garantia da quantidade de alunos(as) em sala que tivermos presença do PAEE e quando estiverem presentes assegura ainda que estes não ultrapassem o

número de três pessoas com necessidades educacionais especiais e propõem também ampliar quantidades de turma para melhor acompanhá-los, o 2º objetivo aborda por sua vez a questão da formação dos profissionais que atuam com este público e para isto compromete-se a realizar levantamento sobre cursos que atendem estas necessidades e disponibilizá-los através de adesão por parte do município.

Também notamos sobre a possibilidade da valorização dos profissionais que atuam com este público na sala regular que passaram a receber em seus vencimentos gratificação e para isto propõe-se mobilizar os órgãos responsáveis para que se viabilize a elaboração de projeto de lei que direcione recursos, afim de concretizar esta ação. Esta meta contempla ainda a questão da acessibilidade para as crianças do PAEE e para isto propõe implantação de sala de recursos nas creches e aporte financeiro, acompanhamento técnico junto as escolas e conselhos. Por fim, no quinto e último objetivo desta meta vemos questão da garantia de recursos para aquisição de material adequado para trabalho com PAEE na educação infantil e para isto apresenta ações envolvendo monitoramento nos sistemas como Programa de Ação Articulada - PAR, bem como da articulação entre governos e setor privado visando levantar recursos que possam ser aplicados e ou usados no processo educacional envolvendo crianças com necessidades educacionais especiais.

Disponibilizamos no anexo 3 o quadro organizado com as informações que compõem a meta 4 que trata especificamente do PAEE na educação especial.

4.7 Projeto político pedagógico (PPP) do CMPG

O CMPG, faz parte da rede pública de ensino de Pocinhos-PB, na zona urbana do município. A referida instituição, mantida pela Prefeitura Municipal de Pocinhos é administrada pela Secretaria de Educação, e tem seu Projeto Político Pedagógico – PPP, como farol norteador para o bom desenvolvimento de todas as atividades didático-pedagógicas, por um período (03) três anos, salvo as modificações necessárias, de acordo com os termos da legislação em vigor. Este documento vem contemplando tanto a Educação Especial enquanto modalidade de ensino, quanto público alvo da mesma, uma vez que traz no corpo deste documento interno da instituição a sala de recursos e AEE.

Segundo Carvalho (2010, p .96)

Uma escola que privilegie o conteúdo programático a ser dominado pelo aluno e que construa o seu PPP com esta intenção, provavelmente vai privilegiar o ensino, em

vez da aprendizagem e acabará recaindo sobre o que o aluno aprendeu, tornando-se assim uma escola excludente.

Este documento contempla a educação especial na perspectiva da inclusão já na parte inicial dele como podemos observar o PPP da CMPG “Possibilitar a inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular, oportunizando o acesso ao aprendizado de forma significativa, com acessibilidade, considerando suas potencialidades” (Pocinhos, 2024, p. 11).

Identificamos aqui neste primeiro momento a preocupação da instituição e de todos envolvidos no processo de construção do PPP, visando promover a inclusão com equidade, com aprendizado significativo, onde se considera as especificidades do PAEE.

Em seu corpo textual podemos identificar em uma lauda, onde traz a concepção de educação Inclusiva, em que tem embasamento em marcos legais nacionais aa exemplo da Resolução de Nº 4 de 02 de outubro de 2009, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 e ainda a concepção da Teórica Rosita Edler Carvalho (2010), em seu livro intitulado Escola Inclusiva.

O PPP traz em seu plano de ação que vai de vale de 2023 a 2025 metas relevantes para das PCNEE, diante das dimensões existentes no plano o quadro abaixo traz apenas dimensões e inciativas que contemplam a educação especial e o público que ele contempla, vejamos abaixo o Quadro 10:

Quadro 10 - Dimensões, objetivos, metas, ações e estratégias do PPP

| Dimensões | Objetivos | Metas | Ações | Estratégias |
|-------------------------|---|--|---|---|
| Estrutura física | Ofertar um espaço acolhedor e seguro para a clientela escolar | Investir na segurança | Ampliar os equipamentos, e material específicos da Sala de Recursos. | Adquirir equipamentos e material didático-pedagógico dirigido aos alunos atendidos na Sala de Recursos. |
| Qualidade de Ensino | Dentre os muitos objetivos está consolidar a escola com uma identidade participativa, democrática, transparente e que tenha uma visão de futuro, compromissada com os alunos e com a sociedade que a envolve; | Meta 3 Educação da Pessoa com deficiência | Ofertar espaços adequados para o desenvolvimento das atividades propostas a esse público; Promover um espaço de inclusão, oportunizando o acesso ao aprendizado de forma significativa, com acessibilidade, e garantindo a permanência da pessoa com deficiência no ensino | Não especificado |

| | | | | |
|----------------------------|--|----------------------|--|--|
| | | | regular; Buscar eliminar qualquer tipo de discriminação, estabelecendo o respeito mútuo às diferenças, possibilitando o acesso ao conhecimento e construindo oportunidades que levem em consideração a realidade dos alunos. - Ampliar o número de pessoas atendidas pela Sala de Recursos (AEE); Criar momentos acolhedores e de entretenimento para os alunos do AEE; Manutenção (custeio) e monitoramento da Sala de Recursos, de forma a oportunizar aprendizado significativo para os alunos; | |
| Dimensões | Objetivos | Metas | Ações | Estratégias |
| Qualidade de ensino | Adequar a utilização de ferramentas tecnológicas disponíveis para aprimorar o ensino/aprendizagem. | Ciência e tecnologia | Reequipar a sala de Recursos; Criar vivências de musicalização para os alunos com deficiência. Criar vivências de musicalização para os alunos com deficiência; Eliminar qualquer tipo de discriminação e promover o respeito às diferenças; Manter o bom funcionamento da Sala de recursos, disponibilizando os | Adquirir e renovar os equipamentos e materiais didático-pedagógicos apropriados à Sala de Recursos; Montar um espaço com materiais específicos que estimulem a coordenação, a cognição e a musicalização; Promover espaços de diálogos sobre inclusão, respeito, empatia e outros, a |

| | | | | |
|----------------------------|---|--|--|---|
| | | | <p>materiais necessários; Promover um espaço inclusivo na escola;</p> <p>Elaboração de material didático e disponibilização junto aos professores.</p> | <p>exemplo de rodas de conversas, palestras, minicursos com profissionais habilitados, pertencentes à rede ou não;</p> <p>Realizar levantamento dos recursos necessários, permanentes e de uso para possibilitar a reposição e aquisição desses recursos; Elaborar um quadro descritivo com perfil, contendo características de cada aluno com deficiência acompanhado pela Sala de Recursos; Produção de material didático que possa atender às necessidades dos alunos com deficiência.</p> |
| Formação continuada | <p>Possibilitar a constante atualização, incentivo e provocação de inovações de práticas;</p> <p>Buscar as práticas inovadoras e eficientes utilizadas por outras instituições de ensino que já aplicam com eficácia.</p> | Acompanhar as evoluções educacionais, sociais, científicas e tecnológicas. | Não especifica sobre a educação inclusiva. | Não especifica sobre a educação inclusiva. |
| Pedagógica | <p>Ofertar momentos e espaços de leitura adequados a cada faixa etária;</p> <p>Aumentar o desempenho dos</p> | não contemplou especificamente o PAEE. | no contemplou especificamente o PAEE. | não contemplou especificamente o PAEE. |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | alunos em -- relacionado a leitura utilizando estratégias pedagógicas inovadoras e diferenciadas. | | | |
|--|--|--|--|--|

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base no Projeto Político Pedagógico - PPP de Pocinhos PB, do CMPG (2024).

Descrição do quadro: Quadro sobre o PPP do CMPG, ele está organizado por cinco colunas e sete linhas na cor azul claro. Na primeira coluna temos dimensões: pedagógica, formação continuada, qualidade de ensino, estrutura física; segunda coluna temos os objetivos, na terceira as metas, na quarta ações e na quinta e última as estratégias.

Ao realizarmos uma breve análise dos itens dispostos no quadro acima, percebemos que algumas das dimensões presentes no plano de ação da instituição contemplam, ou não, aspectos específicos relacionados à modalidade da educação especial. Contudo, no que nos foi possível identificar, essas dimensões, bem como suas metas e ações voltadas à educação especial, mostram-se relevantes e indicam uma instituição empenhada em se adequar da melhor maneira para acolher o público-alvo da educação especial (PAEE), garantindo sua permanência e promovendo seu aprendizado com equidade.

Em busca de adequar a proposta da educação especial à perspectiva inclusiva, a instituição já conta, em sua estrutura, com a Sala de Recursos, conforme comprovamos na análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de Pocinhos-PB (2024).

4.8 Marcos legais que convergem com educação especial na perspectiva da inclusão

Pocinhos apesar de ser cidade de médio porte do interior do estado vem apresentando-se preocupada com que tange a comunidade das pessoas com deficiências, bem como seus familiares e simpatizantes da causa e isto vem materializando-se em formas de políticas que convergem com documentos brasileiros que já tratam disto como lei Brasileira de Inclusão - LBI e tantos outros.

Este capítulo nos possibilita perceber que o município vem construindo, de forma gradual, leis que buscam assegurar oportunidades às pessoas com deficiência em condições de igualdade e equidade. Embora tais iniciativas ainda não sejam suficientes, elas indicam o caminho que a cidade deseja trilhar, refletindo a maneira como percebe e posiciona seus munícipes com deficiência.

Essas iniciativas, que se consolidaram em políticas públicas, já alcançaram a área da educação, conforme pode ser observado ao longo deste capítulo. Ressaltamos que esses avanços têm contribuído significativamente, mas reconhecemos que ainda há um longo percurso a ser percorrido.

Assim, podemos identificar que o município tem 11 leis aprovadas e sancionadas pelo poder legislativo local e que contemplam a pessoa com deficiência ao assegurar inclusão, acessibilidade, direitos básicos que todos já deveriam ter garantidos independentemente de apresentarem deficiência ou não. Dispõem ainda de Plano Municipal de Educação que também contempla estudantes PCDs, bem como o, Regimento Municipal para escolas e creches - PMPPI e o PPP, todos trazendo em seu interior a preocupação com a inclusão e de forma especial com a pessoa com deficiência.

Assim podemos afirmar que a cidade de Pocinhos-PB vem estruturando-se no processo proteção do acesso a escolarização, permanência e de desenvolvimento do público alvo da educação especial e gradualmente transformando-se para a educação na perspectiva inclusiva, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois muitas são as conquistas que se materializam através destes marcos legais para educação especial como a perspectiva da educação inclusiva, mas ainda se faz necessário dar mais passos e largos.

4.9 As salas de recursos multifuncionais em Pocinhos

As Salas de Recursos Multifuncionais são uma resposta prática da Educação Especial com perspectiva inclusiva, visando dar condição de acesso, permanência e aprendizado para a pessoa com deficiência dentro das instituições públicas de ensino neste país. É a Portaria Federal de Nº 13, de 24 de abril de 2007 que cria o Programa Nacional de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, ou seja, através deste documento o Brasil passou a instalar estas salas, objetivando apoiar as escolas no processo de inclusão e equidade das Pessoas com Deficiência. Para garantir a escolarização da pessoa com deficiência, TEA ou Altas Habilidades não basta apenas o direito de frequentar a escola regular, é preciso garantir um espaço adequado, um currículo flexível que atenda as especificidades destas pessoas. Neste sentido, buscando a construção de um ambiente escolar inclusivo, para responder as necessidades educacionais especiais do público-alvo da educação especial foi implantado o Programa de Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais que tem como objetivos:

- Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação

- inclusiva;
- Assegurar o pleno acesso dos alunos, público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos;
 - Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino;
 - Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar (Brasil, 2010, p. 9).

Para atingir tais objetivos, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais busca desenvolverem as seguintes ações:

- Aquisição dos recursos que compõem as salas;
- Informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados;
- Monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas;
- Orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE;
- Cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas;
- Promoção da formação continuada de professores para o AEE;
- Encaminhamento, assinatura e publicação dos Contratos de Doação;
- Atualização dos recursos das salas implantadas pelo Programa;
- Apoio à acessibilidade nas escolas com salas implantadas (Brasil, 2010, p. 9).

A Implementação das Salas de Recursos Multifuncional são os principais caminhos das políticas públicas de inclusão escolar adotado pelo município de Pocinhos, PB. Essas salas foram implantadas em virtude do Programa Federal de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Em relação a equipe que atua nas referidas salas, é composta por sete professores, com formação específica para atuarem na área. Nos anos seguintes ao lançamento desta proposta pelo governo federal, o município aderiu e logo iniciou a organização dos espaços e a composição da equipe.

Assim, o município de Pocinhos vem seguindo as orientações da Resolução Ministerial de nº 04 de 02 de outubro de 2009, quando em seu Art. 12, afirma que para poder atuar no AEE, “o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (Brasil, 2009, p. 3). Sobre os recursos disponíveis no cenário pesquisado além de jogos diversos, identificamos também materiais didáticos produzidos pelos profissionais, considerando as necessidades educacionais específicas de cada estudante e de grupos específicos que são atendidos nas referidas salas, mas ainda se faz necessário aquisição de novos recursos e trocas de outros.

Quadro 11 - Equipe de Profissionais que atuam nas SRM de Pocinhos, PB

| Profissionais | Situação Profissional | Nível De Formação | Área De Formação |
|--|------------------------------|---|--|
| Coordenadora das SRMP e da Educação Especial | Contratada | Graduação Especialista | Pedagogia. Atendimento Educacional Especializado e Educação Inclusiva e Especial Formação continuada na área da inclusão |
| Professor 1 (PCD) | Quadro efetivo | Graduação Especialista | Pedagogia Especialização em Psicopedagogia Formação continuada em cursos de Educação Especial e Inclusiva, e em Braille |
| Professor 2 | Quadro efetivo | Especialista Mestrando | Graduação em Pedagogia. Graduação em Letras/LIBRAS Graduação em Geografia LIBRAS Formação continuada em Atendimento Educacional Especializado-AEE Educação especial e Ensino Religioso Orientação e Supervisão escolar Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional Mestrando no Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - PROFEI Formação continuada na área da inclusão |
| Professora 3 | Quadro efetivo | Graduação Especialista | Pedagogia Formação em Atendimento Educacional Especializado-AEE Supervisão e Orientação Educacional Formação continuada na área da inclusão |
| Professora 4 | Quadro efetivo | Graduação Especialista | Pedagogia Educação Infantil Orientação e Supervisão Escolar Atendimento Educacional Especializado-AEE Formação continuada na área da inclusão |
| Professora 5 | Quadro efetivo | Graduação Especialista | Pedagogia Psicopedagogia |

| | | | |
|--------------|------------|--|---|
| | | | Formação continuada em educação especial e inclusiva |
| Professora 6 | Contratada | Graduação Especialista | Pedagogia Educação Especial e Inclusiva Formação continuada em educação especial e inclusiva |
| Professora 7 | Contratada | Graduação Especialização em andamento | Pedagogia Neuropsicopedagogia e Especialização em Educação Especial e Inclusiva Formação Continuada na área de Inclusão |

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Descrição do quadro: Este quadro se encontra em tons de azul claro e branco e apresenta a composição da equipe profissional das salas de recursos multifuncional e Pocinhos: profissional, formação, situação no quadro funcional e área de formação. composta por quatro colunas que trazem na primeira linha em caixa alta e em negrito as seguintes informações: profissionais, situação profissional, nível de formação e área da formação. Nas linhas seguintes abaixo de cada um destes, pode-se visualizar as informações, sendo que os profissionais estão identificados apenas pela palavra professor e um número para preservar assim sua identidade real.

Nestas salas atuam professores com formação específica para tal função, sendo professores pedagogos com especialização em Educação Especial, AEE, brailistas e/ou professores de Libras. A Resolução de Nº 04 de 02 de outubro de 2009 em seu art. 12º afirma que para poder atuação no AEE, o professor deve ter a formação inicial que o habilite para o exercício e formação específica para a Educação especial (Brasil, 2009). E dentre as muitas responsabilidades deste profissional, ele deve:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os

professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares, como afirma o art.13 da Resolução 04/2009 (Brasil, 2010, p. 3).

De acordo com a resolução nº04/2009, art.4º, “são públicos dessas salas: pessoas com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e alunos com superdotação e Altas Habilidades” (Brasil, 2009, p. 1). Estes por sua vez, recebem o Atendimento na Sala de Recurso no contraturno, de forma que não prejudique sua frequência na sala regular, faz-se saber que a matrícula desta sala é facultativa, cabendo aos responsáveis legais de referido público a decisão de realizar a matrícula ou não.

4.10 Sala de recurso multifuncional: o serviço que ela presta enquanto ação prática da inclusão no espaço escolar

A sala de recursos é o espaço físico presente nas escolas públicas e em instituições conveniadas em que acontece o AEE, serviço este voltado para o PAEE, que busca uma vez que o atendimento é facultativo, ou seja, cabendo a responsável legal procurar para realizar a matrícula de seu filho(a). Assim iremos abordar um pouco mais sobre este trabalho desenvolvido com o PCNEE.

Alguns dos espaços físicos onde se encontram instaladas nesta cidade as salas de recursos não tem espaço adequado, recursos suficientes, mas percebe-se que necessitam da aquisição de recursos didáticos novos, mas também mobiliários adequados, é muito importante esclarecer que mesmo as salas sendo providas de recursos e alguns mobiliários, faz necessário novos investimentos pro parte do município, comiserando que muitos dos materiais permanentes e mobiliários são do período da implantação das mesmas, que por sua vez foram enviados pelo governo federal. Mas, dentro deste contexto eles continuam tentando desenvolver o seu trabalho. É possível perceber que em virtude do número crescente de alunos matriculados, muitas vezes os profissionais necessitam agrupar alunos(as), reduzir horários de outros, tudo isto para assegurar que ninguém que procure fazer a matrícula para receber este serviço lhe tenha negado. O município dispõe momentaneamente de três salas, porém existe outras em processo de organização, tendo em vista que quatro escolas foram contempladas.

Fotografia 1 - 1ª Sala de Recursos Multifuncionais – SRM de Pocinhos



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Descrição: sala com paredes amarelas e piso revestido pra cerâmica branca, apresenta duas janelas de ferro e vidro, ar condicionado parte superior da parede, duas estantes de metal contendo alguns jogos e brinquedos, duas cadeiras com mesa para crianças e mesa redonda com cadeiras de plástico, nas paredes algumas atividades podem ser vistas, bem como cartaz bilingue janela do tempo e outro de aniversariantes do mês.

Fotografia 2 - 2ª Sala de Recursos Multifuncionais – SRM de Pocinhos, PB



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Descrição: sala com piso de cerâmica cinza com manchas escuras, parede amarela, porta vermelha aberta, apresenta duas estantes de metal na cor cinza com jogos e recursos didáticos, algumas cadeiras.

Fotografia 3 - Materiais disponíveis na 2ª sala de recursos



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Descrição da figura: Sala de aula com piso revestido por cerâmica branca com manchas cinzas e parede pintada de amarelo, apresentando três estantes metálicas na cor cinza; todas preenchidas com recursos didáticos como jogos e brinquedos, além de materiais construídos para uso com alunos(as)

Fotografia 4 - 3ª Sala de Recursos Multifuncionais – SRM de Pocinhos, PB



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Descrição da figura: Sala de aula que apresenta piso cinza, paredes na cor amarelo e teto branco. Tem a presença de alguns mobiliários: duas mesas quadradas cercada por cadeiras azuis, armários de metal cinzas e sobre eles alguns recursos didáticos, uma estante com jogos pedagógicos, banca com bebedouro, banca coberta por tecido azul e sobre ela um espelho retangular outros objetos, ao seu lado tem arquivo, um birô e outros objetos, a sala tem ainda janelas grandes de vidro protegidas na parte externa por grades de ferro e na parte superior da parede um ar-condicionado.

O Atendimento Educacional Especializado - AEE se configura como o principal serviço prestado a pessoa com deficiência, TEA ou Altas Habilidades matriculadas nas escolas do país, sendo este realizado preferencialmente na rede pública de ensino. Neles, os educandos têm a possibilidade de com equidade, acessibilidade e adaptação dar continuidade ao processo iniciado na sala regular. Este serviço foi garantido já na Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, como foi citado em linhas anteriores. O Decreto de Nº 6.571 de 17 de setembro de 2008 dispõe em seu art.1º, inciso 1º, que o “AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (Brasil, 2008, n.p).

Sobre os objetivos deste atendimento, o inciso 2º, destaca que o AEE deve:

- I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;
- II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino” (Brasil, 2008, n.p).

É importante salientar que o AEE em nenhum momento substitui o ensino regular, sendo um dos critérios para estar recebendo este serviço é ser aluno da rede de ensino.

Outro dispositivo legal é o CNE/CEB nº 4/2009 que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo em seu art. 5º que:

AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitária, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios (Brasil, 2009, p. 2).

As Diretrizes do AEE, na Educação Básica e na Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, estabelecem a matrícula da pessoa com deficiência na escola regular, a configuração complementar e suplementar do AEE, que devem se realizar prioritariamente na rede pública de ensino. Além disso, o artigo supracitado trata de recursos financeiros e da formação necessária para atuar no AEE.

As SRM de Pocinhos, Paraíba, têm cumprido o seu papel enquanto uma resposta do Governo Federal, através do Ministério da Educação junto aos municípios, para assegurar o acesso a um sistema inclusivo de ensino. Os professores que atuam nestes espaços, além de elaborarem estratégias pedagógicas com os estudantes nas referidas salas, ainda desenvolvem um trabalho junto a família, profissionais de apoio e demais profissionais que atuam com o Plano de Atendimento Educacional Especializado do município de Pocinhos, PB.

O Atendimento Educacional Especializado, realizado nas SRM, busca contribuir significativamente para um planejamento pedagógico inclusivo tanto na proposição de estratégias diversificadas, considerando as necessidades educacionais específicas de cada um dos estudantes atendidos, quanto na verificação das barreiras a aprendizagem e na construção de estratégias para superá-las e equiparar perspectivas na escola regular. Nem sempre ocorre da maneira adequada, pois muitos ainda pensam ser responsabilidade pela inclusão destes alunos exclusiva dos profissionais especializados.

Os professores das salas de recursos constroem materiais pedagógicos de acordo com as necessidades educacionais específicas dos seus estudantes. Essa prática demonstra o interesse desses profissionais em garantir uma aprendizagem para seus estudantes, assim

como, demonstrar a construção de uma formação contínua estabelecida pelo cenário da investigação.

Quadro 12 - Matrículas nas SRM em Pocinhos, PB

| Ano | Matrículas | Tea | Surdez/ D. A | M. Deficiência | Down | D. Física | Baixa Visão/ Cegueira | Deficiência Intelectual |
|------------|-------------------|------------|-------------------------|-----------------------|-------------|------------------|----------------------------------|------------------------------------|
| 2021 | 33 | 17 | 5 | 2 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| 2022 | 56 | 35 | 6 | 3 | 3 | 1 | 0 | 8 |
| 2023 | 72 | 50 | 7 | 2 | 4 | 1 | 1 | 8 |
| 2024 | 110 | 77 | 10 | 3 | 4 | 1 | 0 | 15 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2025 com base nos dados das matrículas realizadas pela sala de recursos do município).

Descrição do quadro: Quadro na cor azul claro e branco, contendo números de matrículas de pessoas alunos(as) com deficiência matriculados nas salas de recursos em Pocinhos -PB, período que compreende de 2021 a 2024. A tabela contém cinco linhas e nove colunas, a primeira linha cada coluna apresenta uma informação que virá abaixo nas linhas a seguir: ano, matrículas, TEA, Surdez/D.A, M. deficiências, Down, D. Física, Baixa Visão, D. Intelectual. Nas colunas onde consta ano segue nas linhas abaixo os anos de referências e nas linhas e colunas seguintes seguem: matriculados e número por deficiência.

O progressivo avanço nas práticas inclusivas no município de Pocinhos-PB, materializam-se no aumento gradual deste público que recebe o AEE, isto não representa que já está tudo certo, mas nos mostra que a cidade tem percorrido o caminho para que seu sistema de ensino se adeque a cada dia, oferecendo assim a possibilidade de educação com qualidade e equidade.

5 A IMPORTÂNCIA DO DUA COMO RECURSO PARA PROMOÇÃO DA EQUIDADE E INCLUSÃO ESCOLA

A história de Pocinhos foi marcada por muitas transformações e pela contribuição de diversas mãos, bem como pela colaboração de personalidades relevantes, a exemplo de Padre Ibiapina. A cidade, que já foi morada dos bravos índios Tarairiús — defensores da liberdade —, tem suas terras que, em determinado momento, estiveram incorporadas à Fazenda Santa Rosa, sob o comando do capitão Teodósio Lemos de Oliveira. Posteriormente, essas terras ficaram sob a administração de seu filho com Bárbara Maria, em cuja homenagem o município já prestou tributo ao “Bravo da Bárbara Maria”, José Aires, autor da primeira construção nas redondezas.

José Aires, além de edificador, cuidou de doar um terreno para a construção de uma capela dedicada à Imaculada Conceição. Ademais, qualquer família que desejasse estabelecer-se na região só precisava manifestar essa intenção para que o local fosse demarcado e a construção tivesse início. Foi nesse contexto que a nomenclatura “Pocinhos” surgiu pela primeira vez.

A caridade e o primeiro cemitério foram legados deixados pela passagem do apóstolo do Nordeste: Padre Ibiapina que de passagem por estas terras e compadecidos com as necessidades dos locais mobiliza e ergue estes dois locais, um para dignificar os mortos e outros para auxiliar os necessitados. Sendo esta construção uma das mais antigas ainda resistem na cidade. Tivemos ainda outros elementos que impulsionaram este desenvolvimento: a linha férrea que fazia parte do ramal de Campina Grande, a fábrica de processamento de sisal, a chegada da energia elétrica, entre outros.

Grandes homens e mulheres enaltecem nossa terra, eles lutaram por sua emancipação e desenvolvimento dentro os muitos citamos: Padre Galvão, Conego Pequeno, Irineu Joffily que recebeu homenagem em sua terra dando além por um tempo seu nome.

A cidade sempre foi marcada por seu dinamismo e diversidade cultural, terra de muitos artistas, artesãos, poetas, músicos e entre outros.

Assim, neste capítulo discorreremos sobre o conceito, origem, diretrizes e princípios do Desenho Universal para Aprendizagem - DUA, bem como sua importância e aplicabilidade no processo ensino aprendizagem; associado a isto, abordamos outros elementos que podem ser combinados ao mesmo, visando possibilitar o aprendizado democrático e inclusivo, a exemplo das Tecnologias Assistivas. Ainda apresentamos o produto educacional elaborado,

validado e aplicado junto aos educandos participantes da pesquisa, bem como os demais materiais a ele associados para poder realizar apresentar resumidamente a história do município de Pocinhos.

5.1 Desenho universal para aprendizagem - DUA: origem e concepções

Para compreender a importância do Desenho Universal para Aprendizagem - DUA é necessário sabermos sobre como se deu a sua criação, quais motivações e sua concepção, pois só desta forma saberemos qual a sua aplicabilidade e as suas vantagens para quem o usa como recurso, assim como para quem são contemplados pela presença enquanto caminho para aprendizado dos alunos (as) com mais significado e com equidade.

Segundo Pastor, Serrano e Río (2014), o DUA é um enfoque didático que pretende aplicar princípios do Desenho Universal ao desenho do currículo de diferentes níveis educativos. E teve como seus desenvolvimentistas David. H. Rose (Neuropsicólogo do Desenvolvimento) e Anne Meyer (Especialista em Educação), juntamente com os demais componentes da equipe de pesquisa, desenvolveram uma estrutura para aplicar o DUA em sala de aula com base em um referencial teórico que inclui os mais recentes avanços em neurociência aplicada a aprendizagem, pesquisa educacional e tecnologias e mídias digitais. Assim nasceu o DUA, que pode ser definido como uma abordagem baseada na pesquisa para design de currículo, isto é, objetivos educacionais, métodos, materiais e avaliação que permite que todas as pessoas desenvolvam conhecimento, habilidades, motivação e envolvimento com o aprendizado.

Em seguida teremos a ilustração das áreas do cérebro que são responsáveis pela aprendizagem, destacadas abaixo como área de reconhecimento, estratégica e afetiva que foram relacionadas respectivamente a múltiplas formas de representação, que está devidamente relacionadas as diferentes caminhos de apresentar uma mesma informação, e assim considera as diferentes formas de aprender; as múltiplas formas de ação, representação, que por sua vez vincula-se a abertura para que se expresse o que sabe da maneira que lhe permita está mais confortável e por fim múltiplas formas de engajamento. Se faz necessário pensar e promover desde os primeiros momentos situações que despertem o interesse, curiosidade pelo que se desejar apresentar, assim conseguiremos tudo isto e mais ainda, fazer com que educandos se tornem participativos durante todo processo de ensino-aprendizagem. Vejamos a Figura 3.

Figura 3 - O cérebro e aprendizagem



Fonte: Heredero, Prais e Vitaliano (2022) apud Meyer, Rose e Gordon (2014).

Descrição da figura: Figura ilustrativa sobre as três áreas de aprendizagem no cérebro humano, a figura tem fundo preto e sobre ele inscrição na cor azul claro das áreas de cérebro e que cada uma delas está associado o processo de aprendizagem, cada temos cada cérebro que está ilustrado destacando numa cor diferente estas áreas.

Analisando as imagens acima, podemos perceber como a neurociência através de seus estudos mapeia o nosso cérebro, áreas estas que são responsáveis pelo nosso processo de aprendizagem, e como cada área é de singular importância e estão interligadas. Assim no centro de Tecnologia Espacial Aplicada - CAST, organizaram as diretrizes e princípios do DUA que servem como norteadores para elaboração, reorganização de currículos e práticas mais inclusivas e acessíveis.

Pastor (2019, p.75, apud Meyer; Rose; Gordon, 2016, s. p), afirma que a origem do DUA

[...] pode ser situada em meados da década de 80 nos E.U.A, a partir da experiência de uma equipe psicopedagógica em um hospital infantil dedicada a realização de diagnóstico pedagógico e adaptações curriculares para cada estudante pudesse participar e aprender em sala de aula.

Diante do exposto, seguindo a concepção de Pastor (2019), compreendemos que o DUA é resultante da resposta do Desenho Universal para atender as necessidades educacionais, ou seja, auxiliar aos educandos no processo de aprendizado.

A criação do DUA objetiva colaborar para que o processo de ensino aprendizado seja acessível e para que todos possam ter acesso ao conhecimento com equidade, considerando as diferentes formas de aprender, compreender e compartilhar o que se aprendeu e associar as

situações da vida, ou seja, o intuito é que todos tenham oportunidade de aprender, e isto só é possível, com a presença deste recurso no Currículo.

De acordo com Heredero (2020), o DUA teve o seu surgimento dentro do CAST, a princípio pensado para criar métodos que facilitassem aos estudantes com deficiência o acesso ao currículo regular; posteriormente, se inicia os estudos de investigação, bem como o desenvolvimento e articulação dos princípios e práticas do DUA. O estudioso ainda afirma que Desenho Universal para Aprendizagem é uma referência para que se corrija o principal obstáculo para promoção dos alunos em ambientes de aprendizagem: os currículos inflexíveis que geram barreiras para o acesso ao aprendizado, considerando ainda a heterogeneidade dos estudantes, quando sugere flexibilidade de objetivos, métodos, materiais e avaliações.

Bock, Gesser e Neurberg (2020) afirmam que em virtude da diversidade funcional humana, das facilidades por parte de alguns em se relacionarem com ambientes e contextos distintos, outros por sua vez em virtude de apresentarem condições de lesões, passam a vivenciar a condição de pessoa com deficiência necessitando de ambientes que assegurem equidade e igualdade de condições e para isto é necessário que a sociedade disponibilize destas condições pautado pela ética do cuidado com a pessoa, neste contexto surge o DUA, que além de apresentar o princípio do cuidado, potencializa as práticas e efetivação da interdependência.

Considerando a posição acima podemos concluir que o DUA surgiu não como resposta para atender as necessidades das pessoas com deficiência pautadas pelo laudo clínico, mas para atender a necessidade de todos com ou sem deficiência e que apresentando necessidades específicas, e assim sendo exige uma resposta prática que possibilite equidade e igualdade ao que estão dentro deste processo de ensino aprendizagem.

Herdero, Prais e Vitaliano (2024) apud Prais (2020) apresentam-nos na figura abaixo com um quadro que traz o termo inglês atribuído Universal Design for Learning - UDL e que para nós brasileiros ao ser traduzido é chamado de DUA; ao apreciarmos abaixo logo poderemos compreender com mais facilidade os conceitos acerca do mesmo. Assim temos a ideia de que o DUA foi pensado e é aprimorado visando através de seus princípios permitir que em espaços de aprendizagem todos tenham acesso com equidade a conhecimento e que ao final todos obtenham aprendizado almejado. Vejamos a Figura 4.

Figura 4 - Tradução e sentido atribuído para a compreensão da abordagem

| Universal | Design | for | Learning |
|---|---|-----------------------------|-----------------------------|
| Universal | Desenho | Para a | Aprendizagem |
| Princípios | Orientação. | Que leva a... | Apropriação do conhecimento |
| Diretrizes que vislumbram alcançar um maior número de pessoas | Conjunto de conhecimentos que orientam e fundamentam a elaboração de um projeto | Que promove e favorece algo | |

Fonte: Heredero; Prais; Vitaliano, (2022).

Descrição da figura: A figura é uma ilustração organizada a partir de quatro colunas coloridas, na qual cada um apresenta sentido para Universal Design for Learning, expressão inglesa para Desenho Universal para Aprendizagem. A primeira coluna na cor laranja traz a expressão *Universal* e explicação sobre sentido desta expressão; coluna dois linha um, *Design* e sentido a esta expressão; linha dois; na terceira coluna, primeira linha temos a expressão *For*, que é seguida na segunda linha com a compreensão sobre esta palavra e finalmente a coluna quarto na cor azul escuro, traz a palavra *Learning* e na segunda linha o seu entendimento acerca desta palavra.

O CAST (2023) Design Universal para Aprendizagem - UDL, ou como conhecemos por DUA, é uma estrutura para otimizar a aprendizagem para todas as pessoas com base em conhecimentos científicos sobre como aprendemos.

Pereira e Massaro (2021, p.153) afirmam que o “Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), não se encaixa em uma metodologia de ensino, mas, se trata de uma estrutura que pode utilizar diversas estratégias de ensino, desde que, atinjam o objetivo final que é a aprendizagem de todos (as) alunos (as).”

Em outras palavras podemos afirmar que Pereira e Massaro (2021) dizem que a abordagem aplica-se a qualquer situação de ensino-aprendizagem, desde o planejamento da vivencia, pois planejar nossas aulas considerando a heterogeneidade, especialmente quando contemplamos através de momentos em que trabalhamos temas de diferentes formatos de apresentação, possibilitamos participação do educandos pelas mais variadas maneiras de expressar, levando em conta as diferentes formas de aprender e expressar o que sabe, bem como o que somou a conhecimentos prévios a cerca de uma tema e por fim, ao elaborar momentos mais atrativos, lúdicos, possibilitando o engajamento, ou seja a participação ativa dos educandos em todo processo, tudo isto resultará com aprendizado.

Segundo Sebastián, Moreira e Moreira (2022, p. 1907), o DUA parte da,

[...] base de que a aprendizagem e a transferência do aprendizado devem ocorrer proporcionando múltiplas formas de apresentações, diversas formas de apresentar um mesmo conteúdo, atividade, pois isso permite atender a variabilidade dos estudantes, desde a consideração das inteligências múltiplas e, no tempo, fazer conexões interiores, assim como entre os conceitos.

Em resumo, não há um meio de representação ideal para todos os estudantes, é relevante proporcionar modos múltiplos de apresentação dos conteúdos para que o mesmo chegue a todos. Ainda pautando nessa reflexão sobre o DUA, trazemos mais uma vez a fala de Heredero (2020, p. 737) onde afirma que “este recurso diz respeito a uma série de referências cientificamente válidas para guiar práticas educativas que proporcionem flexibilidade e reduza as barreiras.”

Segundo Pereira (2024) o DUA é uma abordagem educacional que promove a inclusão e acessibilidade em ambiente escolar, bem como reconhece os estilos de aprendizagem e necessidades educacionais específicas dos alunos. O principal objetivo dele é a flexibilização do currículo, possibilitando a realização de ajustes, de maneira que se aplique em sala diferentes formas de acesso à informação, expressão e engajamento dos alunos no processo de ensino-aprendizado.

5.2 Objetivos e aplicabilidade do DUA

Segundo Heredero (2020, p.741), o Desenho Universal para Aprendizagem - DUA tem como “meta criar ambientes no quais todos tenham oportunidades de ser tornar estudantes avançados, e meios para alcançá-los devem ser flexíveis, sejam tecnológicos ou não”. E em consonância com a fala deste autor, Pastor (2019, p.75, apud Meyer, Rose e Gordon, 2016, s.p) afirmam que as propostas educativas quando fundamentadas no DUA tratam de responder a diversidade, e os estudantes, considerando a variação e diferença para responder a todos, “sendo uma destas propostas o DUA, que por sua vez possibilita um marco teórico-prático na intervenção educativa para atender a diversidade desde uma perspectiva inclusiva”.

Sabendo que estes recursos foram elaborados para amenizar os problemas relacionados ao processo de aprendizagem, colaborando para construção de currículos mais acessíveis, nos primórdios, foi pensado para ajudar de forma mais específica pessoas com deficiências presentes em salas regulares, e logo foi ampliado o espaço de sua aplicação. Segundo Pereira e Massaro (2021, p. 153) “a proposta de ensino que se baseia no DUA tem

um diferencial de buscar o conhecimento para todos os alunos, sendo eles público-alvo da educação especial ou não, dado que ele buscar as especificidades de cada aluno.”

Por fim, percebemos que o DUA não é algo exclusivo a ser utilizado para atender apenas pessoas com deficiências, mas sim, a todos os alunos e alunas. É importante salientar que mesmo quando nos apropriamos das novas tecnologias, nem sempre isto representará que estamos usando-o, tendo em vista que o DUA se aplica desde momentos que antecedem a aula propriamente dita, ou seja, desde a elaboração do currículo.

Para que o DUA aconteça na prática se faz necessário aplicar diretrizes, que serão nosso próximo ponto de reflexão.

Bock, Gesser e Neurnberg (2018, p.153) falam sobre a aplicabilidade do DUA dizendo que,

Quando se pensa a aplicabilidade do DUA, há a necessidade de ultrapassar as fronteiras das condições das lesões para planejar a acessibilidade. Contudo, as adaptações razoáveis previstas em nossas legislações continuam tratando a acessibilidade como exclusividade de pessoas com diagnóstico de deficiência, ou seja, em uma visão de que os recursos e os serviços devem ser organizados a partir da demanda apresentada pela condição de deficiência de cada sujeito, ao invés de aplicar os princípios e as diretrizes do DUA que acolhem a variação humana como premissa para pensar ambientes educacionais acessíveis desde seu princípio.

A partir dos autores compreendemos que muitos devido ao pouco conhecimento sobre o DUA, ainda existe na sua grande maioria aqueles que pensam ser algo a ser implantado para colaborar com inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência, subestimando-o, quando ele pode colaborar transformar os ambientes educacionais em espaços de acolhimento que consideram a diversidade e heterogeneidade dos educandos, inclusive aqueles que apresentam alguma deficiência.

5.3 Diretrizes e princípios para o DUA

De acordo com CAST (2023), as Diretrizes do DUA são uma ferramenta utilizada na implementação do Design Universal para Aprendizagem. Estas diretrizes oferecem um conjunto de sugestões concretas que podem ser aplicadas a qualquer disciplina ou domínio para garantir que todos os alunos possam se desenvolver e participar em oportunidades de aprendizagem significativas e desafiantes. Elas tiveram sua primeira versão desenvolvida em 2009 e que tem como objetivo fornecer apoio concreto aos educadores que se encontravam

ansiosos em aplicarem o DUA na prática. As diretrizes devem sempre serem revisadas para que seja possível expandir a pesquisa na área.

Sobre a sua organização, as diretrizes estão organizadas através de ilustração composto por colunas vertical e horizontal. Ainda de acordo com CAST (2023), na vertical estão distribuídas os Princípios, sendo estes: engajamento, representação e por fim, ação e expressão e estas por sua vez, apresentam ponto de verificação, que corresponde as sugestões. Na horizontal, as diretrizes estão organizadas em três linhas: acesso, construir e internalizar.

Podemos diante do exposto, afirmar que as diretrizes funcionam como norteadores, para que consigamos aplicar o DUA e que não necessitem ser aplicados todos de uma vez, pois são voltados para apoiar os que estão envolvidos desde o processo de pesquisa e construção, até a aplicação de forma que materializem o desenho universal em ambientes educativos.

Dando continuidade à reflexão, abaixo trazemos a figura 5 na qual o *site* do CAST, nos apresenta os princípios e as diretrizes do DUA que por sua vez vem organizadas de vertical e horizontal, sendo que pudemos perceber na parte superior temos destacando os princípios, dando sequência na parte inferior por diretrizes com detalhamentos.

Figura 5 - Princípios e diretrizes do DUA



Fonte: CAST (2018).

Descrição da figura: Acima temos a ilustração dos princípios e diretrizes do DUA, no qual se encontra organizado através de três colunas; a primeira coluna na cor verde traz o engajamento, a segunda na cor roxa traz a representação e a terceira e última na azul temos a representação e expressão; a baixo de uma destas colunas temos quatro linhas para cada uma destas colunas, sendo uma linha para o acesso, desenvolvimento, empoderamento e objetivos

É bastante importante sabermos que muitas vezes já realizamos práticas que tem relação com DUA e suas diretrizes, mas não percebemos. Nesse sentido, o CAST (2023) afirma que são um conjunto de sugestões que podem ser aplicadas, e que podem ser misturadas ou combinadas segundo os objetivos de aprendizagem. Estas diretrizes associadas corretamente nos impulsionam para materialização do objetivo maior do Desenho Universal para Aprendizagem que é colaborar para construção de alunos especialistas, ou como diz Heredero (2020), estudantes avançados.

5.4 Relação DUA e tecnologia

É impossível realizar uma abordagem sobre o Desenho Universal para Aprendizagem ou mesmo sobre a Tecnologia Assistiva, sem remeter as tecnologias, uma vez que as duas se desenvolveram dentro de um contexto tecnológico e que atualmente, graças aos avanços neste contexto, possibilitam produção de novos recursos que articulados ao DUA, por exemplo, favorecem o aprendizado, desenvolvimento e acessibilidade do indivíduo.

Sabemos que as tecnologias têm relação com os avanços da humanidade, mas especificamente com as técnicas e instrumentos que foram se desenvolvendo, e de forma especial, destacamos as tecnologias digitais que auxiliam na mobilidade, comunicação e interação nos processos de aprendizado.

É importante salientar que é a partir da revolução industrial que se inicia este processo, ou seja, aplica-se o uso de máquinas para otimizar o tempo, ampliar a produção e consequentemente os lucros. Dessa maneira, podemos compreender que todas as áreas da sociedade são contempladas pela presença e uso das tecnologias, e que para a educação o processo de inclusão são elementos primordiais para assegurar equidade a todas as pessoas. Azambuja (2024, p. 10) apud Kenski (2007, p. 24) “diz que as tecnologias são tão antigas quanto a espécie humana, foi a engenhosidade humana, em todos os tempos, que deram origem as mais diferenciadas Tecnologias.”

Diante do exposto podemos afirmar que as tecnologias se originaram simultaneamente com o aparecimento da humanidade e que o desenvolvimento da humanidade bem como das tecnologias está correlacionado as necessidades das pessoas, que logo necessitaram de homens para que pudessem criar, tomar forma e aprimorá-las, para que conseguissem colaborar com o aparecimento de outras tecnologias. Assim as tecnologias partem as coisas mais simples as mais modernas, ou seja, de mero lápis a uma máquina de 3D.

Azambuja (2024) em consonância com nossa afirmação diz que as tecnologias se classificam em duas categorias: a primeira analógica que relacionam uso de artefatos físicos a exemplo do lápis, bem como existem as digitais que estão relacionadas a computadores celulares e outros. Segunda a autora no contexto da educação da tecnologia surge os termos recurso digital e ferramenta digital, sendo que o primeiro associa-se a qualquer material ou conteúdo que está no formato digital podendo apoiar o aprendizado, a exemplo do nosso recurso educacional que é um vídeo, ou melhor um audiovisual, e que por sua vez o segundo termo associa-se a aplicação ou software que possibilita a criação, edição, atividade e entre outros exemplos como o “Classroom” que é uma ambiente de aprendizado.

O DUA pode se desenvolver tendo suportes tecnológicos, para isto, por exemplo: o professor realiza uma aula em sua turma e se apropria com seus alunos utilizando um celular

(tecnologia) e neste aparelho, baixa aplicativos assistivos (TA) que auxiliam na leitura de texto da pessoa com deficiência visual ou pessoa sem deficiência, mas que não domina a leitura e com associação desses recursos alcança uma maior participação e garantia de acesso à informação.

As tecnologias estão e sempre estiveram presentes na humanidade, basta lembrar das primeiras ferramentas utilizadas pelos homens nos primórdios da história. Ao passar dos anos com desenvolvimento da sociedade, a humanidade conseqüentemente aprimorou as tecnologias e outras passaram a serem desenvolvidas para atender novas demandas. É neste contexto de inovação tecnológica, que podemos contar com aparelhos como celulares, tablets, softwares e aplicativos, jogos, mídias digitais e tantos outros que podemos nos apropriar para aplicarmos no ambiente de sala de aula vivências mais inclusivas, acessíveis e com equidade, onde todos os alunos (as) terão as mesmas oportunidades de aprender.

5.5 TA - Origem e concepções

As tecnologias Assistivas – TA também são conhecidas como ajudas técnicas e são recursos e serviços a serem utilizados para promover autonomia de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida que já existem a bastante tempo e mais recentemente, no Brasil. Segundo o material impresso intitulado Tecnologia Assistiva que foi lançado pelo governo federal no ano de 2009, através da secretarial nacional de Direitos Humanos (Brasil, p. 11), o interesse do povo brasileiro, vai ocorrendo gradualmente e isto se comprova com a ampliação da participação em feiras e demais eventos que tratam de tecnologias, bem como surgimentos de inúmeros grupos de pesquisa em todo país. O nosso sistema de saúde já dispõe do cadastramento de entidades concessionárias de órteses e próteses que por sua vez são distribuídas em todo território nacional.

Tivemos a elaboração e sanção da lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 e o decreto de nº 5.96/2004 que possibilitou a criação do Comitê de ajudas técnicas, órgão responsável em elaborar políticas que estimulasse a produção e uso de tecnologia assistiva.

Sartoretto e Bersch (2023) afirmam que em nosso país o termo Tecnologia Assistiva-TA foi adaptado do termo norte-americano Assistive Technology, tendo este sido criado na década de 80 nos Estados Unidos, incorporado a legislação do país que trata dos direitos da pessoa com deficiência, além de servir de fundamentação legal para estabelecer fundos públicos que financiam aquisição de recursos que estes venham necessitar.

As TA podem ser compreendidas como área de conhecimento multidisciplinar, que se materializa através de recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que almejam a promoção da autonomia, independência e qualidade de vida social para PCD e pessoas com mobilidade reduzida.

Segundo Bersch (2017, p. 1-3)

As tecnologias Assistivas devem ser entendidas como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento e tem como objetivo proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho.

Complementando a fala da autora, apresentamos o conceito brasileiro para tecnologias assistivas que por sua vez foi instituído através do Comitê de Ajudas Técnicas - CAT em que aprovou em 14 de dezembro de 2007, assim sendo compreendido:

São área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2007).

Diante do exposto pela autora podemos perceber que a partir do momento em que o povo brasileiro tomou conhecimento do movimento mundial em relação as tecnologias assistivas, também buscou através da criação do Centro de Ajudas Técnicas ampliar a discussão sobre como auxiliar as pessoas com deficiências, pois através destas políticas ampliou a possibilidade de discussão sobre o tema, estimulou o fortalecimento da pesquisa e consequentemente a produção e distribuição de tecnologia de apoio a pessoa com deficiência,

Sartoretto e Bersch (2023) conceituam a Tecnologia Assistiva como um termo usado para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente, promover vida independente e inclusão. Estes podem ser classificados como recursos e serviços. As autoras nos lembram que as TAs são interdisciplinares ou perpassam por todas as áreas.

Caminhando até este ponto de nossa discussão, foi possível compreendermos um pouco sobre o DUA, que de maneira mais simples, pode ser percebido como um recurso que norteia através de suas diretrizes e princípios o processo de aprendizado de todos os alunos,

através promoção de currículo flexível. E por sua vez, as TAs como recursos que podem ser somados para complementar o desenvolvimento do DUA. Assim mesmo sendo conceitos e práticas distintas que surgiram em momentos diferentes, elas se complementam, apresentam objetivos similares: promoção de ensino, acessibilidade e inclusão das pessoas. Dessa forma, diante do atual contexto educacional com base em uma perspectiva inclusiva, é quase impossível desvincular a relação existente entre o DUA e as TAs.

6 TECENDO APRENDIZADOS SOBRE A PESQUISA

Neste tópico, realizamos a análise dos dados a partir de uma abordagem qualitativa (Silveira; Córdova, 2009), utilizando como instrumentos de pesquisa a entrevista estruturada com dois historiadores, ambos naturais da cidade de Pocinhos, assim como um questionário com perguntas abertas e de múltipla escolha aplicado a dez alunos participantes da pesquisa.

Além disso, utilizamos as fichas de matrícula dos estudantes, tanto da escola regular quanto da sala de recursos, o que nos permitiu extrair informações relevantes para organizarmos o perfil socioeconômico e demográfico dos estudantes que constituem o público-alvo da Sala de Recursos Multifuncional do CMPG.

Por meio do diário de campo, foi possível registrar todas as ações desenvolvidas ao longo do trabalho. Com a sequência didática, observamos a importância de que, além de dispormos de recursos planejados para alcançar a todos e promover a equidade, não basta utilizar materiais elaborados para fomentar a inclusão e o aprendizado democrático se a prática pedagógica em sala de aula não for planejada e fundamentada nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Nossa sequência foi elaborada com base nos princípios e diretrizes do DUA — ou, ao menos, esse foi o nosso objetivo. Observamos maior participação dos educandos, bem como maior interação e colaboração entre eles durante as vivências. O recurso educacional audiovisual, inserido na sequência, revelou-se uma excelente forma de apresentá-lo aos estudantes de maneira sistematizada e integrada, e não isolada. Apesar de ter sido concebido para facilitar o acesso dos alunos à história da cidade, caso tivesse sido apresentado isoladamente, talvez não tivéssemos alcançado os ganhos observados ao longo das atividades.

6.1 O questionário

O questionário foi aplicado aos alunos participantes da pesquisa, identificados pelos pseudônimos A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9 e A10, sendo três meninas e o restante meninos, todos pré-adolescentes. A aplicação ocorreu durante a programação do primeiro encontro com os estudantes, de forma presencial.

O instrumento constava de quatro questões, sendo uma aberta e três de múltipla escolha. As perguntas abordaram desde o nível de conhecimento dos alunos sobre a história da cidade até aspectos relacionados ao processo de ensino, como as estratégias que mais

facilitam seu aprendizado, aquelas que favorecem os estudos e os fatores que dificultam sua aprendizagem.

A vivência foi desenvolvida nos turnos da manhã e da tarde, na sala de vídeo da instituição de ensino onde a pesquisa foi realizada, evitando que os alunos precisassem se ausentar da sala regular para participar do encontro e, conseqüentemente, responder ao questionário.

Para alguns estudantes, foi necessário realizar a aplicação de forma individualizada, com nossa mediação, atuando como leitor e escriba: registrávamos as respostas na folha e também por meio de gravação de áudio, pois esses alunos não sabiam ler ou escrever.

A seguir, apresentamos as perguntas e respostas no Quadro 13:

Quadro 13 - Perguntas e respostas dos alunos participantes da pesquisa

| Perguntas | Respostas |
|---|---|
| Como você gosta de estudar e acredita que facilita a sua aprendizagem? | <p>A1- Estudar no colégio, escrevendo, conversando, brincando. A2- Através de imagens, música, desenho, assistindo vídeo. A3- Através de vídeos, música e jogos. A4- Através de celular ou computador, por meio de jogos, pois me ajuda a focar em uma coisa apenas ou digitando. A5- Lendo, escrevendo e através de observação. A6- Para ter mais conhecimentos das coisas, gosto de estudar escrevendo e observando, anotando tópicos a coisas importantes. A7- Observando, pois não gosto de escrever muito. A8- Através da escuta, escrita e leitura. Por meio de atividades lúdicas, pois facilitam meu aprendizado, além da exposição associa conhecimento exposto a fatos do cotidiano e utilizando recursos didáticos. A9- Gosto de estudar através de leitura pois facilita minha aprendizagem. A10- Através de imagens apenas.</p> |
| Você percebe alguma dificuldade que considera que ela comprometa no processo de sua aprendizagem? | <p>A1- Falando, pintando, explicando, escrevendo, olhando. A2- Leitura, escrita, psicomotora, física. A3- Concetração, escrita, psicomotora, compreensão, didática da aula, desmotivação, questões emocionais, cognitiva. A4- Moemorização, recursos didáticos, didática da aula, escrita, cognitiva, visual, desmotivação. A5- Memorização, escrita cursiva, psicomotora, compreensão, didática da aula, cognitiva, questões emocionais. A6- Memorização, escrita. A7- Memorização, avaliação, compreensão. A8- Didática da aula. A9- Concetração, leitura, auditiva, compreensão. A10- Concetração, leitura, escrita, psicomotora, memorização, auditiva, desmotivação.</p> |
| Avaliando seu conhecimento sobre a história de Pocinhos, como classifica o que sabe sobre a história da cidade? | <p>A1- Pouco. A2- Pouco. A3- Gostaria de conhecer. A4- Pouco. A5- Pouco. A6- Pouco. A7- Gostaria de conhecer. A8- Pouco.</p> |

| | |
|--|--|
| | A9 -Quase nada. A10 -Pouco. |
| Marque como gosta de expressar o que está compreendendo do conteúdo ou informação apresentados pelo professor (a): | A1 -Falando, pintando, observando. A2 - Ilustrando. A3 -Observando. A4 -Ilustrando e digitando. A5 - Escrevendo e lendo. A6 - Escrevendo e oralmente. A7 -Lendo. A8 - Escrevendo. A9 -Escrevendo. A10 - Ilustrando, explicando. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base no questionário estruturado aplicado aos participantes (2024).

Descrição do quadro: Quadro com cores em azul claro e branco, composto por duas colunas, na primeira localizamos as perguntas do questionário realizando junto aos alunos(as) e na segunda coluna, respostas dadas as perguntas. Os alunos estão identificados pela letra A e por um número, mantendo assim o sigilo do nome dos participantes.

Nossa primeira pergunta questionou sobre as formas de estudar que os alunos mais gostam e que facilitam sua aprendizagem, obtivemos dos participantes da pesquisa respostas bem variadas, pois apenas dois educandos informaram apenas uma forma na sua resposta. Assim como condições que facilitam, e eles afirmaram que favorecem seu estudo e aprendizado, práticas envolvendo leitura, escrita, desenho, vídeos, música, uso de recurso didático, imagens, observação, jogos, brincadeiras, uso de computador, momentos expositivos associados a situações do cotidiano e momentos lúdicos. Diante das respostas apresentadas pelos alunos podemos perceber que tanto os alunos público da educação especial quanto os que não são, apontaram para necessidade de práticas que além da leitura e escrita como caminhos facilitadores para seu estudo e aprendizado.

Pereira (2024) ao tratar dos princípios do DUA associado a redes de conhecimento afirma que devemos considerar a maneira como os indivíduos processam as informações, assim sendo, proporcionar apresentação de temas em diferentes formatos (texto, áudios, vídeos, gráficos, entres outros) colabora para acesso e entendimento com eficácia do que lhe é apresentado.

Percebemos que as respostas sobre a forma como alunos(as) sentem mais facilidade para aprender e realizar seus estudos, nos põem diante de um cenário educacional no qual, é primordial professores realizarem vivências em sala que contemple as formas que segundo os próprios alunos, proporciona-os mais aprendizado e facilita seus estudos.

Na segunda pergunta eles foram questionados sobre dificuldades que comprometem o processo de aprendizado, foi proposta várias alternativas como repostas, podendo ser marcada mais de uma e assim tivemos como respostas as dificuldades de concentração, memorização, escrita, leitura, compreensão, auditiva, visual, psicomotora, desmotivação, a didática da aula, questões relacionadas ao emocional e físico. Pudemos perceber que algumas repostas estão correlacionadas.

Carvalho (2010) e Hahn (1989 apud Stainback, 1999) afirma que

Aqueles que apresentam dificuldades na aprendizagem, com ou sem deficiência, acabam ficando a margem do processo, pois seus resultados diferem, as vezes substantivamente, do alcançados por seus pares, desta forma são percebidos como alunos com limitações funcionais e conseqüentemente ficam relegados ou segregados, no espaço escolar.

Ao analisarmos a citação acima, logo percebemos que tanto alunos com deficiência quanto dito sem deficiência podem apresentar dificuldades nos estudos e conseqüentemente em seu aprendizado por inúmeros fatores e neste sentido pudemos perceber que as respostas obtidas dos alunos(as) estão relacionadas a pergunta dois e que tratam de que situações comprometem este processo e seu aprendizado.

A terceira pergunta foi um primordial para conhecermos o nível de conhecimento sobre a história local por parte dos alunos(as), sendo a mesma uma alternativa de múltipla escolha, em que as respostas apontaram que a maioria dos educandos têm pouco ou quase nada de conhecimento sobre a sua cidade e os demais gostariam de conhecer.

A partir das respostas apresentadas para esta questão, que a maioria dos alunos tem pouco conhecimento sobre a história da cidade, que acaba sendo conseqüência de momentos mais esporádicos nas aulas de história, que possivelmente não possibilitam vivências sobre este tema ou apresentam de maneira insuficiente, bem como converge com nossa preocupação referente a ausência de recursos didáticos acessíveis sobre a história do município.

Quando questionados como gostariam ou gostam de expressar o que aprenderam ou sabem, alguns dos alunos(a) público da educação especial que não dominam o código da escrita e leitura responderam que preferem compartilhar o que sabem, ilustrando, observando ou falando, e os demais variam as formas que lhes deixam mais confortáveis, assim responderam que através da escrita, leitura, digitando ou expondo oralmente.

É preciso possibilitar que cada aluno(a) compartilhe seu aprendizado da maneira que se sentem mais à vontade, seja oralmente, de forma escrita, através de vídeos, desenhos ou ilustração, por meio de experimentos práticos. Desta maneira será possível identificar o que

eles já sabem, o que aprenderam e de que maneira se correlacionam com situações da vida cotidiana. Segundo Carvalho (2010) os alunos são sujeitos do processo de ensino-aprendizagem e suas especificidades devem ser consideradas, visando assim o êxito de sua aprendizagem.

Fotografia 5 - Alunos no encontro de apresentação do Projeto



Fonte: Autoria própria (2024).

Descrição da figura: Sala de aula, contendo cinco alunos(as) sentados no entorno de uma mesa retangular, e o pesquisador de pé registrando a fotografia. Sob a mesa esta disposto folhas de ofício contendo o questionário da pesquisa a ser respondido. Alguns alunos trajam a farda escolar e outros estão com roupas casuais, todos olham na direção da câmera fotográfica para o registro.

Fotografia 6 - Alunos no encontro de apresentação do Projeto, recolhimento de assinaturas e aplicação do questionário



Fonte: Autoria própria (2024).

Descrição da fotografia: Fotografia colorida de uma sala de aula, contendo quatro alunos(as) sentados no entorno de mesa retangular, sob a mesa esta disposto folhas de ofício contendo o questionário a qual eles estão respondendo e um celular. Alguns alunos trajam a farda escolar e outros estão com roupas casuais.

Fotografia 7 - Aluna PAEE no primeiro encontro da pesquisa



Fonte: Autoria própria (2024).

Descrição da fotografia: Aluna usando óculos, pele branca, sentada em uma cadeira de rodas, vestindo blusa branca com mãos nas cores verde, amarelo e vermelho e ao centro a palavra inclusão, respondendo oralmente o questionário, que neste caso em específico foi registrado através de gravação de áudio em virtude de seu comprometimento cognitivo e psicomotor.

A aluna acima apresenta múltiplas deficiências, destacamos a mesma por considerar que mesma com dificuldades, manteve-se sempre desejosa de participar de cada momento, alguns momentos necessitaram de uma maior atenção, ajuda seja dos colegas ou nossa, mas nunca ficou sem vivenciar o que foi proposto.

Nesta etapa na qual realizamos o nosso primeiro encontro com os alunos(a) pudemos primeiramente familiarizá-los com a pesquisa, seu objetivo, consequências e ganhos na instituição, aos professores e alunos com e sem deficiência, bem como sobre a importância da participação dos mesmos neste trabalho. Ainda foi possível proporcionar socialização entre os participantes, através do questionário aplicado, conseguimos identificar informações que nos possibilitaram conhecer um pouco do grupo participante e assim viabilizar a organização dos encontros seguintes, bem como para elaboração tanto do produto educacional que contemple todos educandos, assim como nossa sequência didática e demais materiais que foram utilizados durante esta atividade.

Em relação aos educandos e algumas de suas especificidades, pudemos perceber que constituem um pequeno grupo bastante heterogêneo, pois além de ser compostos por alunos com e sem deficiência, entre estes temos alunos(as) que ainda não são capazes de ler ou escrever, ou sejam não dominam estas habilidades.

6.1.1 O questionário com os professores

Diferentemente do processo ocorrido com os educandos no qual aplicamos o questionário estruturado no primeiro encontro, com professores não foi possível, tendo em vista que o primeiro encontro com professores ocorreu de forma remota pois realizamos através do Google Meet, e durante o encontro realizamos a apresentação do questionário e este foi encaminhado para o e-mail e no grupo do Whatsapp formado junto a estes professores de história. Foi combinado um prazo limite para que todos respondessem e reencaminhassem, com isso apenas dois dos cinco professores entregaram de forma manuscrita. O questionário era composto por perguntas abertas que buscavam informações de como ocorre a apresentação da história da cidade em suas aulas, recursos utilizados pelos mesmos em suas

aulas, sobre o nível de conhecimento acerca da deficiência de alunos da educação especial presentes em suas salas e suas práticas que tem contemplado os mesmos; assim como, o nível de conhecimento sobre o DUA, as dificuldades apresentadas pelos educandos durante as aulas que impedem seu aprendizado. Vejamos abaixo o quadro do questionário com perguntas e respostas realizado com os professores.

Quadro 14 - Questionário com professores de história

| Perguntas | Respostas |
|---|---|
| De que maneira você desenvolve o conteúdo história do município de Pocinhos em sua turma? | <p>P1- Normalmente, faço relações com os conteúdos abordados. Nunca trabalhei com a história de Pocinhos de forma isolada, pois não tive acesso a materiais que me permitissem abordar o tema de forma profícua. Entretanto, quando abordei a modernização no Brasil a partir do início do século XX, citei a ferrovia que passa por Pocinhos-PB até Campina Grande como símbolo da modernidade, citando Pocinhos como via importante para o desenvolvimento de Campina Grande e Região. Para tanto, realizamos aula de campo com visita ao museu da Estação Velha, onde os alunos conheceram o trem ou Maria Fumaça, como era chamada, que perpassava a cidade.</p> <p>P2- Em atividades vinculadas a mostra pedagógica. Todos os anos procuro trabalhar com temáticas voltadas para educação patrimonial local. Certa vez orientei um trabalho sobre o rio Mamanguape que culminou com a produção de um documentário exibido no cine Pocinhos em uma mostra cultural da Petrobrás. Em 2020 organizei coletânea sobre o patrimônio imaterial da cidade, o livro Memórias de Pocinhos, retratos de sua História. https://museuvirtual.pocinhos.net/livro-memorias-de-pocinhos-retratos-de-sua-historia/</p> <p>Em 2022 trabalhamos com os bens materiais da região, as edificações históricas, os estudantes produziram maquetes e telas. Em 2023 por ocasião da mostra pedagógica trabalhamos com as mulheres que são lideranças no município.</p> <p>P3- Infelizmente é muito, muito pouco mesmo.</p> <p>P4- Raramente utilizo em minhas turmas, geralmente é cobrado a história antiga. Apenas em raras ocasiões, como por exemplo no aniversário da cidade ou por ocasião da gincana. Utilizo a pesquisa como ...</p> <p>P5- Não respondeu.</p> |
| Que recursos didáticos utiliza para trabalharlo? | <p>P1- Como recurso didático além da explanação utilizo fotos, pois não conhecia outras fontes visuais para trabalhar o tema.</p> <p>P2- O acervo do Museu virtual https://museuvirtual.pocinhos.net/</p> <p>Filmes e literatura sobre o município. Esse ano de 2024 pretendo produzir jogos pedagógicos físicos e digitais com a temática da História Local.</p> <p>P3- Só através de alguns pequenos relatos contado por outros colegas.</p> <p>P4- Textos e fotografias.</p> <p>P5- Utilizo leitura, exposição oral e exercícios.</p> |

| | |
|---|---|
| <p>Seu planejamento e prática são pensados levando em consideração a diversidade, individualidades dos alunos, inclusive as pessoas com deficiência?</p> | <p>P1- Sempre penso nas questões inclusivas para repassar o conteúdo, porém, não tenho domínio em tais metodologias e abordagens, o que não sei se é eficaz as práticas que acabo utilizando, tais como: desenhos, vídeos, jogos etc. P2- Infelizmente não. Além de não ter conhecimento, nenhum material publicado atende esse público. P3- Sim. P4- Sim. P5- Esse planejamento depende da instituição.</p> |
| <p>Quais as principais dificuldades em relação a participação, interação e aprendizado dos alunos (as) durante aula em que se trabalha com tema história do município de Pocinhos-PB?</p> | <p>P1- A principal dificuldade é a diversidade de graus e deficiências existentes para cada aluno e aluna, nos obrigando a pensar sobre como cada um/a poderá reagir a determinadas metodologias, pois temos discentes que não conseguem copiar, outros não conseguem ler ou falar espontaneamente. Quando pergunto sobre o município de Pocinhos-PB, muitos só balançam a cabeça como se confirmasse e/ou concordassem com alguma informação P2- Destaco duas: o desinteresse do alunado sobre esse tema, embora sejam cidadãos nativos e a ausência de currículo local, enquanto professores nos guiamos pelas diretrizes institucionais da BNCC que não contempla a realidade local. P3- A maioria dos alunos não demonstra interesse. E não temos Fontes de pesquisa. P4- Turmas lotadas que dificulta uma maior atenção, bem como a falta de acesso ao material. P5- Essa disciplina infelizmente não é disponibilizada na grade curricular da instituição.</p> |
| <p>Você sabe o que é do DUA, Desenho Universal de Aprendizagem?</p> | <p>P1- Não sei o que é o DUA. P2- Não sei, confesso nunca ter ouvido falar até me separar com esse projeto. P3- Não conheço não. P4- Até então não conhecia, com este projeto de pesquisa tive a oportunidade de pesquisar sobre o assunto. P5- Nunca ouvi falar a respeito do DUA.</p> |
| <p>Em relação aos alunos (as) pessoas com deficiência, sabe qual a deficiência apresenta? Que estratégias utiliza para possibilitar acesso a informação, motivá-lo e gerar aprendizado significativo em sua disciplina e em relação ao trabalho com tema?</p> | <p>P1- Alguns sabemos. Bem, a metodologia é pensada ao conhecer cada deficiência, normalmente levo um desenho sobre a temática a ser abordada, sobre a história de Pocinhos não trabalhei ainda, pois sinto falta de material complementar para auxiliar o conhecimento e a abordagem do tema. P2- São poucos os estudantes com deficiência que tenho atualmente apenas quatro. Todos conseguem acompanhar a turma regular. Um apresenta baixa acuidade visual, usa óculos e senta na frente próximo ao quadro. A avaliação é adaptada com letras grandes para facilitar a leitura do aluno. Dois tem TDH conseguem acompanhar bem as aulas e o último que tem autismo desistiu dos estudos logo no início do ano, não chegou a assistir nenhuma aula minha. P3- Muitas vezes não sabemos quais as deficiências apresentadas pelos mesmos. Quando a informação chega até nós aí praticamente já estamos no meio do ano e a duras penas aprendemos no dia a dia. Diante disso, procuro desenvolver algumas atividades adaptada e recursos lúdicos para despertar neles a concentração e interesse. P4- Conheço as deficiências, procuro adaptar o conteúdo as suas necessidades. Mas o que dificulta o bom desenvolvimento é a quantidade de alunos em sala. P5- Sei, porém, a instituição não capacita os professores para tal situação.</p> |

Descrição do quadro: Quadro nas cores azul e branco, organizado por duas colunas, a primeira consta as perguntas do questionário aplicados aos professores, na segunda coluna temos as respostas correspondentes a cada uma das perguntas, mas todos os professores estão identificados apenas pelas letras P e um número, mantendo assim sigilo do seu nome.

Considerando as respostas apresentadas em nosso questionário pelos professores de história obtivemos o seguinte: sobre a forma como eles desenvolvem o conteúdo sobre a história do município de Pocinhos foi possível percebermos que a maior parte deles não trabalham a história do município de forma regular ou sistematizada, apenas exploram em situações bem específicas como quando relacionam a algum fato da cidade, ao trabalhar por exemplo, a modernização do país, em que aborda a questão das ferrovias e assim pode explorar sobre Pocinhos.

Um das profissionais através de suas respostas compartilhou situações em que foi possível explorar a história de Pocinhos. A principal, a experiência foram ao abordar sobre a história local durante as atividades para amostra pedagógicas, usando como referência o museu virtual da cidade; a segunda vivência trabalhando o patrimônio imaterial local, em que construiu junto com os educandos sob sua orientação maquetes e ainda organizou um livro sobre memórias da cidade; uma terceira vivência foi ao trabalhar sobre o Rio “O rio Mamanguape que tem nasce na Lagoa Salgada, parte dentro do município.

Diante das respostas pudemos de imediato perceber a princípio que não se trabalha a história local como disciplina, ou seja, não faz parte do currículo nas escolas municipais da rede e mesmo na disciplina de história são poucas situações em que se trabalha o mesmo, exceto em situações isoladas.

Destacamos que apenas três destes profissionais demonstraram explorar a história da cidade e destes apenas uma apresentou mais conhecimento sobre este tema, que devido sua fala sobre o *site* do museu virtual da cidade que apresenta grande quantidade de material em forma de texto, fotografias, ilustrações e vídeos, mas que ainda sim não se configuram como recursos didáticos, mas sim fontes de pesquisa.

No que tange aos recursos didáticos utilizados durante suas práticas alguns deles utilizam exposição oral de conteúdo associada as fotografias, utilizando relatos compartilhados por outros colegas, textos, leitura e exercícios. Apenas um dos profissionais alegou utilizar como recursos o acervo do museu virtual da cidade e o mesmo falou de sua pretensão na organização de jogos digitais e físicos sobre o tema história local.

Sobre o planejamento e prática estarem considerando a diversidade, individualidades dos alunos, assim como, as pessoas com deficiência, três dos cinco profissionais afirmaram que sim, seus planos buscam contemplar este contexto, sendo que destes apenas um assegurou que tem buscado realizar suas práticas, considerando isto, busca proporcionar situações para favorecer a participação dos educandos, mas não se sente segura em relação a eficiência destas suas práticas em virtude do pouco conhecimento sobre estas metodologias. Outros dois por sua vez afirmaram que vão na contra mão dos demais colegas, um afirmou que seu planejamento ainda não contempla a realidade acima e ainda afirma a inexistência de material publicado que atende estes públicos, do último profissional em sua resposta afirmou que este planejamento depende da instituição.

Para Mantoan (2008) todos são capazes de aprender, mas aprendem de maneira, ritmo, e com interesses distintos. E ainda que precisamos saber o que flexibilizar ou adaptar, quando e como. Bem como os procedimentos adotados na avaliação dos alunos com dificuldades é de maior importância para desfrutem de oportunidades de aprendizagem.

Diante destas respostas observamos que muito dos professores ainda estão à margem do processo de promoção da equidade e inclusão em suas aulas, pois suas aulas devem desde do momento que antecede a prática em sala serem pensadas neste contexto escolar, ou seja, utilização de estratégias diversificadas, de apresentar algum conteúdo, utilizar recursos tanto digitais quanto manuais, jogos, entre outros. Em contra partida percebemos que já existem profissionais da educação que mesmo com conhecimento limitado sobre metodologias inclusivas tem procurado fazer o possível para atender as necessidades individuais dos alunos(as).

Segundo Mantoan (2011, p. 62-63)

Para ensinar a turma toda é necessário propor atividades abertas, diversificadas, que sejam capazes de ser abordadas por diferentes níveis de compreensão e de desempenho dos alunos. Debates, pesquisas, registros escritos, falados, observação, vivências são exemplos de atividades desta natureza.

As falas de Mantoan convergem também com a proposta do desenho universal para aprendizagem, pois quando ela aborda a ideia acima de se realizar atividades que além de serem diversificadas, múltiplas e se adequem as formas de aprender de todos os alunos, ou seja, as atividades devem contemplar as especificidades, a fim de possibilitar o engajamento, participação, desenvolvimento e conseqüentemente o aprendizado com eficiência e qualidade.

Carvalho (2010) afirma que precisamos possibilitar atividades múltiplas, que contemplem a diversidade presentes na sala bem como seus níveis de compreensão e desempenho, enfatizando as possibilidades e interesses individuais e não focando em quem sabe ou não. Todos podem aprender mais, mesmo apresentados modos e ritmos próprios.

Com o pensamento de Carvalho (2010) acerca desta multiplicidade de alternativas para desenvolver atividade que contemplem toda turma, vem de maneira particular convergir com pensamento de Mantoan (2011) e ainda mais se complementam, pontando assim para o caminho de equidade no processo de ensino-aprendizagem.

No que tange as dificuldades em relação a participação, interação e aprendizado dos alunos(as) durante a aula em que se trabalha com o tema história do município de Pocinhos-PB, os profissionais de história apresentaram inúmeras situações que contribuem para que ocorrem estes problemas em sala. As dificuldades apontadas perpassam pela ausência de currículo local, ausência de fonte de pesquisa sobre o tema, falta de acesso a material específico, turmas lotadas e desinteresse no tema por parte dos alunos(as), assim como a BNCC que não contempla a realidade local e os professores norteiam-se por este documento, diversidade de graus e deficiências existentes entre os educandos, obrigando os educadores a pensarem sobre suas individualidades e suas reações ante determinadas metodologias e por fim situações em que a abordar o tema da cidade o professor a questionar algo sobre o tema, os alunos apenas concordam com suas falas.

Quando abordamos no questionário o conhecimento dos professores sobre o Desenho Universal para Aprendizagem - DUA, pudemos identificar entre os participantes que todos sem exceção o desconhecem, sendo seu primeiro contato com o termo e que ao ter contato despertou-lhe interesse levando-o a ir pesquisar sobre o tema.

O regimento comum das escolas e creches do município (Pocinhos, 2023) aborda a questão do currículo em seu capítulo IV, e neste sentido a seção II, art. 84 e 85 tratam especificamente do currículo no fundamental. Em relação ao mesmo, afirma que Currículo local para fundamental tem como norteio a BNCC e a parte diversificada sendo que esta segunda contempla as particularidades locais, necessidade dos alunos, características regionais da sociedade, cultura e economia que ultrapassam o currículo.

O Regimento Interno Comum as Escolas e Creches do Sistema Municipal de Ensino (Pocinhos, 2023, p. 59-60) no art.85, parágrafo único afirma que,

Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e

enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares diante das diferentes realidades.

A grade curricular de 6º a 9º do fundamental II presente no Projeto Político Pedagógico - PPP da instituição onde ocorre a pesquisa, não apresenta na disciplina de história e em nenhum dos quatro bimestres a presença da história da cidade a ser trabalhado como objeto de conhecimento, mas nos documentos acima, como o PPP da instituição de ensino onde estamos desenvolvendo a pesquisa e no Regimento Interno para escolas da rede municipal de ensino orientam sobre isto, mas que não tem se materializado de forma prática, ou seja, a história de Pocinhos não tem entrado na grade curricular da instituição nem enquanto conteúdo de área diversificada, o que acaba por prejudicar o acesso aos saberes que constroem a identidade e história local.

Mesmo eles não tendo ouvido falar sobre o DUA, através da resposta de alguns dos professores pudemos perceber que eles tem algumas práticas que estão relacionadas, mas que seus planejamentos ainda não são pensados na perspectiva do DUA, assim notamos a necessidade de formação que contemple o tema para aproximá-los do mesmo, dessa forma acreditamos que possivelmente esta seja uma realidade que se multiplica por todo país, ou seja, grande parte dos professores desta nação tem pouco ou quase nada de conhecimento sobre o tema. É recente a discussão sobre este tema no Brasil e em nossos marcos legais sobre inclusão, apenas viemos ter o DUA contemplado na LBI - Lei Brasileira de Inclusão, Lei n 13. 146 de 06 de julho de 2015 como podemos no art. 3º, inciso III que traz o conceito.

Nossa última pergunta aberta do questionário foi sobre o conhecimento dos professores acerca das deficiências apresentadas nos alunos(as), estratégias para possibilitar acesso à informação e conseqüentemente aprendizado. Sobre as deficiências, tivemos alguns que relataram ter conhecimento ou saber parcialmente as deficiências apresentadas por seus educandos, outros afirmaram que sabem e buscam realizar adaptações para os mesmos, porém ainda existem os profissionais que afirmaram serem despreparados quando alegam que a instituição não os capacita.

Com essa aplicação da entrevista pudemos observar qual a realidade dentro da instituição em relação as práticas desenvolvidas pelos professores(as) da disciplina de história da escola onde se desenvolveu o estudo, ou seja, de que maneira se trabalha a história local, bem como se ao ser trabalhado existe a preocupação em relação ao contexto inclusivo que leve em conta a presença de alunos que apresentam alguma deficiência. Também observamos qual nível de conhecimento destes profissionais em relação ao DUA, neste sentido diante de suas falas concluímos em relação a esta questão que o conhecimento sobre este tema é mínimo,

mas ainda sim percebemos que alguns dos participantes a partir da primeira, logo procuraram pesquisar sobre o DUA. Referente a questão do nível de conhecimento sobre a deficiência apresentada pelos alunos em sala regular que trabalham, ainda é possível perceber que existem alguns deles que mesmo tomando conhecimento da presença e procurando familiarizar-se sobre a mesma, afirma sentir dificuldade para atuar com este em suas aulas e afirma sentir necessidade de formação sobre tema.

No segundo encontro com os professores, assim como ocorreu no primeiro foi de forma remota, na qual utilizamos a plataforma Google Meet, que possibilitou nos reunirmos para tal finalidade, na qual tivemos a presença de quatro de nossos cinco participantes, pois um dos professores não pode participar, ficando assim combinado para fazer um momento a parte com ela. Iniciamos o encontro acolhendo-os, realizamos uma rápida retomada do que realizamos no primeiro encontro com eles, informamos que já realizamos a análise das respostas do questionário no qual estes responderam e reiteramos o nosso agradecimento pela disponibilidade deles em participar deste trabalho.

Continuando nossa vivência explicamos que neste encontro realizaríamos uma breve exposição sobre o DUA, ou seja, já trazendo de certa maneira um esclarecimento este, tendo em vista que a maioria o desconhece, ainda; para isto elaboramos um pequeno *slide* sobre o assunto que ao final foi compartilhado no grupo de Whatsapp composto por nós e os participantes. Ao final da apresentação dele informamos os encaminhamentos do produto educacional e apresentamos o audiovisual como está, deixando claro que ainda está em processo de organização, faltando a parte da audiodescrição e da janela de LIBRAS para somente depois disto ser usado com os alunos(as) participantes da pesquisa.

Ao final da apresentação do vídeo questionamos sobre a opinião dos mesmos e se haviam gostado do que viram e suas primeiras impressões, como resposta, alguns questionaram a ausência de algumas informações e nós explicamos que o recurso se encontrava em construção, assim, foi preciso fazer escolhas do que pôr no mesmo, uma vez que haveria bastante coisa, mas que em virtude de nosso objetivo não haveria como trazer no vídeo tudo sobre o município. Em relação ao tamanho explicamos que nossa preocupação foi trazer de forma sucinta e clara, com linguagem simples e enriquecida de imagens. Ele foi pensando desde o início, ou seja, já no momento do nosso planejamento deveria pelo pautado no DUA, de forma que contemple todos, considerando a diversidade e especificidades dos alunos(as). Sobre a ausência de algumas personalidades locais no vídeo, explicamos que infelizmente não haveria como estar muitos, pois teríamos ainda que buscar as devidas autorizações para tal uso e isto ficaria inviável para conclusão deste recurso que ainda

necessita ser aplicado junto aos educandos da pesquisa. Após as falas apresentamos ainda três joguinhos que foram produzidos a partir do audiovisual, tendo sido elaborado no *site wordwall*, que nos permitiu criar recursos de ensino, neste caso optamos por elaborar três jogos.

Por fim abrimos um momento para alguma dúvida caso existisse ou comentário e em seguida finalizamos o nosso segundo encontro com os professores da disciplina de história. Abaixo se encontra o registro desse segundo momento.

Fotografia 8 - Segundo encontro com professores de história



Fonte: Autoria própria (2025).

Descrição da fotografia: Na primeira foto temos os professores na sala do Google Meet assistindo á apresentação do slide e as fotografias. A imagem seguinte são os professores assistindo a apresentação do andamento do produto educacional: audiovisual sobre a história de Pocinhos-PB.

6.2 O perfil socio demográfico dos estudantes da sala de recursos multifuncional

Para que fosse possível a realização da aquisição das fichas de matriculas, onde tínhamos o intuito de levantar informações suficientes par amontar o perfil sociodemográfico dos educandos público da educação especial, sendo assim fomos tanto na sala de recursos quanto da escola regular em questão, realizamos a visita a secretaria, a coordenação e a sala de recursos multifuncional da instituição na qual se desenvolve nossa pesquisa. Todos os locais onde visitamos inicialmente nos apresentamos e falamos qual propósito de nossa presença naquele espaço e logo após os esclarecimentos, os responsáveis de cada um destes

locais nos disponibilizaram os documentos, que eram as matrículas dos alunos(a)s que se disponibilizaram em participar de nossa pesquisa.

Os dois primeiros documentos coletados são especificamente matrículas da escola regular e outra da Sala de Recurso Multifuncional, com as cópias em mãos destas matrículas, realizamos uma leitura para nos familiarizarmos com as informações contidas nas fichas e inicialmente pudemos constatar que os alunos(as) participantes da pesquisa estão devidamente matriculados, de forma que assegura sua participação na mesma, uma vez que obedece aos critérios exigidos neste estudo. As imagens abaixo, apresenta a visita a estes espaços.

Fotografia 9 - Vista a secretaria escolar do CMPG



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Descrição da figura: fotografia de uma sala de seretaria, tendo dois três homens pardos no ambiente, estando dois sentados, o da esquerda vestido de blusa social preta, faz sinal de positivo com plegar, a outra mão esta próxima do notebook que tem sobre sua mesa, o segundo que esta ao fundo da sala, vestido de calça jens azul claro e blusa azul, tendo a cabeça boné vermelho, o terceiro veste blusa branca com mãos coloridas, esta de barba e usa óculos, ao fundo vemos outra pessoa se aproximando da porta de vidro, vestindo calça, blusa branca e carregando mochila escolar.

Fotografia 10 - Vista a sala de coordenação pedagógica



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Descrição da figura: fotografia colorida na qual tem duas pessoas de pé, frente a porta de uma sala, a mulher veste blusa de mangas curta, usa cabelos preso, ela está com uma das mãos na fechadura e outra próxima ao homem de barba, que usa óculos e veste blusa branca com mãos coloridas.

Estas duas primeiras fichas configuram-se como fonte de informações básicas dos estudantes. A primeira é ficha cadastral de identificação do aluno, documento este que está disponível na versão impressão e no sistema de gestão escolar I - escola online. O documento é composto por oito partes, sendo assim: identificação do aluno(a), documentos pessoais, endereço, responsáveis legais, dados da matrícula, histórico médico, outras informações, autorização para uso de imagem e observações. A segunda é a ficha de inscrição da sala de recursos que garante ao aluno(a) o acesso ao Atendimento Educacional Especializado, já que o mesmo(a) é estudante devidamente matriculado na rede municipal de ensino, este documento é composto por quatro partes, a primeira são os dados principais, ou seja, onde localizamos nome, nascimento, sexo, filiação, endereço, fone, idade, profissão dos responsáveis; a segunda parte temos a escolarização, nesta parte temos nome da instituição de ensino da rede municipal na qual está devidamente vinculado, ano letivo e turno que frequenta, professor(a), se faz uso de algum recurso, se são beneficiários de algum programa social; na terceira parte pudemos identificar qual deficiência apresenta e por fim temos a quarta e última parte que compreende ao AEE, sobre que turno o familiar deseja que o aluno(a) receba este serviço.

Estas fichas trazem informações que se complementam quando se tratam de fontes de informações sobre os alunos(as) que apresentam alguma deficiência e que estão presentes na escola. Outra informação bem relevante, é que uma vez matriculado na sala de recursos multifuncional para receber o AEE, é gerada uma segunda matrícula deste aluno para o município.

Em relação a ficha levantada na coordenação é bem diferente e tem outros fins para instituição, denominada ficha de apresentação do aluno com deficiência, que por sua vez apresenta-se diferente das duas fichas analisadas anteriormente, enquanto aos seus objetivos, ela busca levantar informações que ajudam os professores a familiarizar-se com o aluno(a) público da educação especial presentes em suas salas regulares, faz saber que este documento é preenchido pela coordenação da instituição, na qual o responsável legal vai compartilhando estas informações e ao ser concluído este documento logo é disponibilizado para professores para que fiquem melhor preparados para atuar e elaborar seus planejamentos e aulas de forma que também estes educandos sejam contemplados no processo de ensino-aprendizagem considerando suas particularidades.

É muito importante deixarmos evidente que nosso foco foi em relação aos alunos públicos da educação inclusiva, com matrícula na sala de recursos multifuncional. Desta forma seguiremos abaixo com apresentação através de fotos das três fichas coletadas para possibilitar a compreensão da dimensão das mesmas, e relevância das informações presentes nestas de forma que nos possibilite traçar a partir das informações e organizar o perfil sócio demográfico e econômico dos estudantes(as) que são público alvo da Sala de Recursos Multifuncional do CMPG. No entanto para alcançar nosso objetivo que é traçar o perfil dos alunos público da sala de recursos participantes da nossa pesquisa, optamos apenas por usar a matrícula escolar a sala recursos.

Figura 6 - Matrículas da escola regular e da Sala de Recurso Multifuncional

| FICHA CADASTRAL DO(A) ALUNO(A) | | № Matrícula: |
|--|-----------------------|--|
| IDENTIFICAÇÃO DO(A) ALUNO(A) | | |
| INEP Aluno: | Correção: | |
| Nome: | Data de Nascimento: | |
| Nome | País de Origem: | |
| Etnia | Nacionalidade: | |
| Sexo: | Estado de Nascimento: | |
| Telefone: | Município de | |
| PNE: | Alergia(s): | |
| Filiação 1: | Prof. Filiação 1: | |
| Filiação 2: | Prof. Filiação 2: | |
| Documentos | | |
| CPF: | Cartório: | NIS: |
| Identidade: | Município: | Livro: |
| Orgão | Cartão Civil: | UF Cartório: |
| UF Emissor: | Tipo: | Data Emissão: |
| Data | Tarim: | Folha: |
| Passaporte: | Benefício(s): | |
| Número SUS: | Matrícula | |
| Profissão: | | |
| Endereço | | |
| Endereço: | Complemento: | |
| Bairro: | CEP: | |
| Cidade/UF: | Zona: | |
| Responsável | | |
| Responsável | Data de | |
| RG: | CPF: | |
| Endereço: | Bairro: | |
| Cidade/UF: | Nível de | |
| Telefone 1: | Telefone | Profissão: |
| Dados da matrícula | | |
| Data da | Ano | Série: |
| | | Turno: |
| Histórico Médico | | |
| Hipertens | Convênio | Med. |
| Diabético: | Tratamento | Dosagem e |
| Asmático: | Provisórias: | Restr. |
| Prob. | Restrição | Grupo |
| Outras informações | | |
| Camiseta, Jaqueta ou | Calça ou | Calçado |
| Utiliza Transporte Escolar | Tipo de | Possui Bolsa |
| Autorização de Imagem | | |
| Eu, _____ responsável do aluno _____ matriculado(a) nesta escola, autorizo o uso de imagem em vídeo, fotos e outras mídias digitais, em participação de eventos e apresentações ligados a esta escola. | | |
| Assinatura do Responsável | | |
| Observações | | |
| | | |
| Secretário(a) / Diretor(a) | | Pais / Responsável |
| 28/01/2025 | | Sistema de Gestão Escolar - Escolar Online |
| | | Página 1 de 1 |

| FICHA DE MATRÍCULA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS / AEE – ANO 2024 | |
|--|------------------------------------|
| I- Dados Principais | |
| 1.1. Nome do Aluno (A): | Idade: _____ |
| 1.2. Sexo: M () F () | Data de Nascimento: ____/____/____ |
| 1.3. Nome do Pai: _____ | RG: _____ |
| 1.4. Nome da Mãe: _____ | RG: _____ |
| 1.5. Função que exerce: _____ | |
| 1.6. Endereço: _____ | |
| 1.7. Telefone para contato: _____ | |
| 2. Escolarização: | |
| 2.1. Escola que frequenta: _____ | |
| 2.2. Ano: _____ | Turno: _____ |
| 2.3. Endereço (ESCOLA) _____ | |
| 2.4. Professor (a) da sala regular: _____ | |
| 2.5. Tem BPC ou outro benefício? Não () Sim () Qual? _____ | |
| 2.6. O aluno faz uso de algum recurso: Não () Sim () Qual? _____ | |
| 3. () Deficiência () Transtorno | |
| Qual: _____ | |
| 4. Atendimento Educacional Especializado | |
| () TURNO MANHÃ () TURNO TARDE | |

Fonte: Secretaria do CMPG e sala de recursos multifuncional de Pocinhos, 2024.

Descrição da figura: Fichas de matrículas contendo informações do(a) aluno(a), a primeira apresentada destaca a cor verde com palavras brancas a informação solicitada e espaço para preenchimento no espaço branco com linhas pretas. Por sua vez, na segunda ficha os dados solicitados seguem-se um abaixo do outro, ela é uma folha branca com parte impressa na cor preto, e as informações vem organizadas na vertical e na parte superior apresenta cabeçario que estão em letras de forma, em caixa alta e negrito. Na parte das informações temos tópicos principais de informações em negrito destacando o restante.

Ao apreciar estas fichas, consideramos os que tinham algo em comum e quais informações completavam-se, assim logo pudemos notar que ambas trazem informações que nos possibilitam identificar dados básicos dos educandos, e conseqüentemente pudemos a partir de tais informações organizar o quadro abaixo:

Quadro 15 - Perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa

| Perfil socioeconômico dos alunos(as) público da sala de recursos | Informações |
|---|--|
| Sexo | Masculino e Feminino |
| Idade | 14-21 |
| Etnia | 2 brancos e 3 pardos |
| Endereço | Pertencentes a zona urbana |
| Situação educacional | Alunos(as) devidamente matriculados na rede pública de ensino |
| Deficiência | (1) TEA - Autismo (1) D.A - Deficiência Auditiva (2) DI - Deficiência Intelectual (1) Múltiplas deficiências |
| Benefícios do governo federal | Benefício de Prestação Continuada- BPC |
| Situação dos alunos(as) | <p>Os alunos(as) apenas uma apresenta mobilidade reduzida, entre os demais alunos com deficiência alguns tem dificuldade para expressar oralmente por não conseguir articular bem suas falas, tem ainda os que não dominam escrita ou leitura e em caso especial mesmo apresentando deficiência auditiva consegue fazer compreender oralmente, uma vez que ela não nasceu surda, mas adquiriu após aquisição da oralidade. Abaixo poderemos conhecer mais detalhadamente um pouco destes alunos(as), vejamos:</p> <p>O aluno que apresenta autismo apresenta-se bom nível de oralidade, expressa-se relativa bem, apresenta facilidade para compreender informações, sua leitura é regular, escrita regular, consegue realizar contato físico, fica mais confortável em ambientes com pouco barulho. Mas algumas vezes necessita de algum suporte para compreender algumas áreas;</p> <p>Aluna com deficiência auditiva, é oralizada uma vez que perdeu após a fase da aquisição da linguagem na primeira infância, apresenta dificuldade para interagir e socializar, apresenta baixa-autoestima, leitura boa, dificuldade para abstrair algumas informações, não domina libras, está em fase inicial de contato, dificuldade para compreender informações transmitidas de forma oral, necessitando de ajuda para isto;</p> <p>Aluno que apresenta DI (1) necessita de atividades adaptadas, recursos visuais, gosta de atividades envolvendo pintura, não expressar oralmente em sala, demonstra-se bastante tímido, não lê ou escreve; Aluno que apresenta DI (2) necessita de atividades adaptadas, não lê ou escreve, gosta de atividades que envolvam material concreto, demonstra boa oralidade e</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>expressa-se bem por este canal.</p> <p>Aluna com múltiplas deficiências apresenta dificuldade para expressar oralmente, não consegue escrever ou ler, mas socializa-se e interage bem quando motivada, consegue realizar algumas atividades da vida diária com supervisão e atividades pedagógicas como quebra-cabeça.</p> |
|--|---|

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Descrição do quadro: Acima temos um quadro nas cores azul e branco, composto por duas colunas horizontais e verticais; na primeira linha sentido horizontal temos a expressão perfil socioeconômico e cultural dos alunos público da sala de recursos multifuncional e nas linhas abaixo, temos as palavras dentro do quadro: gênero, idade, etnia, endereço, situação educacional, benefício do governo federal, deficiência e situação do aluno(a); na segunda coluna temos em negrito a expressão informações e nas linhas abaixo as respostas equivalentes a perguntas constantes na coluna anterior.

Diante das informações presentes em ambas as fichas pudemos identificar que temos um total de 5 educandos, sendo maior parte composto de educandos do sexo masculino: três do sexo masculino e feminino apenas duas, todos residentes na zona urbana do município de Pocinhos/PB, alunos do fundamental II, matriculados na sala de recursos multifuncional, e que residem com seus pais. Alguns são beneficiários de programa do governo a exemplo do Benefício de Prestação Continuada - BPC, todos tem informado na ficha que são pessoas com deficiência, sobre a condição de mobilidade, identificamos uma aluna que apresenta comprometimento físico.

6.3 A entrevista estruturada

A entrevista semiestruturada foi organizada com perguntas objetivas e aplicada de forma presencial e individual com nossos dois historiadores locais, que optamos por identifica-los como historiador 1 e historiador 2, os participantes demonstraram receptividade e abertura para colaborar respondendo nossas perguntas e para tal atividade realizamos o registro da mesma através de registro de áudio e vídeo. As questões indagadas aos dois permeavam sobre a história do município de Pocinhos na Paraíba, visando levantar informações que pudessem colaborar para a construção de nosso produto educacional que além de abordar a história da cidade, tem caráter inclusivo por esta pautado no DUA. E para

ser possível realizar o uso deste material levantado através da entrevista, transformamos as respostas em texto. Abaixo apresentamos o quadro 16 que traz as nove perguntas e as respostas dos mesmos para em seguida refletirmos sobre elas através da análise.

Quadro 16 - Perguntas e respostas dos historiadores da cidade

| Perguntas | Respostas | Entrevistado |
|--|---|--------------|
| <p>1. Quais as origens da cidade de Pocinhos? (local onde começou, primeiros donos destas terras, primeiros habitantes do lugar, qual período em que seu território pertenceu a Campina Grande ano de emancipação, fatos que colaboraram para desenvolvimento do lugar, alguns personagens importantes do lugar.</p> | <p>Nos documentos o primeiro nome dado de fato a essa região foi olho d'água do brabo, ou olho d'água do bravo. Ela encontrara inclusive um documento de sesmarias, referindo o Poço dessa localidade, justamente por conta que existia os pequenos poços de água aqui, pequenos poços de água, como eles chamam, e esse foi o primeiro nome dado à região. Eu acredito que esse nome durante um bom tempo ficou ainda na memória das pessoas, e ele também ficou logo depois da concessão das terras de Pocinhos para Barra Maria, e ainda ficou conhecido durante muito tempo como olho da água de Bárbara Maria, por ser a proprietária das terras. A gente já vai encontrar a nova denominação, que é Pocinhos, em 1815, que é justamente o documento oficial que é enviado à igreja católica, solicitando essa construção da igreja, da capela, aqui na cidade. Então, tanto o Poço de Senhores como o olho da água do bravo, olho da água do bravo, olho da água de Bárbara Maria, todas se referem aos pequenos poços localizados hoje onde se encontra o açude da delegacia e o açude do gás. Segundo algumas informações, eram três pequenos poços, e esses dois ficavam mais precisamente onde hoje está o açude da delegacia, e outro hoje no açude do gás, mais próximos um do outro.</p> <p>Bem, nos estudos que realizamos, não só eu como as pessoas que me intercederam, identificamos poucas biografias, infelizmente, mas dá para a gente ter uma ideia boa de como tudo começou, sim. Através do meu material por mim idealizado, tanto museu quanto do livro.</p> <p>Desta maneira começo de forma breve afirmar que os europeus ao chegaram aqui, em 1500 encontraram nossa região habitada por índios, assim não podemos esquecer que compreender que nossa região já tinha pessoas morando aqui e não iniciou seu desenvolvimento com chegada dos colonizadores. Então em 1500, quando os europeus chegaram aqui, habitavam estas terras índios tupis, aliás, tapuías, formadas tanto pelos índios cariri, como os tararius, sendo estas duas etnias diferentes das tupis, que viviam lá já na área costeira do mar. Então aqui predominavam os tapuías, que eram índios tantos cariris quanto os tararius.</p> <p>Alguns pesquisadores acerca deste assunto convergem com minha impressão, convergindo sobre a conclusão de que a região era habitada por cariri, mas aqui e acolá eram habitadas por índios das raças tararius que tinham poucas diferenças, ou algumas diferenças nas suas etnias. Nossa região ficou praticamente um século e meio dessa forma ainda, os europeus chegaram, se interessaram pela área, se interessaram pelo plantio de</p> | <p>H1</p> |

| | | |
|----|---|--|
| | <p>cana-de-açúcar, pela retirada do pau-brasil, então poucos se interessaram em entrar a mata-dente, onde existiam os índios bravos, onde existia a seca, principalmente nessa região nordeste, e durante esse século e meio praticamente se fixaram apenas no litoral.</p> <p>Com o crescimento da população, surgiu a necessidade de cultivar, abrir mais espaço para cultivar outras plantas, para alimentar justamente essa população, e lá no litoral não havia espaço, era cana-de-açúcar e eram as outras coisas mais importantes para o comércio. Então houve essa necessidade de se entrar a mata-dentro, de desbravar o sertão, e aí foi quando infelizmente aconteceu os genocídios, começaram a haver as matanças, porque havia necessidade de se abrir espaço para plantações, havia espaço para as fazendas de gado, havia necessidade de carne para abastecer todo esse litoral, e para criar gado, madeiras, precisavam de crescimento. A partir de 1550, começam as guerras, começam os extermínios indígenas, e já por volta do final do século XVII, por volta de 1690, 1700, foi quando Teodosio capturou os últimos índios da região e levou para o litoral, onde hoje se encontra João Pessoa, outros foram deixados índios em Campina Grande, onde depois se tornou a Feira de Campina Grande, e o restante dos índios eles levam preso lá para João Pessoa, para mostrar ao governador da época, e lá chegando, ele solicitou boa parte do território aqui da Paraíba, onde inclusive estava o município de Pocinhos. Então, o primeiro proprietário, que a gente considera oficialmente Teodosio que foi o tenente.</p> <p>E já depois, em 1700, ele se tornou proprietário dessa terra, embora nunca tenha conhecido Pocinhos, como estava bem descrito nos materiais. Por volta de 1720, 1724, o novo administrador-geral do Brasil, que foi o Marquês de Pombal, ele viu que isso não estava sendo bom, estava ficando muitas terras sem produzirem, que isso é um problema até hoje, um problema grave no país, onde se concentrava o primeiro proprietário de terras com poucos donos. Marquês de Pombal, desde essa época, tinha essa visão, e Marquês de Pombal fez uma nova lei limitando a quantidade de terras. Então, boa parte das terras da Paraíba voltaram para as mãos da Coroa, e muitas delas ficaram, durante muito tempo, como terras de devolutas. Então, Pocinhos, em 1697, passa a ser Teodósio de Oliveira Ledo, e em 1724, Pocinhos volta a ser terras de devolutas. Como essas terras, para evitar que as terras boas fossem parar em outras mãos, então eles fizeram litúdios onde tinha um rio e pegavam terras mais férteis, digamos assim, para outros tipos de plantação, e eles conseguirem boa parte que havia em outras terras, voltaram para a monta Coroa, como foi dito. Depois disso, muita gente vinha de outros estados, inclusive da Maracá, de Pernambuco, que vinham atrás dessas terras devolutas, daí foram conquistando e conseguindo as exceções dessas terras.</p> | |
| 2. | Qual a origem do | |

| | | |
|---|---|--|
| nome Pocinhos | | |
| 3. Sobre a bandeira municipal e brasão de quem a autoria, qual sua composição e significados dos elementos presentes | A bandeira de Pocinhos salvo engano foi criada na década de 1980. Abriu-se um concurso na Câmara de Vereadores para a escolha justamente da bandeira de Pocinhos. Onde alunos e população em geral poderiam apresentar os esbolsos e seus significativos. E as suas significâncias para a escolha. Então a Câmara abriu esse concurso e houve diversos trabalhos apresentados. Entre os quais foi escolhido o de Dr. Bismarck Martins, hoje um grande historiador, advogado. E de Ronaldo Porto, que também é formado de advogado, direito. E os dois apresentaram esse trabalho em conjunto e foi o que selecionado. | |
| 4. Qual é estilo arquitetônico da igreja matriz, as três casas que ficam a nas proximidades do açude, a antiga casa de força? | Quanto ao estilo arquitetônico existe divergência em relação a isto, não aprofundi sobre o assunto, O que sei ao certo, normalmente, das casas ao redor, é arte-decor. Mas a gente sabe que o arco-de-acordo surgiu em 1920, 1930, aqui em Campina Grande. | |
| 5. Prédio mais antigos da cidade? | De pé sem sobra de dúvida é a Casa de Caridade, datada de 1860. Depois da Casa de Caridade, teremos o Cruzeiro Dom Adauto, que a gente tem documentalmente comprovando datado de 1919. Nós temos ainda a antiga Igreja do olho D'água, aquela igreja mais recente comparada a isso, a Igreja do olho D'água, de 1951. | |
| 6. Hino Municipal, compositor e ano de sua composição? | A data provável origem do hino municipal seja a década de 50, na época da emancipação político. 1940, 1945, Padre Galvão montou a primeira filarmônica de Pocinhos, a filarmônica São José. E trouxe salvo engano, o mestre Oswaldo. Oswaldo Oscar. E ele o trouxe para dar aula, para passar os conceitos de músicas aqui, para os estudantes, para a população de Pocinhos. E em 1953, Pocinhos é emancipado, e a cidade, toda cidade digna, mencionou seu hino. | |
| 7. Acontecimentos que marcaram Pocinhos? | Historicamente os primeiros fatos importantes de Pocinhos foram em 1849, quando Pocinhos foi envolvido na Revolução Praieira, ou onde os revoltosos fugidos lá de Pernambuco, da praia, em Recife. Os praieiros como ficaram conhecidos, foram os últimos a confrontar o Império, está tendo sido possivelmente a última revolução. Tendo sido derrotados pelas forças, decidiram fugir e chegando na cidade paraibana ocorreu novo confronto e mais uma vez foram derrotados, fuga esta que dava em tender que estariam se deslocando para Campina, mas era uma estratégia, só que eles na verdade vieram para Pocinhos. Estes revolucionários foram acolhidos por residentes locais que ficavam entre Esperança e Pocinhos. Eles amparados pelo povo pocinhenses se disfarçaram praticamente de vaqueiros, e saíram a fugir. Em contrapartida este apoio Pocinhenses aos praieiros custo algumas acusações a cidade. Outro fato foi a revolta dos quebra-quilos, está por sua | |

| | | |
|---|---|--|
| | <p>vez aconteceu em 1874, um ano antes de Pocinhos se transformar em distrito, mas aí o que aconteceu? Houve a obrigação de se adotar a medida de pesos, e o comerciantes foram entender, e se revoltaram, isso aí foi o que na grande aconteceu em Campina Grande, onde inclusive atualmente existiu uma rua que recebeu o nome quebra-quilo.</p> <p>Muitos comerciantes pegaram seus pesos, então houve invasão de feira, e houve alguns comerciantes que não estavam satisfeitos, mesmo aqueles que não haviam se adaptado, foram tomados as balanças, e as balanças foram jogadas por isso que se chama revolta do quebra-quilos, e por conta dessa revolta, possivelmente alguns Pocinhos morreram, e infelizmente por conta dessas acusações, Pocinhos foi invadido pela força policial, essa força policial, segundo dados históricos, chegou a nossa cidade, praticamente reuniu toda a população da cidade, e muitos foram levados populares foram levados amarrados as campinas como era denominada no período, tendo muitos desses nunca voltado para a cidade de Pocinhos, possivelmente morreram, há ainda relatos de que boa parte deles foram trabalhar nas vizinhas do Amazonas.</p> | |
| <p>8. Posição acerca do ensino da História da cidade nas escolas.</p> | <p>Desde criança, a gente sabe que as escolas sempre tem esse interesse sazonal, aquela questão, principalmente quando se chega perto da emancipação política, sempre há os trabalhos. Depois que eu lancei meus trabalhos também, sempre fui pesquisado nesse período. Recebo muitas visitas de alunos, de pais que querem saber. Hoje, com o acesso da internet, até eu disponibilizei um museu virtual, que antes era um blog, retalhos históricos. Mas ainda existe a carência, a história do desenvolver o Livro era justamente isso, da carência, da falta de informação, da falta de ter esse trabalho. Muitos professores foram os meus principais clientes em que adquirem esse material, justamente com a intenção de passar, para divulgar para seus alunos. Seria muito bom presenciar um debate na Câmara sobre este tema, inclusive essa matéria, isso foi objeto de discussão, de votação na Câmara, que fosse implantada essa disciplina de forma não explorada, como acontece hoje, infelizmente. Mas, infelizmente, o processo não chegou a passar na Câmara, porque a questão da disciplina, essa questão de quem ensina o que vai ser, precisa vir, é uma questão, se não me engano, dos órgãos federais da educação, de forma geral.</p> <p>Já aconteceu essa discussão, salvo engano, teve essa questão de que a Câmara, ou seja, não tinha como obrigar que a educação colocasse, eu não sei até que ponto isso serviria. Mas houve, pelo menos em dois momentos em que tive a oportunidade de presenciar. Na Câmara, e eu presenciei por duas vezes essas discussões de se implantar o Estudo de História do município, como currículo da educação do município, que seria muito bom.</p> <p>Até porque passa o ano todinho, depois eles de repente esquecem boa parte daquilo que se foi passado, então seria muito interessante, muito bacana mesmo que o</p> | |

| | | |
|---|---|---------------------|
| | <p>Governo Federal, que a Secretaria do Ministério da Educação, de forma geral, colocasse ou deixasse livre para que o município tivesse interesse e implantasse esse Estudo de História, porque é muito importante para que o aluno saiba realmente estudar a realidade lá de fora, mas também conheça sua realidade, então o primeiro passo é você se conhecer, pra depois você conhecer as outras histórias.</p> | |
| <p>9. De que maneira seu livro pode contribuir para a história da cidade seja disseminada entre as futuras gerações?</p> | <p>Desde o início das minhas pesquisas, a intenção não foi criar um livro científico que proporciona aprofundamento acerca da história de Pocinhos, mas através da minha pesquisa realizada de maneira bem geral, nossa intenção foi organizar um material com a linguagem simples, tentando enriquecer com algumas ilustrações e com imagens com o intuito de despertar a curiosidade das pessoas. Então desde o início foi isso. Nossa intenção não foi elaborar um livro como os tradicionais, mas através do livreto e do livro dá minha contribuição com a história do município, despertar a curiosidade, de contribuir de forma lúdica com a publicidade da história do município. Creio que nossa contribuição está aí, em despertar o interesse do aluno de todas as idades.</p> <p>Tentamos organizar material que tivesse uma linguagem capaz de contemplar pessoas de qualquer idade, qualquer aluno(a) independentemente a série que esteja, níveis de leitura mais elevados ao inicial e desta maneira despertar o interesse pelo livro, e forma que as informações presentes no material fossem de fácil compreensão. Contribuímos através dele justamente, com a divulgação da história do município de forma fácil, de forma prazerosa. E o cronograma dos fatos históricos lá mencionados justamente facilita, para entender de onde vinha, porque a história está muito ligada com outras histórias. Nunca vai ter uma história fechada. Por mais que você tente fazer, quando você vai ver, sempre tem outros motivos que levaram tudo aquilo. Então, a ideia principal era essa, e contribuir um pouco daquilo que eu sei, distribuir para os demais estudantes.</p> | |
| PERGUNTAS | RESPOSTAS | ENTREVISTADO |
| <p>10. Quais as origens da cidade de Pocinhos? (local onde começou, primeiros donos destas terras, primeiros habitantes do lugar, qual período em que seu território pertenceu a Campina Grande ano de emancipação, fatos que colaboraram para desenvolvimento do lugar, alguns personagens importantes do lugar.</p> | <p>As origens da cidade de Pocinhos foram essencialmente agrícolas, seguindo a regra comum do povoamento do Nordeste: Fazenda, Arraial, Povoado, Vila e Cidade. Então, aqui no local onde hoje é a cidade, resultou da concessão de uma sesmária, a senhora Bárbara Maria da Pobreza, cujas terras foram construídas nos currais, os primeiros currais aqui mais abaixo, na frente onde hoje tem o Açude. Então, ao redor dessa fazenda começaram a ser edificadas as primeiras construções.</p> <p>Posteriormente, José Aires Pereira, o proprietário da fazenda, doou um pedaço de terra para a construção da capela e para as pessoas que moravam no entorno da cidade construírem as suas residências, se assim desejassem, e aí proporcionar o surgimento da população, justamente o que aconteceu. Esta área era pedaço de terra retangular, onde hoje fica a praça</p> | <p>H2</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | <p>central.</p> <p>Quando a cidade de Pocinhos passou a existir, já havia moradores, os moradores antigos, que residiam no entorno de Pocinhos, no sítio Pedra Redonda, no sítio Cabeça do Boi, no sítio Catolé e outras regiões ao redor que já eram habitados por outros fazendeiros, por outros moradores, por outros exploradores.</p> <p>Então, com a possibilidade de se formar um arruado no entorno da capela conseqüentemente surgiu a primeira-feira, as primeiras missas, isso foi despertando o interesse das pessoas, dessas famílias que tinham sua residência no sítio Catolé, por exemplo, que foram os primeiros habitantes daqui, a construírem suas casas aqui. A necessidade de vir para missa, feira, ter local onde deixar as coisas, descansar, dormir, comer foi fundamental para o surgimento do núcleo da cidade. Nessa época, Pocinhos ainda era pertencente ao território de Capina Grande, que foi no início do século XIX, e a partir daí Pocinhos virou o arraial de Pocinhos, depois o povoado de Pocinhos.</p> <p>Porém existem ainda alguns pesquisadores sobre a história local que afirmam que aqui era o olho d'água do Brabo, porém isto não é possível porque a Capitania Assis Maria, afirma que a terra doada à Bárbara Maria da Pobreza começa nas testadas do Brabo. O Brabo que é o bravo, na linguagem moderna, é um sítio que fica localizado a mais ou menos 4 quilômetros e meio daqui em direção ao leste, localizada a mais ou menos 4 quilômetros e meio aqui em direção ao leste, por trás da igreja naquela estrada que segue em direção ao leste, ainda existe esse sítio, ainda existe essa fonte de água lá. E aí corre em direção a 18 quilômetros, que vai terminar justamente no sítio Teotônio, já no oeste do município, nas proximidades do distrito de Nazaré. Então, esse era o tamanho, no cumprimento, da sesmaria doada a Barba Maria da Pobreza.</p> <p>Desta forma Pocinhos ficou no centro dessa sesmaria, que começa lá. Então, quando perguntar assim, a fonte, a água eram do sítio Brabo? Não. Pocinhos, que é aqui era outro sítio.</p> <p>O primeiro nome dessa região que se deu aqui era Catolé, eram os habitantes do Catolé, porque era lá no sítio Catolé que esses primeiros que subiram pelo rio Mamanguape, lá no litoral, subiram pelo rio Mamanguape até a Lagoa Salvada, por que rio Mamanguape nasce na confluência dos municípios de Pocinhos, Areial e Montadas, daí eles subiram e chegaram na Lagoa Salvada e se espalharam. A grande parte veio para o lado norte da nossa cidade, que são a região da Serra de São Bento, do Padre Bento, a região do sítio Catolé, Cabeça do Boi e toda aquela região ali. Então, os primeiros habitantes de onde é hoje o município de Pocinhos chegaram por ali. Isso ainda no século XVIII, no começo do século XVIII, lá nos anos 1700.</p> <p>Quando ocorreu a construção da propriedade aqui, foi que ocorreu este deslocamento deste povo, mas já existiam outros moradores na área onde fica o Arruda, ao sul de nossa cidade, existe um casarão bicentenário</p> | |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | <p>que comprova isto, estes também deslocaram pra cá onde construíram suas casas, a exemplo de famílias Porto, Paulino, Pereira da Costa, Herculano, Albuquerque, Maranhão, Afonso, todas estas famílias que residiam no entrono ergueram suas casas neste retângulo doado por José Ayres de Pereira para quem desejasse construir no local, não havia a necessidade de comprar , eram doadas, precisava apenas pedir, que por sua vez eram marcadas e iniciavam-se as construções. Estes casarões antigos pertenceram a estas famílias, algumas ainda hoje pertencem a seus descendentes e começou assim a cidade.</p> | |
| 11. Qual a origem do nome Pocinhos | <p>O nome Pocinhos vem dos poços, da existência de pequenos poços no local. Poços estes que ficavam localizados um onde é a Casa de Caridade, o Chafariz e o Açude, existiam vários poços, mas três se destacavam por sua abundância de água: O Cacimbão da antiga Casa de Caridade do Padre Ibiapina, O Cacimbão do Chafariz Antigo, O terceiro está justamente onde é o Açude. Então, esses três poços deram origem a esse nome. Vamos lá nos Pocinhos, vamos, nos Pocinhos buscar água, vamos passar pelos Pocinhos, e ficou Pocinhos.</p> | |
| 12. Sobre a bandeira municipal e brasão de quem a autoria, qual sua composição e significados dos elementos presentes | <p>Em relação a bandeira municipal tive a satisfação ter sido um dos autores em conjunto com um amigo Ronaldo Porto de Araújo, que no ano de 1978 participamos de um concurso público instituído pelo município e nós conseguimos a aprovação entre tantos projetos participantes, chegamos à final quando concorremos com projeto da professora Gildete que apresentava uma bandeira também muito bonita, mas a comissão da prefeitura escolheu a nossa, me deixando extremamente grato feliz pela escola e em poder fazer parte d história.</p> <p>O brasão municipal por sua vez mais recentemente, foi desenvolvido pelo então prefeito da época Artur Galdino salvo engano com participação de outra pessoa.</p> <p>Sobre a composição conforme já diz o triângulo representa as lutas, o branco o algodão, verde o sisal, o triângulo amarelo as lutas do povo, nas conquistas pelo progresso e engrandecimento da cidade, e cruzeiro representa a fé do povo.</p> | |
| 13. Qual é estilo arquitetônico da igreja matriz, as três casas que ficam a nas proximidades do açude, a antiga casa de força? | <p>No que tange ao estilo arquitetônico destes prédios históricos, apenas um especialista da área da arquitetura poderia afirmar ao certo. Não considero adequado se posicionar sobre algo que não tem conhecimento com ganho de causa.</p> | |
| 14. Prédio mais antigos da cidade? | <p>Podemos considerar o prédio mais antigo da cidade a igreja, porque os demais dependerão de comprovação que talvez não exista. A casa da caridade foi edificada quarenta ano após a construção da capela, atual igreja matriz, e os três casarões foram antigas mais edificadas posteriormente a construção da fazenda e dos currais primeira edificação do lugar.</p> | |

| | | |
|--|---|--|
| 15. Hino Municipal, compositor e ano de sua composição? | A composição do hino municipal atribui-se ao padre Galvão e mestre Oscar, responsável também pela primeira orquestra, criada pelo padre em 1944. | |
| 16. Acontecimentos que marcaram Pocinhos? | <p>Tivemos vários acontecimentos históricos marcaram nossa cidade de Pocinhos, chegada da linha de ferro, da telégrafos no fim do século XIX, a construção de obras que culminaram com emancipação local o maior dos acontecimentos. No ano de 1962 tivemos a chegada da energia elétrica, fatos estes que foram se somando na história de Pocinhos para que a cidade se tornasse o que é hoje.</p> <p>Sobre o ensino da história da cidade nas escolas, tenho lutado desde a época da faculdade para que se criasse uma cadeira de ensino da história local, lutando para que se criasse uma cadeira desta no colégio, no estadual que é uma extensão, ou melhor continuidade do antigo grupo escolar Afonso Campos, que por sua vez foi construindo em 1938 e que ante então existia apenas o Instituto Nossa Senhora da Conceição que por sua vez funcionava no interior da casa da caridade que por sua vez compreendia o ensino básico, fundamental até 9º ano por exemplo, não posso afirmar ao certo se existia o nono ano. E trinta anos depois com colégio na</p> <p>écada de 60 se criou o fundamental II, ginásio ensino científico, que foi uma conquista a construção colégio realizada pelo Padre Galvão, mas também temos outra conquista foi a implantação do ginásio realizada pelo prefeito José Alves.</p> | |
| 17. Posição acerca do ensino da História da cidade nas escolas. | <p>Reflieto muito sobre esta questão dos materiais que abordam a história de Pocinhos produzidos por mim e que podem colaborar para disseminá-la entre as futuras gerações, sinto-me realizado mesmo ainda sem ter publicado meu livro sobre a história local, pois com esta luta que venho de publicação, de postagens, de palestras em colégios, escolas em toda minha vida acadêmica, inclusive tive a oportunidade de ter ensinado no CPMG na década de 80, tenho defendido a importância de termos nossa história registrada, de nós sabermos nossas raízes, a evolução de nosso povo e percebo que atualmente nossa cidade tem um grupo bom de pessoas que escrevem como Roberto, Eduardo e outros que escrevem sobre a cidade e penso que são resultados do que tenho realizado.</p> | |
| 18. De que maneira seu livro pode contribuir para a história da cidade seja disseminada entre as futuras gerações? | <p>Eu Tinha uma premência de fazer aquele livro, pois pensava da seguinte maneira: eu vou morrer e ninguém irá saber disto, mas hoje vejo eles contarem esta história por mim contada a eles e estes pra sua vez contam a vocês, e hoje alguns tens publicações e mesmo que eu conteste algum fato, data ou outra coisa, mas tem uma história, já exista alguma coisa para você se basear, o que é muito bom para mim e fico muito feliz, eu participei de muitos movimentos culturais aqui na cidade na década de 70 e 80 quando nada existia a este respeito, quando cultura ainda era uma coisa muito efêmera e muito distante e nós conseguimos mentalizar na cabeça de muitas pessoas e percebo hoje em nossa</p> | |

| | | |
|--|--|--|
| | <p>querida cidade muitas pessoas envolvidas com a cultura a exemplo o secretario Tiago Monteiro, um cara arretado, de quem tenho grande admiração pelo trabalho, pois ele é envolvido com cultura diuturnamente, ele tem conseguido encarna aquilo encarna o que gostaria que existisse no município, ele tem se comprometido com a história, cultura e raízes de nossa gente, tenho mim realizado com trabalho dele. Então acredito que futuramente isto ira se consolidar, como percebi ao ver a inauguração do teatro, ao ouvir a promessa da gestora municipal de restauração do cinema municipal, maravilhoso; é isto que que as pessoas da minha geração tem procurado: resgatar este passado, muito me alegra que esteja acontecendo sito e falta agora só o museu que a pedido meu modesta parte, foi criado legalmente pela vereadora Maria de Fatima Costa de saúdo.</p> <p>a memória, que apresentou o projeto de criação do museu histórico de Pocinhos, ele já existe por lei, mas ainda falta do corpo a esta lei.</p> | |
|--|--|--|

Fonte: Desenvolvido pelo pesquisador (2025) com base na entrevista com os historiadores participantes da pesquisa (2024).

Descrição do quadro: Acima temos um quadro nas cores azul claro e branco, organizado através de três colunas na vertical e horizontal, contendo na primeira as perguntas realizadas, na segunda as respostas e a terceira a identificação do pesquisado ou pesquisada através da letra H em caixa alta e letra de forma seguida do número 1 e 2.

Diante das duas respostas levantadas durante a entrevista com os dois historiadores locais, pudemos perceber que em suas falas existem mais convergências que divergências e que na realidade podemos identificar que ambas se complementam, possibilitando-nos maior e mais seguro acesso a informações sobre a história local. Não buscamos tratar apenas das falas de pessoas de fora, mas de filhos da terra, em que no caso um dos respondentes vivenciou momentos desta transição ocorrida em Pocinhos e que colaboraram para o processo de emancipação.

No que tange a questão do trabalho em sala de aula com a história de Pocinhos, ambos concordam sobre a importância disto, inclusive em suas falas podemos perceber que eles têm levantado a bandeira sobre esta questão, visando assim uma maior disseminação sobre os conhecimentos sobre a cidade. Existe em suas falas quando abordam esta questão uma crítica construtiva ao município, pois chamam atenção para necessidade urgente de trazer ao centro a discussão sobre a importância de se levar as escolas de forma mais sistematizada a história local e construção da identidade cultural de povo desta cidade.

Sobre a relevância dos materiais produzidos pelos mesmos e que abordam a história local, percebemos em suas falas o entusiasmo e ambos afirmaram enfatizando que os mesmos podem sim colaborar, e que a história local deve chegar ao maior número possível de

indivíduos. O historiador identificado por H1 tem dois trabalhos publicados e um livro denominando de Pocinhos: Aspectos e encantos, que na realidade é livro agenda. Assim como, recentemente publicou um livro sobre o processo histórico do município, além de ter sido responsável pela construção e funcionamento de um *blog* que passou a ser *site* denominado museu virtual da cidade e que é exclusivo sobre a história local, contendo, textos, fotos, vídeos e entre outros materiais.

O segundo historiador identificado como H2 (historiador 2) é um conhecedor da história local, pesquisador, escritor com inúmeras publicações, palestrante e no que tange a história local, domina este conteúdo por ser um dos grandes pesquisadores e militantes pelo registro escrito da história local, a fim de que este não se perca e seja compartilhado com as futuras gerações. Em suas respostas pôde nos proporcionar uma viagem situando-nos de cada uma das etapas históricas pela qual Pocinhos passou e isto pode ser confirmando ao realizarmos uma leitura acima.

Fotografia 11 - Entrevista com o historiador 1



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2024).

Descrição da fotografia: Fotografia de um homem branco sentado em uma cadeira preta, usando blusa clara, com boné e óculos, fazendo uso de uma caneta em sua mão e folhas sobre a mesa preta; tendo ao fundo da parede detalhes em madeira. Na parede lateral apresenta suporte preto contendo, terço, imagem de nossa senhora, e alguns artesanatos.

Fotografia 12 - Entrevista com o historiador 2



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2024).

Descrição da fotografia: Fotografia de um homem de terceira idade, com cabelo e bigode branco, usando óculos da cor preta, ele veste camisa branca com blazer preto, sentado no escritório, tendo ao fundo uma janela com cortina perola semiaberta.

Fotografia 13 - Historiador 2



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2024).

Descrição da fotografia: Fotografia colorida, que apresenta dois homens de pé, tendo como plano de fundo um quadro que apresenta a ilustração da justiça: mulher com vendas nos

olhos, tendo em uma das mãos uma espada e na outra uma balança. O homem de pé a esquerda, é branco e alto, usa blusa de manga comprida branca, calça cinza e sapato social preto; o da direita é pardo, baixa estatura, usa óculos, blusa esportiva na cor laranja e calça preta e tênis preto.

Ambas as entrevistas realizadas foram significativas, pois colaboraram de forma direta para o nosso trabalho, bem como subsidiar-nos com informações históricas relevantes a fim de nos possibilitar elaborar com mais maturidade e embasamento do nosso recurso didático que aborda esta temática. Além das questões históricas sobre o lugar obtemos ainda suas colocações sobre a relevância de seus trabalhos para disseminação da história da cidade entre os alunos(as), como sua posição acerca do ensino deste conteúdo nas escolas. Eles também apresentaram a necessidade existente do município de pensar a questão da história local e ser contemplada na grade curricular enquanto disciplina, considerando que atualmente é trabalhada apenas no período festivo da cidade, no mês de dezembro. Constatamos que as falas dos participantes nesta entrevista convergem e complementam-se tornando nosso material ainda mais rico.

6.4 Sequência didática

A vivência da sequência didática realizada com os educandos participantes da pesquisa, ocorreu em dois momentos nos quais buscamos dentro da realidade local promover um ambiente inclusivo e de equidade, pautado no DUA. A escolha pela sequência se deu em virtude da necessidade de ter condição mais próxima possível da realidade na qual se é apresentado conteúdos em salas regulares e especialmente por compreender que não há nenhum sentido de se promover o uso de um recurso didático de maneira solta.

No primeiro momento enquanto esperávamos a chegada de todos os participantes, fomos acolhendo-os no aconchegante espaço dedicado a sala de música, o ambiente foi organizado com as cadeiras organizadas de maneira circular para ampliar a possibilidade de interação e participação dos educandos(as). Uma vez tendo chegado nove dos dez participantes, distribuimos um pequeno e simples mimo, um doce e em seguida dando continuidade iniciamos o primeiro dia de desenvolvimento de nossa sequência didática sobre a história de Pocinhos, assim realizamos no primeiro momento uma brincadeira envolvendo um quebra-cabeça *online* envolvendo a bandeira do município, esta atividade foi realizada coletivamente onde todos procuravam auxiliar quem demonstravam mais dificuldades, mas mesmo assim demonstraram entusiasmo e participaram ativamente.

O quebra-cabeça foi produzido através site <https://im-a-puzzle.com/blog> que nos permitiu construir a partir de uma foto, que nosso caso foi a bandeira municipal da cidade. O que quebra cabeça é uma atividade que não necessitou de nenhum tipo de adaptação, mas que envolveu a todos os presentes. Este tipo de recurso é extremamente atrativo e capaz de promover engajamento e ainda nos ajudar a saber se de fato os alunos conseguiram aprender sobre o conteúdo e se nosso recurso educacional contribui para que os alunos aprendam sobre a história do lugar.

Alguns alunos que tinham maior comprometimento intelectual, necessitaram de maior incentivo e motivação, mas a turma colaborou neste processo, auxiliando-os de perto quando necessário. Todos demonstraram compreender a regra geral da proposta que era montar o quebra-cabeça e descobrir a imagem contida. As vantagens deste joguinho é que além de ser lúdico, é possível ajustar quantidade de peças e com isto aumentar ou reduzir a grau de dificuldade de acordo com realidade do aluno, além de poder ser compartilhado. Durante a proposta para introduzir o tema do encontro o jogo foi disponibilizado no *notebook* do professor, mas era possível ser acompanhado por todos, uma vez que havíamos disponibilizado também na TV, o que possibilitava durante a jogada de cada um, quando necessário todos colaborarem ou auxiliarem o colega com mais dificuldade. Uma vez concluída a atividade, quando questionados sobre que imagem haviam montado a maioria confirmou ser a bandeira de Pocinhos, apenas dois deram a resposta divergente.

No momento seguinte realizamos o momento com uma caixa de antecipação, na realidade utilizamos uma mala de madeira e dentro estavam vários elementos relacionados ao tema: bandeira, fotografias, entre outros. Para começar, primeiro explicamos o que era aquela mala, respondendo assim a curiosidade de alguns que desde a chegada perguntavam o que haviam dentro, ou seja, logo no começo a mesma já correspondeu a sua proposta que era despertar a curiosidade e em seguida antecipar com estes elementos o nosso tema. Assim cada aluno(a) foi orientado a dirigir-se a mala, abri-la e escolher algo, retirar, apresentar aos colegas dizer o que era, apenas dois alunos(as), aqueles que apresentavam maior comprometimento intelectual não souberem, mas buscamos com a participação dos demais estimulá-los a chegar na resposta.

Quando todos realizaram a vivência, exploramos inicialmente a bandeira, motivando-os a identificar os elementos contidos na mesma, ainda realizamos a apresentação de algumas fotografias e imagens que estavam na mala de antecipação e estas foram exploradas para explicar oralmente sobre a história da cidade. Quando apresentamos os nomes, o único que foi unanimidade pelos alunos conhecerem foi o Pocinhos, os demais todos desconheciam, fomos

apresentando gradualmente as demais imagens e fotos, buscando sempre questioná-los se conheciam, se já haviam visto ou escutado alguém falar e eles sempre interagiam nestes momentos. Quando apresentamos as fotos de alguns personagens ilustres da história da cidade, apenas identificaram padre Galvão, os prédios apresentados, a maioria dos alunos(as) identificaram o cinema antigo, a igreja e casa da caridade. Antes de finalizarmos a vivência apresentamos um trecho do hino da cidade, quando questionados se todos sabiam que hino era aquele, fomos surpreendidos, demonstravam não o conhecer. E assim realizamos nosso agradecimento e reiteramos a importância da participação deles no próximo encontro.

Fotografia 14 - Quebra-cabeça da bandeira do município



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2025).

Descrição da figura: Alunos sentados em círculo montando o quebra-cabeça da bandeira municipal. Na primeira imagem a aluna cadeirante recebendo ajuda de uma colega para que ela consiga escolher peça para adicionar ao jogo e na segunda imagem uma aluna usando o notebook conectado a tv, em que faz sua jogada para montar quebra-cabeça.

Fotografia 15 - Mala de antecipação



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2025).

Descrição da fotografia: Alunos aproximando-se de uma mala de madeira na cor amarela, e escolhendo o objeto para retirar de dentro. Na primeira foto tem uma menina com

mão na cabeça, vestindo calça azul e blusa preta com detalhes e os demais colegas sentados observando. Na segunda imagem está próximo da mala uma aluna cadeirante pegando dentro da mala algo enquanto o colega de pé vestindo blusa vermelha e short beje a auxilia.

Dando andamento a nossa atividade de projeto, no que tange a vivência com os alunos(as) participantes, realizamos o segundo momento no qual desenvolvemos a segunda parte de nossa sequência didática, oportunidade na qual apresentamos como recurso didático o nosso produto educacional. Iniciamos acolhendo os alunos(as), em seguida realizamos uma breve retomada ao tema usando como apoio o recurso visual. Dando continuidade apresentamos a apresentação do recurso educacional, o nosso audiovisual sobre a história de Pocinhos que foi pautado numa perspectiva do DUA, bem como pensando na acessibilidade para alcançar os alunos(as) com deficiência, ao final da apresentação, realizou-se uma conversa sobre as informações presentes no mesmo, possibilitando os alunos que estavam a vontade a compartilhar se havia alguma coisa que conversamos antes e que não estava no audiovisual ou vice-versa.

Durante a exibição do material notamos a atenção de todos que estavam sentados durante a apresentação do recurso. Após a apresentação realizamos uma atividade de forma coletiva, a proposta foi de três atividades em formato lúdico de jogo *online*, que possibilitou o aluno(a) a retomar ao tema, avaliar seu aprendizado, ou seja, o que conseguiu assimilar com o tema. O mesmo os possibilita acompanharem seu desempenho ao final de sua participação, pode repeti-los quantas vezes desejar e ainda possibilidades, na oportunidade em virtude de os alunos não terem celular em mãos, utilizou-se o notebook, e tv para que todos pudesse participar de forma coletiva, e para casa realizou-se o envio do link para acesso e nova tentativa sendo esta realizada fora do espaço escolar e registrada por seus responsáveis e encaminhada ao responsável pelo projeto.

Durante a atividade de jogos pudemos perceber que o vídeo enquanto recurso complementa uma aula, pois pode colaborar para que alunos aprendam de maneira significativa a história de sua cidade. Identificamos que alguns dos alunos que apresentam alguma deficiência demonstraram ter compreendido e acertaram as respostas, mas de maneira geral percebeu-se grande engajamento dos alunos na proposta.

Enceramos nossa segunda vivência da sequência didática, realizando um agradecimento a presença e participação no projeto.

Fotografia 16 - Apresentação do recurso audiovisual



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2025).

Descrição da fotografia: alunos(as) sentados em círculo, assistindo a apresentação na tv audiovisual, ao centro do círculo temos a bandeira da cidade de Pocinhos e outros elementos.

Fotografia 17 - Atividade lúdica com jogos educativos online história de Pocinhos



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2025).

Descrição da fotografia: Alunos sentados realizando atividade lúdica através de jogo educativo online, alunos observam o jogo enquanto um dos mesmo realiza sua participação.

A sequência superou as expectativas por ter despertado a participação dos alunos e alunas. Conseguimos estimular sua curiosidade, buscamos aproximar eles da história da cidade de maneira mais lúdica e inclusiva possível e ainda nos preocupamos em tentar garantir equidade de acesso à informação durante os dois encontros nos quais realizamos nossa sequência. Nosso recurso educacional foi uma grande novidade.

6.5 Um audiovisual acessível e pautado nos princípios do DUA

Neste momento dialogaremos sobre o nosso recurso educacional ou como muitos denominavam até pouco tempo produto educacional. Segundo Freire, Rocha e Guerrini (2017, p. 380) afirmam que os “Produtos educacionais são ferramentas elaboradas pelos próprios profissionais em formação que comportam conhecimentos organizados objetivando viabilizar a prática pedagógica”. Em outras palavras como parte integrante do processo de desenvolvimento das atividades de um mestrado profissional, o recurso educacional maneira como a academia aproxima-se mais da realidade educacional através de seus mestrados e estes por sua vez colaboram ao deixar para instituição algo que possa solucionar ou atenuar problemas identificados, que no nosso caso em questão é ausência de recursos didáticos sobre a história da cidade de Pocinhos que possibilitem acesso dos alunos a história local com equidade inclusive aos alunos público da educação especial.

Ainda sobre este assunto Freire, Rocha e Guerrini (2017) ao tentar trazer uma resposta mais compreensível do que podem ser considerados recurso educacionais e afirmam que de acordo com Instrução Normativa nº 06/2015 – PPGEN da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Brasil 2015, p.01), em consonância com a CAPES, “são considerados produtos educacionais: mídias educativas, protótipos educacionais, propostas de ensino, material textual, materiais interativos e atividades de extensão”.

Nós optamos por organizar um recurso audiovisual que se enquadra como um tipo de mídia educativa, ou seja, um vídeo que buscou ser desde o planejamento pautar-se nos princípios do DUA e assegurar na medida do possível a acessibilidade comunicacional. Não queremos aqui afirmar que o nosso material didático resolverá ou conseguirá resolver todas as questões que envolvem o acesso dos alunos a história local, mas sim, uma tentativa e que poderá principalmente despertar nos que tiverem interesse pela questão perceberem a necessidade de produzirem mais recursos com esta perspectiva, uma vez que vivenciamos um contexto inclusivo nas escolas.

Nosso percurso parte desde nossa ideia até processo de construção do recurso didático por nós proposto que é um audiovisual, e que demandou mais tempo do que o esperado, isto se deu em função de falta de experiência com produção deste tipo de material, sendo necessário este tempo para o processo de desenvolvimento. De acordo com Freire, Rocha e Guerrini (2017) os produtos educacionais ou como denomina-se hoje recurso educacional nascem como instrumentos pedagógicos que possibilitam que os profissionais os utilizem para as resoluções dos problemas por eles encontrados. Não só utilizam, mas criam tais produtos

de modo crítico, em que o ato investigativo é peça fundamental no percurso formativo do profissional que almeja contribuir com a sua prática pedagógica, pois partem de uma realidade que precisa de soluções na própria realidade.

Freire, Rocha e Guerrini (2017) apud Locatelli e Rosa (2015) afirmam que a materialização do recurso educacional, alguns elementos são relevantes, começando pela própria definição do que é um produto educacional, passando pela sua elaboração, aplicação, contribuição, validação e terminando com a sua divulgação científica. Neste sentido nós buscamos dentro da possibilidade organizar pautando nestes elementos essenciais para um bom recurso, desde a hora que definimos nosso recurso. Ainda na fase de projeto de pesquisa, compreendíamos que havia a necessidade de algum recurso didático sobre a história de Pocinhos já pautado no DUA e que contemplasse a questão da acessibilidade, a relevância do mesmo se dá por se configurar como material que para além da pesquisa e academia, é um recurso que ficará disponível para professores da disciplina de história para que tenham como ampliar as possibilidades de apresentação sobre a história local e possibilitar que através deste material alunos com e sem deficiência possam conhecer a história de sua cidade com uma linguagem simples e acessível.

Desta forma optamos pela construção de recurso audiovisual, e que buscamos validar nosso produto educacional junto a professores participantes do projeto e através da colaboração de uma audiodescritora, de dois profissionais que apresentam deficiências, sendo a professora instrutora de Libras, que é pessoa com surdez e fluente em Libras e de um professor de braile que apresenta baixa visão; estes também nos ajudaram a validar o recurso. Vejamos abaixo o que foi utilizado para o processo de validação.

Quadro 17 - Validação do recurso educacional elaborado organizado pelo responsável do projeto

| ASPECTO AVALIADO | JANELA DE LIBRAS | SIM | PARCIAL | NÃO |
|------------------|---|-----|---------|-----|
| | Espaço adequado de forma que intérprete não ficou colado ao fundo, evitando sombras. | | | |
| | Iluminação suficiente e adequada de forma que a câmera captasse, com qualidade, o intérprete e fundo. | | | |
| | Espaço delimitado de maneira que garantiu a movimentação do intérprete. | | | |
| | A câmera de vídeo foi apoiada ou fixada sobre tripé fixo durante. | | | |
| | Presença de contrastes nítidos, quer em cores, quer em preto e branco. | | | |
| | Contraste presente entre o pano de fundo e os elementos do intérprete. | | | |
| | O foco abrangeu toda a movimentação e sinalização do intérprete. | | | |

| | | | | |
|-------------------------|--|------------|----------------|------------|
| | A iluminação estava adequada evitando aparecimento de sombras nos olhos e/ou seu ofuscamento. | | | |
| | Janela ocupa no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor. | | | |
| | Recorte está localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda oculta. | | | |
| | Presença de contraste em elementos como roupas, cabelos e pele e entre estes elementos e fundo. | | | |
| | Presença de contraste em elementos como roupas, cabelos e pele e entre estes elementos e fundo. | | | |
| | Não há presença de sobrepostas ou quaisquer outras imagens no recorte. | | | |
| | Sinalização presente na janela de Libras compreensível. | | | |
| | Sincronização entre voz e sinalização. | | | |
| ASPECTO AVALIADO | LEGENDA | SIM | PARCIAL | NÃO |
| | Cor da legenda e tamanho são adequados para facilitar a leitura. | | | |
| | A legenda é clara e traz todas as falas do apresentador. | | | |
| | Precisa, evitou-se erros ortográficos ou que possam mudar o sentido da palavra. | | | |
| | As palavras ditas são as palavras que passam na legenda. | | | |
| | Sincronia entre a legenda e as falas do apresentador. | | | |
| | Legenda apresenta-se legível, ou seja, é possível acompanhar a leitura da mesma. | | | |
| | Apresenta-se uniforme em todo audiovisual. | | | |
| | Legenda se mantém por tempo suficiente, de maneira que viabilize a sua leitura. | | | |
| | Os caracteres estão na cor branca viabilizada de maneira mais confortável a leitura. | | | |
| | Legenda posicionada preferencialmente posicionada na parte inferior da tela. | | | |
| ASPECTOS | AUDIODESCRIÇÃO | SIM | PARCIAL | NÃO |
| | Existe descompasso entre o audiodescrição e voz do apresentador. | | | |
| | O vocabulário está em consonância com conteúdo. | | | |
| | Descrição ocorreu tempo adequado em relação ao áudio. | | | |
| | A descrição das imagens presentes no recurso contemplou informações essenciais das mesmas. | | | |
| | Existe distinção entre o narrador e audiodescritor(a). | | | |
| ASPECTOS | DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGENS | SIM | PARCIAL | NÃO |
| | Ele se configura como umas das múltiplas formas de apresentar o conteúdo, convergindo assim com princípio da representação do DUA. | | | |
| | Ajuda a reduzir as barreiras no acesso informação sobre a história de Pocinhos-PB, | | | |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | uma vez que o audiovisual foi organizado com linguagem simplificada, complementada por imagens, ilustração, vídeos. | | | |
| | Promove equidade ao ter em sua organização a preocupação com acessibilidade comunicacional: imagens, vídeo, audiodescrição e janela de Libras. | | | |
| | O recurso ajuda engajar os alunos(as) por se tratar de vídeo lúdico com linguagem acessível a que todos e trazer de forma sucinta aspectos da história de Pocinhos-PB. | | | |
| | Este recurso se expressa como parte da diversidade de materiais didático que pode esta sala de aula, que colabora com a promoção de aprendizado. | | | |
| | O audiovisual traz em sua composição de outros recursos como imagens, musica, vídeos, fotografias, ilustração que complementam o material e possibilitam diferentes formas de absorção do conhecimento e impactam a experiencia do alunado ao ter contato com o mesmo. | | | |
| | Apresenta estratégias de comunicação que vão além do áudio, como legendas, audiodescrição e Libras, visando oportunizar as pessoas com deficiência auditiva acesso pleno ao conteúdo, de formar que tenham uma experiência inclusiva e acessível. | | | |
| | As informações são claras e diretas evitando interpretações errôneas e possibilitando o aprendizado não seja prejudicado. | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Descrição do quadro: Composto por cinco colunas e inúmeras linhas, na primeira linha temos em cada coluna, seguindo a ordem a seguintes palavras: aspectos, audiodescrição, janela de libras, legenda e DUA, elementos a serem considerados nesta validação, e nas últimas colunas temos as palavras: Sim, Parcial e Não, alternativas que podem ser marcadas para cada aspecto em avaliação. O quadro se encontra em cores azul claro e branco.

Para isto nos pautamos na abordagem diferente da tradicional. Para a elaboração deste recurso necessitamos de outros aparelhos tecnológicos e ainda buscamos apoio de outros colaboradores para garantirmos que ao utilizar o recurso pudéssemos apresentar a história de Pocinhos com equidade, inclusão e acessibilidade.

De acordo Azambuja (2024, p.11) os “vídeos também são exemplos de recursos digitais”. Assim podemos afirmar que nosso recurso educacional além de se configurar como digital, necessitamos das tecnologias de ponta como computadores, câmeras para captação de vídeos, drone para captação de imagens áreas, tivemos ainda registros fotográficos antigos e recentes, bem como vídeo.

Uma vez que já sabíamos quem era o nosso público, ou melhor a quem iríamos aplicar nosso recurso, graças a informações coletadas durante o primeiro encontro onde realizou-se aplicação de um questionário, pudemos conhecer mais os participantes, dificuldades, habilidades, forma de aprendizagem, nível de conhecimento sobre a sua cidade, e isso possibilitou ajustar as ideias que tínhamos e quais ajustes deveríamos realizar para tentar contemplá-los, e assim buscamos fazer até o fim. Vejamos um pouco mais para compreender o processo:

A atividades para essa pesquisa deram início a partir da pré-produção, com a captação das fotos, assinatura de documentos, que são por sua vez termos que nos permitem usar as imagens de terceiros em nosso material visando preencher os espaços no audiovisual, levantamento de locais, reunião com membro da equipe de mídia para planejar como deveríamos fazer, elaboração do orçamento e definição de datas. Nesta oportunidade nos foi informado a necessidade de se construir um roteiro.

Realizamos a procura por pessoas e famílias que pudessem disponibilizar fotos antigas que pudessemos utilizar para preenchimento em nosso material audiovisual, e neste caso se fazia necessário explicar rapidamente qual fim deste pedido e tendo resposta positiva recolher sua autorização escrita para tal trabalho.

Uma vez que nos foi apresentado o modelo e roteiro e orientado como organizar, iniciamos a elaboração do mesmo, logo concluído foi enviado para representante da equipe de mídia que foi o responsável pela produção do material, uma vez aprovado pelos mesmos. A equipe técnica contratada para este trabalho, após isto montou a logística, observou quais equipamentos seriam necessários, acertou-se o dia gravação.

Nossa segunda etapa da produção, na qual fomos a *lôcus*, ou seja, fomos a pontos históricos da cidade para produção das imagens, onde ocorreu a participação do pesquisador neste material, que foi conduzido pela equipe de produção com seu maquinário específico, dentre os quais câmera para de gravação, microfones, *drone*, assim foi necessário um transporte para condução aos vários locais dentro da cidade onde se deu a gravação dos vídeos. Nesta etapa realizou-se a captação de imagens com drone, de áudio, de vídeo pelos locais e em seguida partimos para pós-produção parte na qual a equipe técnica realizou a edição, montagem, correção cor, tratamento de áudio, inserção imagens, os vídeos para complementar a narrativa e a inserção da legenda, que de acordo com a ABNT NBR 15290 (Brasil, 2005, p. 2), afirma que "legenda oculta pré-gravada ou CC pré-gravada é aquela legenda produzida após o programa pronto e gravado. É utilizada em filmes, novelas, desenhos animados, comerciais etc".

Fotografia 18 -Registros dos momentos de gravação



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2025).

Audiodescrição: Registros fotográficos de momentos de gravação a serem utilizadas na construção do audiovisual. Na imagem temos inicialmente homem moreno vestindo calça marrom clara, blusa de mangas comprida, com as mãos arregaçadas na cor areia e por baixo blusa regata na cor marrom, usando uma sandália de couro e chapéu de couro tradicional nordestino. Ao fundo temos três casarões antigos; na segunda imagem o homem tem ao fundo pedras e parede na cor branca e terceira imagem temos vista aérea da praça central de Pocinhos.

Ressaltamos que realizamos duas atividades relevantes para este processo, a primeira foi o trabalho de audiodescrição, momento este que tivemos a colaboração de uma audiodescritora. Segundo a ABNT NBR 16452/2016, que trata de acessibilidade na comunicação-audiodescrição (Brasil, 2016, p.1)

Audiodescrição recurso de acessibilidade comunicacional que consiste na tradução de imagens em palavras por meio de técnicas e habilidades, aplicadas com o objetivo de proporcionar uma narração descritiva em áudio, para ampliação do entendimento de imagens estáticas ou dinâmicas, textos e origem de sons não contextualizados, especialmente sem o uso da visão.

Esta etapa foi realizada da seguinte forma: primeiro diagnóstico no qual a profissional buscou identificar os elementos visuais que podem ser descritos no material, em seguida teve a elaboração do roteiro, onde elaborou o roteiro descritivo para a imagem ou conteúdo audiovisual, contendo os tempos iniciais e finais das inserções da audiodescrição, as unidades descritivas, e as rubricas; na revisão do roteiro verificou-se a qualidade do roteiro e o validou-se com o apoio de um colaborador que apresenta baixa visão, ele nos ajudou como consultor e por fim realizou a gravação da locução. Neste momento a audiodescritora gravou a locução. Este material foi adicionado em nosso recurso educacional, infelizmente em virtude de nossa

inexperiência, a etapa de audiodescrição foi realizada após as gravações, quando na verdade deveria ter ocorrido na mesma etapa.

Simultaneamente iniciamos a fase de gravação da organização da janela de Libras que segundo a ABNT NBR 15290 (Brasil, 2016, p. 4) afirma esta janela é “espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de LIBRAS” está por sua vez é realizado por profissional que é fluente e usuário desta língua.

Mas afinal o que é Libras, configura-se como a forma de comunicação da comunidade surda brasileira, expressão destes indivíduos para externa sua cultura e identidade, para compreender e ler o mundo e não menos importante para interagir com seus pares, bem como ouvintes. Foi formalizada a partir da lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

E para esta etapa tivemos a colaboração da instrutora de Libras surda, que nos ajudou na criação de sinais que não conseguimos encontrar ou que não existiam. Para realizar esta gravação utilizamos de ambiente claro e com absoluto silêncio, considerando a questão de contraste da roupa na hora da interpretação e fundo. Durante a pós-produção que foi quando a janela de vídeo, bem como audiodescrição foram inseridas em nosso vídeo, a equipe teve problemas relacionado a sincronia entre o tempo das falas e a sinalização, então, para tentar sanar este problema procurou-se aumentar a velocidades dos vídeos da interpretação, sem que isto comprometesse a leitura e compreensão das informações.

Uma vez inseridos estes dois recursos de acessibilidade no vídeo, a produtora nos encaminhou a versão final do audiovisual, que consta desde seu planejamento, buscando atender princípios do DUA, visando que a mensagem contida fosse capaz de alcançar a todos.

O período de produção deste recurso demandou bastante tempo, tanto que somente no início do ano em curso foi que conseguimos concluí-lo, validá-lo e aplicá-lo junto aos educandos para saber se o mesmo foi sido pensado e planejado para possibilitar a apresentação da história local em uma perspectiva inclusiva e com equidade pudesse ajudar a todos os alunos(as), mas especialmente os com deficiência a conhecer sobre sua cidade.

Nosso produto buscou desde o momento do planejamento até a fase de produção atender alguns requisitos do DUA e para torná-lo, de forma complementar visando deixá-lo mais acessível para atender os alunos com deficiência, nos preocupamos em usar uma linguagem simples e objetiva, enriquecendo com registros fotográficos, vídeo, legenda, utilizando da colaboração de outras pessoas, assim foi adicionado a audiodescrição e a janela de Libras, envolvendo entre estes colaborados duas pessoas com deficiência.

Para que este material pudesse ser validado contamos com a participação dos 5 professores da disciplina de história, a profissional surda e fluente em Libras, o professor especialista em braile e pessoa com baixa visão e a audiodescritora. Como está posto acima para que todos possam familiarizar-se com a validação do recurso educacional, o mesmo foi organizado trazendo alguns aspectos para serem observados pelos profissionais e no qual eles após assistirem novamente o nosso audiovisual sobre a história de Pocinhos, observaram se nós conseguimos ou não/parcialmente durante a produção contemplar os aspectos postos nesta tabela para observar se nosso recurso didático conseguiu contemplar os princípios do DUA e trazer aspectos relacionado a equidade comunicacional.

Para facilitar o trabalho os professores de história analisaram e avaliaram os aspectos do Desenho Universal para Aprendizagem relacionados a apresentação e pudemos notar que foi unanime a afirmação de que nosso recurso cumpriu os aspectos presentes na tabela que tem relação com as formas de apresentação. Em relação aos aspectos observados na legenda, esta validação foi realizada pela audiodescritora e pelo professor com baixa visão, neste sentido mesmo depois de todo nosso empenho, conseguimos cumprir a maioria dos aspectos da legenda e outros parcialmente, os relacionados a cor da legenda e tamanho, os erros ortográficos a serem evitados para não mudar os sentidos da palavra, legibilidade das legendas bem como tempo que se mantinham de forma a facilitar a leitura. Nos demais pontos observados a cerca de legenda em nosso recurso eles avaliaram termos cumprido.

A audiodescrição foi validada por estes dois profissionais, apenas em dois pontos cumprimos parcialmente: em relação ao descompasso entre audiodescrição e voz do apresentador tempo e sobre o tempo da audiodescrição em relação ao áudio, já os demais pontos deste aspecto foram por eles considerados alcançado. No que tanges os aspectos relacionados a janela de Libras a profissional surda avaliou que a maioria dos requisitos haviam sido contemplados no audiovisual, os pontos que foram considerados atendidos parcialmente foram os que estavam associados contraste entre pano de fundo e elementos do intérprete como roupa, pele, cabelo, e entre estes elementos e fundo e apenas um ponto não foi atendido, foi quanto ao uso de tripe fixo para câmera durante gravação. Mesmo em meio alguns pontos falhos, podem assegurar que nosso recurso educacional será muito relevante para contatos dos alunos com a história da cidade de Pocinhos, mesmo não tendo acertado em todos aspectos, buscamos nos aproximar o máximo possível disto para garantir um material ficasse o mais acessível e inclusivo e o Desenho Universal para aprendizagem foi uma excelente alternativa para embasar planejamento e produção do nosso material. Confirmando assim que recursos audiovisuais se pautados pelo DUA e se atenderam alguns princípios do

mesmo, são excelentes alternativas para se trabalhar com turmas numa perspectiva inclusiva e com foco na equidade de acesso a informação e aprendizado significativo.

Quadro 18 - Processo de desenvolvimento do Produto educacional

| Etapa | Caraterização | Envolvidos |
|--------------------------------|--|--|
| Conhecer Público | Buscamos inicialmente conhecer os alunos(as) participantes da pesquisa, assim ao aplicarmos nosso questionário identificamos como se caracterizavam os dez participantes: suas capacidades, dificuldades, preferência sobre como aprendem mais, como se sentem mais engajados entre outros. Estas informações nos nortearam para desenvolvimento do recurso educacional | Alunos e alunas participantes do projeto: pessoas com e sem deficiência. |
| Planejamento do produto | A partir das entrevistas realizadas junto aos historiadores da cidade participantes da pesquisa e demais materiais lidos sobre a história local, conhecemos um pouco dos alunos(as), sentamos com a equipe de mídia para compreender a dinâmica de produção de um audiovisual (tempo, roteiro, materiais necessários, custo). | Responsável pelo projeto. |
| Escolha do tema | O tema já estava definido mesmo antes do início do planejamento deste recurso educacional, pois já havíamos organizado como: audiovisual sobre a história de Pocinhos-PB pautado pelo DUA. | Responsável pelo projeto. |
| Pré-produção | Momento de diálogo com a equipe de mídia contratada para produção, para apresentar a ideia, e por sua vez ocorreu a orientação de organizamos o roteiro. Na oportunidade devido nossa inexperiência nos foi apresentado modelos para nos nortear na nossa elaboração. Após este momento presencial, já estando elaborado o roteiro, ocorreu o envio do mesmo para equipe, a fim de ser avaliado se o recurso estava adequado, uma vez aprovada pela equipe técnica da gravação, foi realizado agendamento para iniciar as atividades de gravações. | Responsável pelo projeto e equipe de mídia. |
| Produção | Início das gravações e coletas de imagens, áudios, as fases ocorreram em vários pontos da cidade, locais que estão relacionados a história da cidade de Pocinhos. Em virtude da distância entre os locais de filmagem, necessitamos de transporte para traslado. | Equipe de mídia e responsável pelo projeto. |
| Pós-produção | A equipe de mídia iniciou a parta da edição do todo material; todo material elaborado com colaboração de destes outros profissionais foi encaminhado para mídia para ser adicionada ao audiovisual. | Equipe de Mídia. Professor de Braille (Baixa Visão). |
| | Elaboração do material de audiodescrição - para que esta ocorresse foi enviado o nosso vídeo, bem como nosso roteiro utilizado na fase de produção. Por sua vez a profissional realizou a gravação das | Audiodescritora |

| | | |
|------------------|--|--|
| | audiodescrições que foram organizadas a partir das seguintes etapas de produção: etapas da audiodescrição são: Diagnóstico, Elaboração do roteiro, Revisão do roteiro, Gravação da locução, Mixagem da locução e pro fim a Entrega final. | |
| | Fase na qual se iniciaram a gravação da janela de Libras, nesta atividade contamos com apoio da uma profissional surda, que nos auxiliou desde o primeiro momento, inclusive colaborando com a construção de sinais que eram necessários para material, mas que não foram localizados ou inexistentes; | Responsável pelo projeto Professora de Libras (Surda) |
| Validação | Após a equipe da mídia enviar a versão final, apresentamos aos dois colaboradores que se apresentam deficiência para saber se eles estavam sendo contemplados através da janela de Libras e audiodescrição; apresentamos também esta mesma versão aos professores participantes da pesquisa que junto com o responsável observaram outros critérios para ver se ele contemplava princípios do DUA; | Professor de braile (baixa visão). Professores de história participantes do projeto. Responsável pelo projeto. |
| Aplicação | O recurso educacional foi apresentado dentro de uma sequência didática sobre a história de Pocinhos e ao final os alunos foram consultados se o mesmo havia ajudado eles a conhecerem a sua cidade melhor. | Alunos participantes do projeto e responsável pelo projeto. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Descrição do Quadro: Quadro nas cores azul claro e branco, composto por três colunas que apresentam etapas de desenvolvimento do produto educacional, na primeira linha temos em destaque em negrito as seguintes palavras: Etapas, caracterização e responsáveis, estando cada uma delas em uma das colunas. Nas linhas seguintes as seguintes expressões: conhecer o público, planejamento, escolher o tema, pré-produção, produção, pós-produção, validação e aplicação, estando cada uma destas em uma linha; seguindo na segunda colunas tem detalhamento e terceira coluna apresentam os envolvidos em cada uma destas etapas.

Sobre a maneira como pudemos observar se o recurso elaborado de fato conseguiu ou não cumprir com o objetivo junto aos educandos, nós acreditamos que sim, pois quando usado dentro da sequência didática sobre a história da cidade de Pocinhos, ele despertou a atenção e a curiosidade de todos. Ao ser apresentado o audiovisual, este ajudou a engajar os alunos em toda a vivência. Evidenciamos que ele será de muita utilidade para o ensino, pois é um recurso atrativo para se trabalhar a história da cidade nas aulas de história, assim como para futuros pesquisadores, pois verão como o DUA pode colaborar para a produção de recursos didáticos que viabilizem a inclusão e equidade durante as aulas, pois se tem a preocupação em elaborar momentos considerando os diferentes tipos de alunos(as) a exemplo dos que apresentam deficiência, bem como suas necessidades educacionais específicas.

Fotografia 19 - Alunos assistindo um vídeo pela televisão



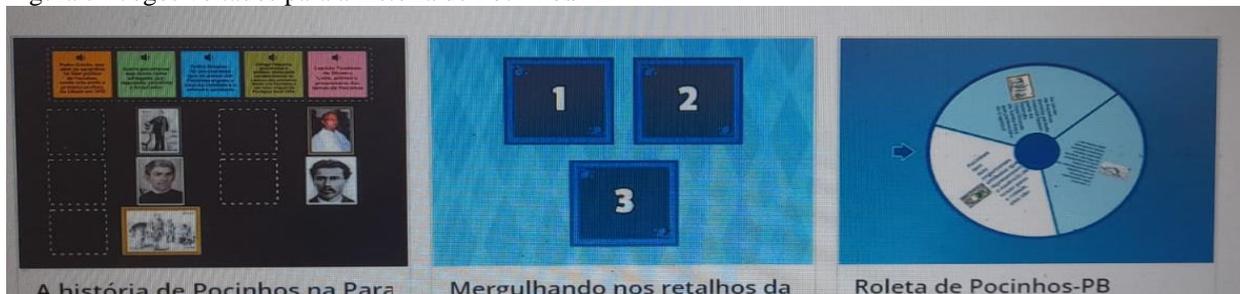
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2025).

Descrição da fotografia: Fotografia colorida de uma sala de aula, que tem parte inferior das paredes revestidas de cerâmica branca e faixa de cerâmica amarela e parte superior pintada na cor amarela. Nela alunos(as) estão sentados assistindo na Tv a um vídeo.

Para avaliarmos o aprendizado dos alunos em relação ao nosso recurso audiovisual sobre a história de Pocinhos, organizamos através do site: https://wordwall.net/pt,_site este que nos permite criar recursos de ensino personalizadas, como questionários, associações, jogos de palavras entre outros. Ele tem opção gratuita que nos retine a construir apenas três

jogos, mas caso quiséssemos elaborar mais, poderíamos adquirir pacotes mais completos. Este material pode ser compartilhado.

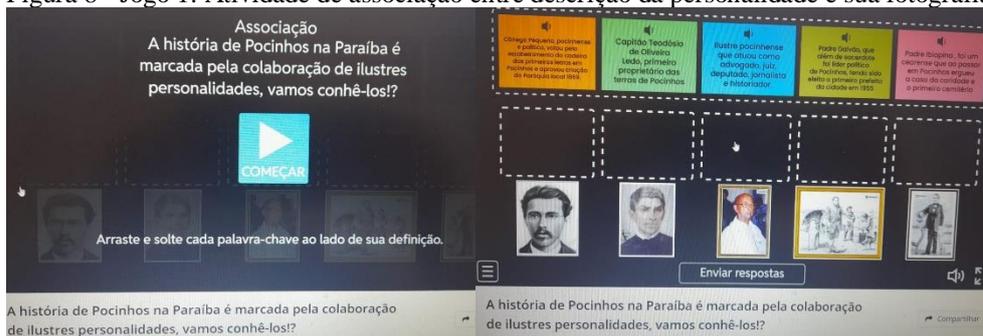
Figura 7 - Jogos voltados para a história de Pocinhos/PB



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2025).

Descrição da figura: Fotografias coloridas das páginas de aberturas dos jogos elaborados sobre história de pocinhos. A primeira imagem traz retângulo de fundo escuro e sobre ele na parte superior cinco retângulos menores cada um numa cor e com um enunciado escrito, bem como ícone de autofalante, abaixo tem fotografias de personalidades históricas; na segunda fotografia temos retângulo azul contendo três retângulos na cor azul escuro e com numeração e a última fotografia temos sobre o retângulo azul escuro um roleta, sendo que seu interior esta subdividido em três partes, sendo duas na cor azul claro e outra branca, cada qual trazendo pequeno texto e uma fotografia, ao lado da roleta temos um seta apontado para sua direção.

Figura 8 - Jogo 1: Atividade de associação entre descrição da personalidade e sua fotografia



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Descrição da figura: Imagens coloridas trazendo abertura do jogo, com seus comandos e a segunda imagem traz o jogo em si, parte de texto e áudios apresentando personalidades históricas da cidade, abaixo as fotografias destas personalidades e o espaço para arrastar o texto até a fotografia.

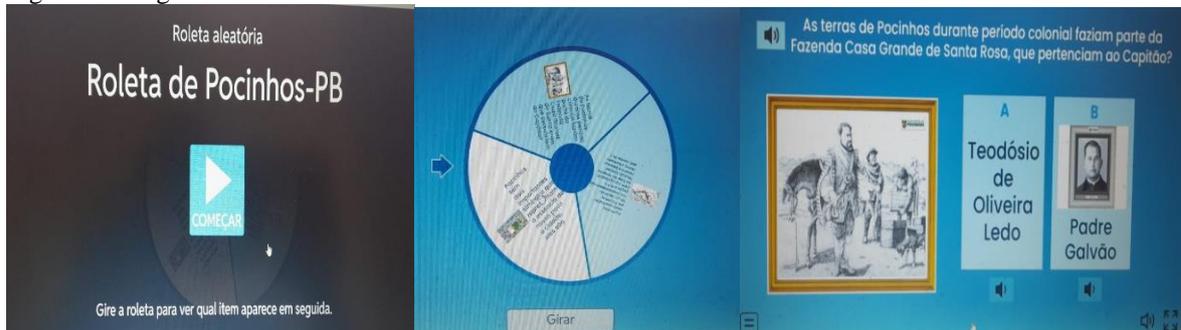
Figura 9 - Jogo 2: Abra as caixas



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Descrição da figura: Fotografias do jogo 2, na primeira temos a página da apresentação com os comandos, na segunda temos parte que dispõem as três cartas enumeradas de 1 a 3 e a terceira fotografia traz a carta que foi selecionada pelo jogador, onde tem a pergunta, com enunciado e opção para ouvir o mesmo e ao lado temos as alternativas que são compostas por imagem fotografia, texto e opção de áudio.

Figura 10 - Jogo 3: Roleta aleatória da história de Pocinhos



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Descrição: "Roleta de Pocinhos-PB" e uma pergunta: "As terras de Pocinhos durante o Período Colonial compunham parte da Fazenda Casa Grande e Serra Negra, que pertenciam ao Capitão?". Abaixo da pergunta, há duas opções de resposta: "Teodósio de Oliveira Ledo" e "Padre Galdino". Há também uma imagem em preto e branco de uma figura histórica. No lado direito da página, há texto explicativo sobre a figura, que é intitulada "Figura 35 - Jogo 3: Roleta da história de Pocinhos". O texto menciona que a figura traz uma carta com uma pergunta e opções de resposta.

Observando os jogos, logo percebemos que esta proposta de atividade foi pensada visando contemplar o DUA, nota-se linguagem bastante compreensível, enriquecida com imagens, com possibilidade de áudio, comandos simples e objetivos. A atividade foi

desenvolvida de forma coletiva, na qual todos os alunos(as) envolvidos podiam participar, tendo sua vez e ainda auxiliavam aqueles que viessem apresentar algumas.

7 CONSTRUINDO REFLEXÕES FINAIS

Diante de tudo que fomos capazes de construirmos durante o percurso trilhado até aqui, inicialmente ressaltamos a importância das políticas públicas de inclusão para democratização do ensino, junto as pessoas com deficiência em nosso país. Conseguimos identificar que nossos marcos legais têm sido aprimorados para responder as necessidades educacionais específicas e as individualidades deste grupo de pessoas, que durante décadas ficaram a margem e lhes foi negligenciado a oportunidade de exercer sua cidadania.

Outra importante mudança que influência na maneira das sociedades é de compreender, lidar e se organizar para acolher as pessoas com deficiência, TEA e altas habilidades: a terminologia atribuída a este público, que antes eram visto a partir de uma limitação que sua condição física, motora, intelectual e sensorial (auditiva e visual). Essas limitações estavam presentes em razão das inúmeras barreiras ainda existentes no instante atual. As sociedades atuais ainda não consideram que parte do sofrimento e da exclusão vivenciadas por tal grupo social, se dá pelo capacitismo e outras barreiras construídas socialmente, ao longo da história da humanidade.

No que tange especificamente ao município de Pocinhos-PB, identificamos que o mesmo vem adequando suas políticas públicas locais visando convergir com as propostas estabelecidas pelo governo federal, de forma a garantir, ao público da educação especial, qualidade e equidade na escolarização. Percebemos que muitos dos marcos municipais têm voltado seu olhar para tal público e isto se materializa através de ações, tais como: ampliação da equipe de profissionais que atuam com PAEE; ampliação do número de profissionais de apoio para alunos regulares com PAEE; formação para profissionais da educação sobre educação especial na perspectiva inclusiva e tema associados; criação de um centro de apoio a pessoa autista; e criação do Conselho Municipal da Pessoa com deficiência.

Assim constatamos que ao final alcançamos os objetivos específicos por nós traçados inicialmente no projeto: I conseguimos realizar um levantamento bibliográfico sobre a história do município de Pocinhos, PB suficiente para nos subsidiar na organização do nosso recurso audiovisual sobre este tema, sendo um importante recurso didático a ser utilizados pelos professores(as) da disciplina história ao trabalhar o conteúdo da história do município; O objetivo II alcançado foi a descrição da política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva adotada pelo município de Pocinhos, PB existente, nossas pesquisas possibilitara-nos identificar marcos legais na cidade de Pocinhos e apresentá-los neste estudo de forma sucinta, pois estas leis possibilitou-nos observar os avanços na área da inclusão

escolar, mas acima de tudo elas apontam para onde o município deseja caminhar a fim de melhorar o seu trabalho com as pessoas com deficiência e sobre as garantias de acesso e condição a educação as pessoas com deficiência.

Conseguimos Traçar o perfil sócio demográfico e econômico dos estudantes(as) que são público da Sala de Recursos Multifuncional do CMPG que era nosso III objetivo específico, neste sentido vemos que as pessoas atendidas pela sala de recursos se constituem por um público bastante heterógeno no que tange a gênero, situação social, tipos de deficiência que apresentam, em relação ao local de residência predomina os residentes na zona urbana entre outros aspectos e para chegarmos a estas conclusões sobre perfil consideramos apenas os alunos(as) que participaram de nosso projeto.

No que tange ao nosso recurso educacional pudemos constar que o mesmo colaborou para que uma maior parte dos alunos pudessem aprender mais sobre a sua cidade, contribuindo para que todos os participantes pudessem ter acesso a informações sobre seu município com equidade. Percebemos que ao construirmos, validarmos e aplicarmos o mesmo, notamos que este poderá possibilitar o desejo em outras pessoas para a elaboração de novos recursos que sigam este mesmo caminho pautando-se no DUA.

Assim identificamos pela sequência didática que muitos alunos inicialmente sabiam pouco ou quase nada sobre a história de sua cidade, assim como percebemos que através de uma vivência como esta o recurso educacional apresentado aos alunos(as) terá maior efeito, pois ele cumpre seu objetivo de enquanto recurso didático complementar sobre assunto de forma mais lúdica. Mas, para além disso notamos que é extremamente importante além deste recurso pautado pelo DUA, as nossas aulas comecem a ser pensadas, desde o planejamento até a sua execução, usando esta perspectiva, ou seja, não basta o recurso ser todo pensado baseando-se nestes princípios e diretrizes se nossa sequência também não tivesse sido pautada pelo mesmo.

Respondendo à pergunta problema da pesquisa referente a quais materiais didáticos na perspectiva do DUA podem contribuir para o ensino da história de Pocinhos, Paraíba? Podemos afirmar ao final de nossa caminhada que o material didático como o audiovisual, e jogos podem sim ser grandes aliados para se trabalhar o tema história da cidade de forma inclusiva e com equidade. No que tange ao acesso de informação sobre o tema, pudemos perceber durante as vivências da sequência didática a participação dos presentes, seu engajamento e principalmente a construção coletiva do conhecimento de forma coletiva.

Por fim, temos consciência de que esse trabalho devido a sua relevância pode ser ampliado posteriormente em um doutorado. E para além da comunidade acadêmica,

beneficiaremos todos os estudantes, com ou sem deficiência, através de um material acessível que abordará a história do município de Pocinhos – PB. Contribuiremos também com os professores, o qual poderão utilizar o referido recurso, não apenas nas salas de aula que têm pessoas com deficiência, mas em qualquer outro espaço educacional que forem abordar o tema sobre a história do município em estudo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Eduardo Apolinário. **Retalhos Históricos de Pocinhos: histórias que Transcendem o Tempo**. 2020.

ARAÚJO, Eduardo. **Museu Virtual de Pocinhos**. Colégio Municipal Padre Galvão. Projetos Digitais, 19 comunicação, 2024. Disponível em: <https://museuvirtual.pocinhos.net/colegio-municipal-padre-galvao/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

AZAMBUJA, Bueno Cristina. **Curso de Aperfeiçoamento - Produção de recursos didáticos a perspectiva do DUA: Princípios e estratégias**. 5º Fascículo Teórico-Prático: Produção de material didático Digital. UIPAMPA - Universidade Federal do Pampa, Bagé-RS, 2024.

BRASIL. **Ata VII Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas– CAT CORDE / SEDH / PR**. Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf. Acesso em: 03 dez. 2024.

BRASIL. ABNT NBR 15290. **Acessibilidade em comunicação na televisão**. Associação Brasileira de Normas Técnicas. 1ª edição, p. 3, 2005. Disponível: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/NBR_15290-2005_Comunica%C3%A7%C3%A3o_TV.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. ABNT NBR 16452. **Acessibilidade na comunicação - Audiodescrição**. Associação Brasileira de Normas Técnicas. 1ª edição, p.1. 2016. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/ABNT%20-%20Acessibilidade.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. União nacional do Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME. Brasília-DF, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. **Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Protocolo Facultativo a convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência**. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. Brasília-DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 maio. 2024.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 23 de março de 1824**. Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil a fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiais. Rio de Janeiro, 1824. Disponível:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. Decreto de nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei de nº 7 853 de 24 de outubro de 1989. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.298%2C%20DE%20,prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 05 maio. 2024.

BRASIL. Decreto de nº 9.465 de 02 de janeiro de 2019. Aprova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Diário Oficial da União, ed.1-extra, seção 1-extra, p.6. Brasília-DF, 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286. Acesso em: 22 maio. 2024.

BRASIL. Decreto de nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2002. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 18 maio. 2024.

BRASIL. Decreto de nº 3.956 de 08 de outubro de 2001. Promulgação a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Câmara Legislativa do Deputados Federais. Brasília-DF, 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3956-8-outubro-2001-332660-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 maio. 2024.

BRASIL. Decreto de nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõem sobre a Educação Especial e o AEE e dá outras providencias. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 21 maio. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Plano Nacional de Compromisso e Metas todos pela Educação. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em: 19 maio. 2024.

BRASIL. Decreto de nº 6.571 de 17 de setembro de 2008. Dispõem sobre o AEE e outras providencias. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6571impresao.htm. Acesso em: 25 maio. 2024.

BRASIL. Decreto de nº 72.425/73 de 03 de julho de 1973. Institui o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP e da outras providências. Presidência da República. Brasília-

DF, 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 maio. 2014.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Ministério da Mulher, Família e dos Direitos humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. Brasília-DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Lei de nº 9.393 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 maio. 2024.

BRASIL. Lei de nº 14.191 de 03 de agosto de 2021. **Altera a LDB/96 para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue para surdos**. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos jurídicos. Brasília-DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso: 13 maio. 2024.

BRASIL. Lei de nº 12.764 de 12 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção à Pessoa com TEA**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 21 maio. 2024.

BRASIL. **Lei de nº 14191 de 03 de agosto de 2021**. Diário Oficial da União, ed.146, seção 1, p.1. Brasília-DF, 2021. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 24 maio. 2024.

BRASIL. **Lei de nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1961, Página 11429. Brasília-DF, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 abri. 2024.

BRASIL. **Lei de nº 5.692 de 11 de agosto 1971**. LDBEN para 1º e 2º grau. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/8/1971, Página 6377. Brasília-DF, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. **Lei de nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-Distrito Federal, 1989. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. **Lei de nº 13.005 de 24 de junho de 2014**. Institui o PNE-Plano Nacional de Educação. Mec-Ministério da Educação. Brasília-DF, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 21 maio. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.880 de 04 de junho de 2024**. Diário Oficial da União, seção 1, p.2. Institui Política Nacional de AEE para crianças de 0 a 3 anos e prioridade no programa de visita domiciliares a alunos da educação infantil apoiados pela educação especial. Câmara dos Deputados. Brasília-DF, 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14880-4-junho-2024-795715-publicacaooriginal-171961-pl.html>. Acesso em: 09 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui o estatuto da Pessoa com deficiência. LBI-Lei Brasileira de Inclusão. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 22 maio. 2024.

BRASIL. **Lei Orgânica Municipal de Pocinhos-PB**. Lei de nº 1066/2009. Arquivo da Câmara Municipal de Pocinhos. 2019.

BRASIL. **Lei de Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. MEC- Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília-DF, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192. Acesso em: 15 maio. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Instrução Normativa nº 06/2015**. Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza-PPGEN. Campus Londrina, 24 de novembro de 2015. Disponível: [file:///C:/Users/frank/Downloads/Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%2006%202015-PPGEN%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/frank/Downloads/Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%2006%202015-PPGEN%20(2).pdf). Acesso em: 02 de abr. 2025.

BRASIL. **Plano Novo Viver Sem Limites. Decreto Nº 11.793, de 23 de novembro de 2023**. Diário Oficial da União, pág. 5 – Seção 1 – Edição Extra B. Brasília-DF. Disponível em: <https://www.editoraroncarati.com.br/v2/Diario-Oficial/Diario-Oficial/DECRETO-N%C2%BA-11-793-DE-23-11-2023.html>. Acesso: 24 maio. 2024.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Pocinhos-PB. Gabinete do Prefeito. Arquivos de leis. **Lei Municipal de Nº 1368 de 29 de agosto de 2017**. 2017.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Pocinhos-PB. Gabinete do Prefeito. Arquivos de leis. **Lei Municipal de Nº 1417 de 26 de abril de 2019**. 2019.

BRASIL. Plano Municipal pela Primeira Infância. **Lei de Nº1640 de 15 de agosto de 2023**. Prefeitura Municipal de Pocinhos. Gabinete da prefeita. Disponível em: <https://pocinhos.pb.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/LEI-N%C2%BA-1640-2023-PMPI-PLANO-MUNICIPAL-PELA-PRIMEIRA-INFANCIA.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Pocinhos-PB. Gabinete do Prefeito. Arquivos de leis. **Lei Municipal de Nº 1501 de 27 de maio de 2021**. 2021.

BRASIL. **Portaria de nº 2.678 de 24 de setembro de 2002**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília-DF, 2002. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/PORTARIA_N__2_678__DE_24_DE_SETEMBRO_DE_2002_15247494267694_7091.pdf. Acesso em: 22 maio. 2024.

BRASIL. **Portaria de nº 1.793/94**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília-DF, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>. Acesso em: 22 maio. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI**. Portaria Ministerial nº 555 de 05 de julho de 2007. Ministério da Educação - MEC. Secretaria da Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=381-politica-nacional-seesp&Itemid=30192. Acesso em: 8 maio. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE. Lei de nº 10.172/2001**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 6 maio. 2024.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Pocinhos-PB. Gabinete do Prefeito. Arquivos de leis. **Lei Municipal de Nº 1488 de 05 de abril de 2021**. 2021.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Pocinhos-PB. Gabinete do Prefeito. Arquivos de leis. **Lei Municipal de Nº 1622 de 23 de março de 2023**. 2023.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Pocinhos-PB. Gabinete do Prefeito. Arquivos de leis. **Lei Municipal de Nº 1625 de 05 de abril de 2023**. 2023.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Pocinhos-PB. Gabinete do Prefeito. Arquivos de leis. **Lei Municipal de Nº 1420 de 20 de agosto de 2019**. 2019.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Pocinhos-PB. Gabinete do Prefeito. Arquivos de leis. **Lei Municipal de Nº 1318 de 15 de maio de 2018**. 2018.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Pocinhos-PB. Gabinete do Prefeito. Arquivos de leis. **Lei Municipal de Nº 1319 de 19 de julho de 2015**. Cria o PME-Plano Municipal de Educação. 2015.

BRASIL. **Portaria Federal de nº 13, de 24 de abril de 2007**. Cria o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncional. MEC- ministério da Educação. Brasília-DF, 2007. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port_Norm_013_2007_04_24.pdf. Acesso em: 15 maio. 2024.

BERSCH, Rita. **Introdução a Tecnologia Assistiva**. Assistiva. Tecnologia e Educação, Porto Alegre - RS, 2017.

BRASIL. **Resolução Nº 04 de 02 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o AEE. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília-DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 20 maio. 2024.

BRASIL. **Requerimento de Nº 163/2013**. Arquivo da Câmara Municipal de Pocinhos. Disponível em: Câmara Municipal de Pocinhos-PB. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. **Requerimento de Nº 003/2021**. Arquivo da Câmara Municipal de Pocinhos. Disponível em: Câmara Municipal de Pocinhos-PB. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. **Requerimento de Nº 022/2023**. Arquivo da Câmara Municipal de Pocinhos. Disponível em: Câmara Municipal de Pocinhos-PB. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. **Requerimento de Nº052/2022**. Arquivo da Câmara Municipal de Pocinhos. Disponível em: Câmara Municipal de Pocinhos-PB. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. **Regimento Interno Comum as Escolas e Creches do Sistema Municipal de Ensino**. Prefeitura Municipal de Pocinhos. Sistema Municipal de Ensino. Conselho Municipal de Ensino. Pocinhos -PB, 09 de novembro de 2023. Disponível em: Secretaria Municipal de Educação. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 02 de 11 de setembro de 2001**. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Seção 1E, p. 39-40. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Ministério da Educação, Brasília- DF, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 19 maio. 2024.

BRASIL. **Tabela de ações do Plano Nacional Vive sem Limites**. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília-DF, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/governo-federal-lanca-plano-novo-viver-sem-limite-com-cerca-de-100-acoes-para-as-pessoas-com-deficiencia-e-investimentos-de-mais-de-r-6-bilhoes/Tabelas_PlanoNacionaldosDireitosdaPessoaComDeficinciaNovoViverSemLimite.pdf.

BOCK, Geisa Letícia Kempfer.; GESSER, Marivete.; NUERNBERG, Adriano Henrique. Desenho Universal para a aprendizagem: a produção Científica no período de 2011 a 2016. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, n.1, p.143-160, Jan. Mar., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/ntsFQKh3yqVMvJCpyWfQd4y/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BOCK, Geisa Letícia Kempfer.; GESSER, Marivete.; NUERNBERG, Adriano Henrique. O desenho universal para aprendizagem como um princípio do cuidado. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 16, n. 2, p. 361-380, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/frank/Downloads/O_desenho_universal_para_aprendizagem_como_um_prin%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/frank/Downloads/O_desenho_universal_para_aprendizagem_como_um_prin%20(1).pdf). Acesso em: 24 jan. 2025.

CAST. **As Diretrizes do Universal Design for Learning-UDL**. Perguntas Frequentes. 2023 Disponível em: <https://udlguidelines.cast.org/more/about-graphic-organizer>. Acesso em: 03 dez. 2023.

CARVALHO, Elder Rosita. **Escola, Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. Ed. Mediação, 3ªed. Porto Alegre-RS, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

EDLER, Rosita Carvalho. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Gabriel Gonçalves.; ROCHA, Zenaide de Fatima Dante Correia.; GUERRINI, Daniel. Produtos educacionais do Mestrado Profissional em Ensino da UTFPR – Londrina: estudo preliminar das contribuições. **Revista Polyphonia**, v. 28/2, jul. dez. 2017. Disponível: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/52761/25471>. Acesso em: 02 abr. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HEREDERO, Sebastian Eladio. Diretrizes para o Desenho para Aprendizagem - Universal Desing Learning Guidelines. **Revista Bras. Ed. Esp.** v.26, n.4, p.733-768, Out-Dez. Bauru, 2020. Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/F5g6rWB3wTZwyBN4LpLgv5C/?format=pdf&lang=pt> acesso em: 29 de abr. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Localização Geográfica de Pocinhos (PB)**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pocinhos/historico>. Acesso em: 10 out. 2024.

MAGALHÃS JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; BATISTA, Michel Corci. Metodologia da Pesquisa em Educação e Ensino de Ciências. (Org.) MAGALHÃS JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; BATISTA, Michel Corci. In: **Diário de Campo, gravação em áudio e vídeo e mapas mentais e conceituais**. 2ª ed. Ponta Grossa-PR: Atena, 2023.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (org.) **O desafio das diferenças nas escolas**. 4ªed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PASTOR, Carmen Alba.; SERRANO, José Manuel Sánchez.; RÍO, Ainara Zubillaga del. Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) **Pautas para su introducción en el currículo**. Espanha: Edelvives, 2014.

PASTOR, Carmen Alba. Diseño Universal para el Aprendizaje: un modelo teórico-práctico para una educación inclusiva de calidad. **Revista Participación Educativa**. Segunda época, v. 6, n. 9, setembro. 2019, p. 55-66.

PEREIRA, Samara de Oliveira. Curso de Aperfeiçoamento - Produção de recursos didáticos a perspectiva do DUA: Princípios e estratégias. 2º Fascículo Teórico-Prático: **Desenho Universal para Aprendizagem**: Princípios e diretrizes. UIPAMPA-Universidade Federal do Pampa, Bagé-RS, 2024.

PEREIRA, Danielly Raquel da Silva.; MASSARO Munique. Desenho universal para aprendizagem na Educação Básica: o que dizem as produções científicas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 31, p.151-163, jan/abr.2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1184/pdf>. Acesso em: 27 de nov. 2023.

PINHEIRO, Fabiana Fatima do Prado Sedelak; AIRES, João Paulo. Orientações para elaboração de produtos educacionais no mestrado profissional em ensino: exemplificando os tipos de produtos. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, 16 (8), 12151–12168. 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1667>. Acesso em: 20 set. 2024.

POCINHOS. **Projeto Político Pedagógico do CMPG**. Prefeitura Municipal de Pocinhos-PB. Secretaria Municipal de Educação, 2024. Disponível em: Própria Instituição de Ensino. Acesso em: 22 set. 2024.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. **Fundamentos Históricos e conceitos da Educação Especial e Inclusiva**: Reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade. 2014. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155246/1/unespnead_reei1_ee_d01_s03_texto02.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

SARTORETTO, Lúcia Mara.; BERSCH, Rita. **O que é Tecnologia Assitiva?** Assistiva-Tecnologia e Educação, 2023. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html> acesso em: 03 dez. 2023.

SEBASTIÁN, Heredero Eladio.; MOREIRA, Samantha Ferreira da Costa.; MOREIRA, Fernando Ricardo. Práticas educativas pautadas no Desenho Universal para Aprendizagem-DUA. **RIAEE-Revista Ibero-Americana de Estudos da Educação**, Araraquara, v.17, n. 3, p. 1904-1925, jul/set, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17087/14102>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SEBASTIÁN, Heredero Eládio.; PRAIS, Jaqueline Lidiane de Souza.; VITALIANO, Celia Regina. **Desenho Universal para Aprendizagem (DUA)**: Uma abordagem curricular inclusiva. São Paulo: De Castro, 1ª ed, 2022.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa Científica**. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Metódos de pesquisa*, 2009.

APÊNDICES

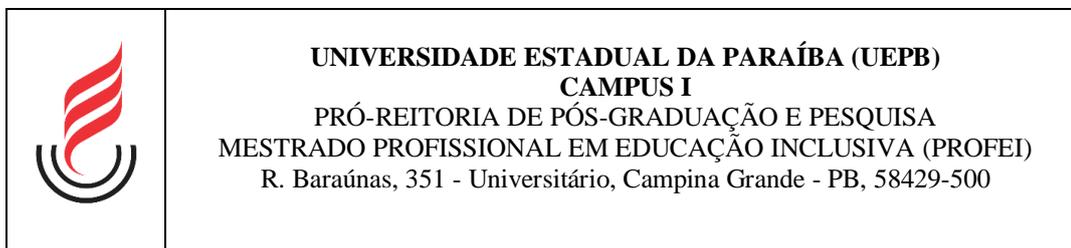
APÊNDICE I – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

| ETAPAS | PERÍODO |
|---|-----------------------------|
| Submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da UEPB | Abril de 2024 |
| Resposta as pendências do CEP | Junho de 2024 |
| Resposta a pendências ao CEP | Julho de 2024 |
| Visitas à escola e SRM | Setembro de 2024 |
| Escolha bibliográfica, início de Leitura | Abril a dezembro de 2024 |
| Encontros do grupo focal | Outubro a dezembro 2024 |
| Elaboração e aplicação do produto educacional | Dezembro de 2024 |
| Análise do processo envolvendo o produto educacional | Janeiro a fevereiro de 2025 |
| Análise das informações do diário de campo | Março a maio de 2025 |
| Correções do texto para qualificação da dissertação | Junho e Julho de 2024 |
| Qualificação da dissertação | Novembro de 2024 |
| Correções finais para a defesa da dissertação | Dezembro á abril de 2025 |
| Defesa da dissertação | Maio de 2025 |

APÊNDICE II – ORÇAMENTO DA PESQUISA

| Itens | Material/Serviço | Quantidade (Unidade) | Valor unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|--------------|--|-----------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 01 | Serviço de Impressão | 70 | 0,20 | 14,00 |
| 02 | Gravador de voz | 1 | 130,00 | 130,00 |
| 03 | Caderno | 1 | 40,00 | 40,00 |
| 04 | Gasolina para locomoção para coleta de dados | 30 L | 5,62 | 168,06 |
| 05 | Pen drive 8 Gb | 1 | 30,00 | 30,00 |
| 06 | Crédito para alimentação e demais custos necessários com os participantes da pesquisa. | 12 | 25,00 | 300,00 |
| 07 | Crédito a ser utilizado com a produção audiovisual | 1 | 1.500,00 | 1.500,00 |
| | Credito a ser utilizado na produção de recursos didáticos de apoio acessíveis. | 10 | 100,00 | 1.000,00 |
| TOTAL | | | | 3.182,06 |

APÊNDICE III - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS PARTICIPANTES I



ROTEIRO DA QUESTIONÁRIO COM OS PARTICIPANTES

Título da pesquisa: Recontando traços históricos numa perspectiva acessível: o DUA desenhando a história de Pocinhos.

Pesquisadores: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)
 Franklin Herminio Barbosa

Instituição: CMPG

Nome do participante: P1

PERGUNTAS

1. De que maneira você desenvolve o conteúdo história do município de Pocinhos em sua turma?
2. Que recursos didáticos utiliza para trabalha-lo?
3. Seu planejamento e prática são pensados levando em consideração a diversidade, individualidades dos alunos, inclusive as pessoas com deficiência?
4. Quais as principais dificuldades em relação a participação, interação e aprendizado dos alunos(as) durante aula em que se trabalha com tema história do município de Pocinhos-PB?
5. Você sabe o que é do DUA, Desenho Universal de Aprendizagem?
6. Em relação aos alunos(as) PCDs, sabe qual a deficiência apresenta? Que estratégias utiliza para possibilitar acesso a informação, motivá-lo e gerar aprendizado significativo em sua disciplina e em relação ao trabalho com tema?

APÊNDICE IV - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS PARTICIPANTES II



ROTEIRO II DO QUESTIONÁRIO COM OS PARTICIPANTES

Título da pesquisa: Recontando traços históricos numa perspectiva acessível: o DUA desenhando a história de Pocinhos.

Pesquisadores: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)

Franklin Herminio Barbosa

Instituição: CMPG

Nome do participante : A1

Pessoa com deficiência: Sim () Não () Qual?

PERGUNTAS:

- 1- Como você gosta de estudar e acreditar que facilita sua aprendizagem?
- 2- Você percebe alguma dificuldade que considera que ela comprometa no processo de sua aprendizagem?

| | | | | |
|------------------|---------------------|-----------|--------------|---------------------|
| Concentração | Leitura | Escrita | Psicomotora | Visual |
| Memorização | Auditiva | Física | Cognitiva | Compreender |
| Didática da aula | Recursos utilizados | Avaliação | Desmotivação | Questões emocionais |

- 3- Avaliando seu conhecimento sobre a história de Pocinhos, como classifica o que sabe sobre a história da cidade:

() Muito () Pouco () Quase nada () Nada () Gostaria de conhecer

- 4- Marque como gosta de expressar o que está compreendendo do conteúdo ou informação apresentados pelo professor (a):

| | | | | | |
|------------|-------------|-----------|------------|-----------|----------------|
| Escrevendo | Lendo | Oralmente | Ilustrando | Digitando | Exemplificando |
| Observando | Pesquisando | | | | |

APÊNDICE V - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS PARTICIPANTES III



ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS PARTICIPANTES

Título da pesquisa: Recontando traços históricos numa perspectiva acessível: o DUA desenhando a história de Pocinhos.

Pesquisadores: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)
 Franklin Herminio Barbosa

Instituição: CMPG

Nome do participante: H1

PERGUNTAS:

- 1 Quais as origens da cidade de Pocinhos? (local onde começou, primeiros donos destas terras, primeiros habitantes do lugar, qual período em que seu território pertenceu a Campina Grande ano de emancipação, fatos que colaboraram para desenvolvimento do lugar, alguns personagens importantes do lugar.
- 2 Qual a origem do nome Pocinhos?
- 3 Sobre a bandeira municipal e brasão de quem a autoria, qual sua composição e significados dos elementos presentes?
- 4 Qual é estilo arquitetônico da igreja matriz, as três casas que ficam a nas proximidades do açude, a antiga casa de força?
- 5 Prédio mais antigos da cidade?
- 6 Hino Municipal, compositor e ano de sua composição?
- 7 Acontecimentos que marcaram Pocinhos?
- 8 Posição acerca do ensino da História da cidade nas escolas.

9 De que maneira seu livro pode contribuir para a história da cidade seja disseminada entre as futuras gerações?

ANEXOS

ANEXO I – COMPROVANTE DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRGP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RECONTANDO TRAÇOS HISTÓRICOS NUMA PERSPECTIVA ACESSÍVEL: O DUA DESENHANDO A HISTÓRIA DE POCINHOS, PB.

Pesquisador: FRANKLIN HERMINIO BARBOSA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 79115624.8.0000.5187

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.961.715

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um Projeto de Pesquisa vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Inclusiva da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A apresentação resumida do projeto reside nos seguintes termos: "O presente trabalho tem como foco principal construir um material didático acessível, sobre a história do município de Pocinhos, Paraíba, a ser aplicado em uma sala regular do Ensino Fundamental II do Colégio Municipal Padre Galvão. Esse trabalho busca responder de forma prática a ausência de materiais didáticos acessíveis sobre a história da cidade de Pocinhos, PB. O público-alvo deste trabalho serão alunos com ou sem deficiência inseridos nas salas regulares da referida escola. Essa pesquisa será de cunho qualitativa e utilizaremos como instrumentos metodológicos a entrevista e a análise documental. Para tanto, utilizaremos um diário de campo e registro fotográfico e audiovisual. Para avaliar o processo de desenvolvimento, aplicação do produto educacional e seus resultados, realizaremos momentos de grupo focal, onde dialogaremos com historiadores e alunos da referida escola, a fim de compreender o objetivo principal deste projeto. Nessa perspectiva, o aporte teórico buscará alicerçar a partir de documentos legais nacionais e internacionais sobre educação inclusiva e material bibliográfico que aborda, sobretudo, a história de Pocinhos, PB, a temática acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem e DUA. O trabalho contemplará tanto profissionais da educação, quanto alunos com ou sem deficiência, por meio do uso de um

Endereço: Av. das Bananeiras, 351 - Campus Universitário
Bairro: Bodocongó
UF, PB **Município:** CAMPINA GRANDE **CEP:** 58.109-753
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@reitor.uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRGP

Continuação do Parecer: 6.961.715

produto educacional acessível sobre a história do mencionado município."

Objetivo da Pesquisa:

O Projeto de Pesquisa apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

- Elaborar um material didático acessível, na perspectiva do DUA, que apresente a história do município de Pocinhos, Paraíba.

Objetivos específicos:

- Realizar um levantamento bibliográfico sobre a história do município de Pocinhos, PB.
- Descrever a política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva adotada pelo município de Pocinhos, PB;
- Traçar o perfil sócio demográfico e econômico dos alunos (as) que são público alvo da Sala de Recurso Multifuncional do Colégio Municipal Padre Galvão;
- Desenvolver uma sequência didática em sala de aula regular com um material acessível que enfoca traços históricos da cidade de Pocinhos, PB, consoante os pressupostos do Desenho Universal de Aprendizagem - DUA.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios da pesquisa são apresentados de forma clara e de acordo com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É um projeto de pesquisa com condições de realização, claramente definido em termos éticos, metodológicos e logísticos, tal como determina a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, caracterizando exequibilidade na proposta.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos obrigatórios estão adequados e contemplam as exigências do Anexo II da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013 e da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador responsável realizou a revisão e as correções solicitadas.

Sem pendências e/ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av. das Bananeiras, 351 - Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF, PB **Município:** CAMPINA GRANDE **CEP:** 58.109-753
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@reitor.uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRGP

Continuação do Parecer: 6.961.715

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| tipo documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|---------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2318056.pdf | 03/07/2024 11:19:34 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | novacartarespostaaoccep.pdf | 03/07/2024 11:19:58 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Assentimento | tsalterado.pdf | 03/07/2024 11:18:41 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Assentimento | tsalterado.pdf | 03/07/2024 11:18:29 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | projetoedesquissalterado.pdf | 03/07/2024 11:18:16 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | cartaresposta.pdf | 25/06/2024 10:12:30 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO RESPONSAVEL DO MENOR.docx | 17/04/2024 22:48:19 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | TERMO DE AUTORIZACAO_SRM.docx | 17/04/2024 09:30:05 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | TERMO DE AUTORIZACAO PARA UBO_RAVACAO_DE_VOZ_TAGV.docx | 17/04/2024 09:28:52 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | AUTORIZACAO_ESCOLA_PESQUISA.docx | 17/04/2024 09:24:32 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | AUTORIZACAO_INSTITUCIONAL_.docx | 17/04/2024 09:19:39 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | TCPR.docx | 17/04/2024 09:13:15 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO_TCLE.docx | 17/04/2024 09:03:20 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | ROTEIRO_III_DA_ENTREVISTA_COM_OS_PARTICIPANTES.docx | 17/04/2024 08:54:34 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | ROTEIRO_II_DA_ENTREVISTA_COM | 17/04/2024 | FRANKLIN | Aceito |

Endereço: Av. das Bananeiras, 351 - Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF, PB **Município:** CAMPINA GRANDE **CEP:** 58.109-753
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@reitor.uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRGP

Continuação do Parecer: 6.961.715

| | | | | |
|----------------|---|------------------------|---------------------------|--------|
| Outros | OS_PARTICIPANTES.docx | 08:53:31 | HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | ROTEIRO_I_DA_ENTREVISTA_COM_OS_PARTICIPANTES.docx | 17/04/2024 08:52:23 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | DECLARACAO DE CONCORDANCIA COM PROJETO DE PESQUISA.docx | 17/04/2024 08:50:52 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | TERMO_DO_CMPG.docx | 17/04/2024 00:05:36 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Outros | TERMO DE AUTORIZACAO PARA USO DE IMAGENS.docx | 17/04/2024 00:02:24 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |
| Folha de Rosto | folha_de_rosto.pdf | 16/04/2024 23:53:53 | FRANKLIN HERMINIO BARBOSA | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 22 de Julho de 2024

Assinado por:
Patrícia Meira Bento
(Coordenadora(a))

Endereço: Av. das Bananeiras, 351 - Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF, PB **Município:** CAMPINA GRANDE **CEP:** 58.109-753
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@reitor.uepb.edu.br

ANEXO II – QUADRO REFERENCIAL AO PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO – PNE

| METAS | OBJETIVO | ESTRATÉGIAS |
|--------|---|---|
| META 4 | <p>Universalização da população de pessoas com deficiência, transtornos Globais do Desenvolvimento e altas habilidades e superdotação que está nas faixas etárias que ficam entre 4 e 17 anos, o acesso ao atendimento educacional especializado, o AEE, preferencialmente na rede pública de ensino regular, garantindo ainda o sistema educacional inclusivo, de SEM - salas de Recursos Multifuncional, classes, escolas e serviços especializados públicos ou com convênio.</p> | |
| | | <p>I - Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;</p> |
| | | <p>II - Promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; |
| | | III - Implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas; |
| | | IV - Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno; |
| | | V- Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; |
| | | VI - Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de |

| | | |
|--|--|--|
| | | material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação; |
| | | VII - Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos; |
| | | VIII - Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado; |
| | | IX - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à |

| | | |
|--|--|--|
| | | infância, à adolescência e à juventude; |
| | | X - Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; |
| | | XI - Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado; XII - Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida. |
| | | XIII - Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;</p> |
| | | <p>XIV - Definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;</p> |
| | | <p>XV- Promover, por iniciativa do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos;</p> |
| | | <p>XVI - incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;</p> |
| | | <p>XVII - promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | redes públicas de ensino; |
| | | XVIII - promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino; |
| | | XIX - promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo. |

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2024) com base na abstração das informações presentes na lei de nº13.005 de 25 de junho de 2014- PNE. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 21 maio. 2024.

ANEXO III - METAS DO PMPPI PARA EDUCAÇÃO INFANTIL/ PAEE

| METAS | ASSEGURA | OBJETIVO | AÇÃO | RESPONSÁVEIS | PRAZO |
|--------------|---|---|---|---|------------------------------|
| Meta 4 | Educação Inclusiva: Acesso e garantia de direitos na Educação Infantil. | 1- Reduzir a quantidade de alunos em turmas com crianças com deficiência, além de permitir no máximo 3 alunos com PCD (Pessoa com deficiência). | Ampliação na oferta de turmas em espaços adequados que garantam o melhor acompanhamento dos alunos com deficiência. | Gestão Pública. | 2024 a 2026. |
| | | 2- Ofertar e incentivar na formação continuada para professores e profissionais de apoio do público alvo da educação especial. | Realização de levantamento dos cursos que as plataformas do Ministério da Educação e instituições de ensino superior ofertam, realizando adesão e divulgação dos mesmos. | Secretaria de Educação. | Contínua. |
| | | 3- Incentivar os professores que tenham a partir de dois alunos com deficiência a serem incluído a uma lei de apoio financeiro. | Mobilização junto ao Conselho Municipal de Educação para solicitação de projeto de lei que destine recursos de gratificações aos professores que tenham a partir de dois alunos com deficiência. | Profissionais da educação, conselho municipal de educação, poder legislativo e executivo. | 2024 a 2025. |
| | | 4-Garantir a acessibilidade das crianças com deficiência nos espaços escolares. | 1-Acompanhamento e fiscalização dos recursos destinados a educação inclusiva, criando rede de apoio aos conselhos e gestores escolares na criação e monitoramento dos planos de ações para atendimento a este público. 2- Implementação de uma sala de recursos multifuncional nas creches municipais para | Secretaria Municipal de Educação e Governo Municipal. | Contínuo. 2024 a 2026 |

| | | | | | |
|--|--|--|---|---|-----------|
| | | | atender o público alvo da educação Infantil. | | |
| | | 5- Disponibilizar recursos didáticos adaptados que facilitem o trabalho pedagógico com as crianças com deficiência, considerando as especificidades das PCDs. | 1- Acompanhamento da plataforma do PAR (Plano de Ação Articulada) com monitoramento dos planos de atendimento ao público da educação inclusiva, que destinam ações de material e apoio a/o trabalho pedagógico. 2- Articulação entre os entes federados buscando parcerias em emendas junto aos governos e iniciativas privadas, objetivando recursos financeiros e/ou materiais de apoio que fortaleçam o trabalho pedagógico com as crianças PCDs. | Governo Municipal, Estadual, Federal Iniciativas privadas. | Contínuo. |

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2024) com base na meta 4 do PMPPi de Pocinhos (2023). As informações nele contidas estão na íntegra como no original (2023, p. 28-31).